

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
NÍVEL MESTRADO**

Alfredo Ricardo Silva Lopes

**“A LAGOA DO SOMBRIO CORRE QUE DESAPARECE”:  
UMA HISTÓRIA AMBIENTAL DA DEGRADAÇÃO E O ATUAL  
DEBATE SOBRE A PRESERVAÇÃO DA LAGOA DE SOMBRIO  
(1960-2010)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Dr<sup>a</sup> Eunice Sueli Nodari

Florianópolis  
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária  
da  
Universidade Federal de Santa Catarina

L8641 Lopes, Alfredo Ricardo Silva

A lagoa do Sombrio corre que desaparece [dissertação] :  
uma história ambiental da degradação e o atual debate sobre  
a preservação da Lagoa de Sombrio (1960-2010) / Alfredo  
Ricardo Silva Lopes ; orientadora, Eunice Sueli Nodari. -  
Florianópolis, SC, 2011.

133 p.: il., tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de  
Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Degradação ambiental - Sombrio (SC).  
3. Meio ambiente - História. 4. Sombrio, Lagoa de (SC).  
I. Nodari, Eunice Sueli. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU 93/99

Alfredo Ricardo Silva Lopes

“A LAGOA DO SOMBRIO CORRE QUE DESAPARECE”: UMA  
HISTÓRIA AMBIENTAL DA DEGRADAÇÃO E O ATUAL  
DEBATE SOBRE A PRESERVAÇÃO DA LAGOA DE SOMBRIO  
(1960-2010).

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para a obtenção do título de mestre na data de XX de fevereiro de 2011.

**Banca Examinadora:**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eunice Sueli Nodari (orientadora)

Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lise Sedrez

Prof. Dr. João Klug (suplente)



Dedico este trabalho ao meu pai  
Alfredo Ricardo Lucas Lopes.  
Se algum dia eu for metade do  
homem que ele é, já estarei satisfeito.



## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de salientar, por mais clichê que seja, o quanto minha família foi importante para a conclusão de mais uma etapa da minha trajetória acadêmica. Não destaco o papel deles pelo fato de terem me colocado no mundo, tratando estritamente deste mestrado, reconheço o valor dos meus pais (Alfredo e Gledis) por não terem acreditado nos meus sonhos, pelo menos até quando eu não acreditasse realmente nesses sonhos também. Na necessidade de contagiá-los com meus anseios fortifiquei estes sonhos, tornando-os resistentes a todas as dificuldades que brotavam no caminho. Se além de dar amor os pais têm que preparar os filhos para a vida, os meus conseguiram.

Ao meu estimado irmão Ernesto, companheiro de jornada em Florianópolis, agradeço pela companhia e peço desculpas pelos momentos que eu brigava pela louça suja sendo que o que realmente me incomodava eram os prazos acadêmicos.

Aos amigos distantes e próximos que participaram desta caminhada entrego um sincero obrigado. Neste caso, agradeço também pela convivência e tomo a liberdade de guardar no meu íntimo os momentos que construíram com alegria e dificuldade o doce jogo da amizade.

Em especial destaco aqueles que acompanharam este “parto de dois anos” por mais tempo. À Eloisa da Rosa Oliveira cabem os méritos por algumas importantíssimas e demoradas transcrições e, sem dúvida, pelas discussões a cerca da memória e de suas armadilhas. Agradeço ainda, Juliana B. Presa, amiga de cursinho que tornou essa caminhada menos pesada, hoje tenho a honra de chamá-la, irmã. Culparia demais a memória se esquecesse meu companheiro de sinucas, ao grande amigo Fernando B. Filho agradeço pelas conversas regadas a ironia e ingenuidade.

À minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eunice Sueli Nodari por ter acreditado no meu trabalho sem antes mesmo ter me conhecido, reconheço este como um dos momentos que me senti capaz de, com o seu direcionamento, produzir uma pesquisa histórica socialmente relevante. Agradeço também por ter se mostrado sempre muito acessível e preocupada, não só com o andamento do trabalho, mas com o trabalhador, a ela toda minha gratidão é pouco.

Aos colegas do LABIMHA – Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental reconheço o valor das discussões e sugestões que compuseram este trabalho. Em especial ao professor Dr. João Klug, quem tive a felicidade de conhecer durante minha graduação

em História e a partir daí passei a admirar como exemplo de comprometimento, ética e respeito. Não poderia deixar de agradecer a Marcos Gerhardt pelas excelentes dicas ao longo do mestrado e pelo ótimo trabalho de correção desta dissertação.

Reconheço da mesma forma, o empenho dos membros da banca examinadora Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe e Lise Sedrez.

Ainda, destaco o apoio de todos os preocupados com a degradação da Lagoa de Sombrio, que ofereceram seus testemunhos e documentos para dar visibilidade a uma questão tão sensível e delicada.

Agradeço também aos servidores técnico-administrativos do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC pelo empenho diário que nos oferecem. Estendo meus agradecimentos ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela bolsa de estudos concedida ao longo destes dois anos de mestrado, sem ela a qualidade do trabalho estaria seriamente comprometida.





Como pode o homem destruir a árvore,  
depois de comer o fruto.  
(Shidarta Gautama, Buda - o Iluminado).



## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo historicizar o processo de degradação da Lagoa de Sombrio entre 1950-2010. O manancial está situado na Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba, na divisa entre os estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e já foi considerada a maior lagoa de água doce do estado catarinense. A transformação dos sinuosos sangradouros em retos canais de escoamento na década de 1960 produziu a diminuição da lâmina d'água. As implementações agrícolas tributárias da Revolução Verde transformaram a paisagem no entorno da lagoa. O crescimento populacional e a urbanização na cidade de Sombrio também contribuíram para a degradação do meio, pelo contínuo lançamento de esgoto. O assoreamento e a dispersão da gramínea *Brachiaria radicans* Napper contribuem para a sedimentação nas margens e no interior da lagoa. Em virtude deste quadro foi possível perceber a desarticulação cultural das populações tradicionais inseridas no entorno da lagoa, a degradação ambiental dificultou enormemente a subsistência dos indivíduos ligados ao manancial. A partir da década de 1990 a percepção da degradação da Lagoa de Sombrio se estendeu regionalmente, o amadurecimento da mobilização social foi paulatino, pois as demandas ambientais inicialmente ligadas à lagoa se ampliaram a outras necessidades locais. As fontes utilizadas para pesquisa foram: fontes oficiais, ofícios e correspondências, relatórios de impacto ambiental, fontes orais, periódicos, dissertações e teses. A percepção sobre a degradação da Lagoa de Sombrio foi o primeiro passo para a transformação da memória coletiva sobre o atual estado do manancial e alargou a compreensão sobre as demandas ambientais da região.

Palavras-chave: Lagoa de Sombrio; História Ambiental; Degradação Ambiental.



## ABSTRACT

This work aims to historicize the degradation process of Lagoa de Sombrio between 1950-2010. This stock is located in Mampituba Rivers' Hidrografic Basin between Rio Grande do Sul and Santa Catarina states, and was already considered the largest freshwater lagoon in Santa Catarina state. The winding spillways transformation into straight flow channels in the 1960s produced the water depth decrease. Agricultural tax implementations of Green Revolution transformed the pond's surrounding landscape. Population growth and urbanization in Sombrio city also contributed to environmental degradation, because of continuous sewage release. The sedimentation and dispersion of *Brachiaria radicans* Napper contribute to sedimentation in the margins and within the pond. Under this scenario was possible to perceive the cultural dislocation of traditional populations included in pond surroundings, environmental degradation has greatly hampered the individuals livelihood connected to the spring. From the 1990s the perception of Lagoa de Sombrio's degradation spread regionally, the social mobilization maturing has been gradual, because the environmental demands initially linked to the lake expanded to other local needs. The sources used for research were: official reports, letters and correspondence, environmental impact reports, oral sources, periodicals, dissertations and theses. The perception on the degradation of Lagoa de Sombrio was the first step in the transformation of collective memory about the current state of the stock and extended the understanding of the environmental demands of the region.

Keywords: Lagoa de Sombrio; Environmental History; Environmental Degradation.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba	13
Figura 2: Mapa hidrológico da bacia hidrográfica do Rio Mampituba .....	16
Figura 3: Vista interna das Furnas em 1956.....	19
Figura 4: Retificação dos canais durante a década de 1960.....	39
Figura 5: Mesa diretora da sessão solene da Câmara de Vereadores de Sombrio .....	94
Figura 6: Vista elevada da margem oeste da Lagoa de Sombrio, com cultivo de arroz .....	95





## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: População do Município de Sombrio .....	53
Tabela 2: Volume de água armazenado e área ocupada para três diferentes cotas de superfície da lâmina d'água .....	100



## **LISTA DE SIGLAS**

ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina

AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense

BHRM – Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FATMA - Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nation

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICEPA - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina

PROVÁRZEAS - Programa de Aproveitamento Racional das Várzeas Irrigáveis.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

## **LISTA DE ANEXOS**

ANEXO 1: Letra da música “A Lagoa do Sombrio” .....	132
ANEXO 2: Roteiro de entrevistas .....	133



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1 “A LAGOA DO SOMBRIO/ É COMPRIDA E TEM LARGURA, AI, AI” .....</b>	<b>9</b>
1.1 CARACTERIZAÇÃO NATURAL.....	11
<b>1.1.1 Bacia do Mampituba.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1.2 Lagoa de Sombrio.....</b>	<b>17</b>
1.2 HISTÓRIA DA POVOAÇÃO.....	20
<b>1.2.1 indígenas.....</b>	<b>20</b>
<b>1.2.2 euro-descendentes.....</b>	<b>27</b>
<b>2 “A LAGOA DO SOMBRIO CORRE QUE DESAPARECE, AI AI” .....</b>	<b>36</b>
2.1 RETIFICAÇÕES.....	37
2.2 AGRICULTURA E PECUÁRIA.....	41
2.3 CRESCIMENTO URBANO E SANEAMENTO.....	52
2.4 A INVASÃO DO PASTO.....	57
<b>3 DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E DESARTICULAÇÃO CULTURAL.....</b>	<b>62</b>
3.1 POPULAÇÕES TRADICIONAIS.....	63
<b>3.1.1 A memória da Lagoa .....</b>	<b>65</b>
<i>3.1.1.1 o passado de fartura .....</i>	<i>68</i>
<i>3.1.1.2 a degradação e suas causas .....</i>	<i>74</i>
<i>3.1.1.3 a incerteza do futuro.....</i>	<i>80</i>
<b>3.1.2 o exemplo de Joseane .....</b>	<b>86</b>
<b>4 AÇÕES E PERCEPÇÕES SOBRE A LAGOA .....</b>	<b>91</b>
4.1 A DEGRADAÇÃO PERCEBIDA .....	91
4.2 AS PRIMEIRAS “MEDIDAS” CONTRA A DEGRADAÇÃO .....	96
4.3 A LAGOA DO SOMBRIO CORRE QUE REAPARECE .....	105
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>119</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>124</b>





## INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi gestado justaposto a três preocupações cujas raízes se encontram em diferentes níveis: pessoal, acadêmico e público. A preocupação pessoal está inserida nas observações do sujeito que, inserido no ambiente, presencia as transformações ambientais e se questiona quanto à responsabilidade de determinados grupos sociais. A preocupação acadêmica repousa sobre a aspiração de tornar o trabalho do historiador ambiental cada vez mais relevante. Não se trata de desvalorizar os outros campos da pesquisa histórica, mas, sim, de evidenciar a importância da História Ambiental, enquanto componente de análise de interações humanas e naturais na e para a sociedade. Já as preocupações públicas margeiam princípios que possibilitem melhores condições de vida para os indivíduos inseridos no entorno da Lagoa de Sombrio e repousam sobre os princípios de sustentabilidade e coletividade.

Cabe ainda salientar que a pesquisa surgiu da crescente midiaticização sobre o estado de degradação da Lagoa de Sombrio no final da década de 1990. Durante esse período, a mídia do extremo sul de Santa Catarina alardeava o “verdadeiro” estado de degradação da Lagoa, assegurando que o corpo d’água estava profundamente salinizado, assoreado e poluído. As notícias sobre a Lagoa repercutiam e, pode até se dizer, apavoravam os moradores locais. A primeira preocupação derivada dessa conjuntura foi: o que teria levado à degradação da lagoa? A segunda, diretamente ligada à primeira: Por que a população local se mostrou tão surpreendida e interessada pelas notícias sobre a Lagoa? E, ainda, uma última pergunta: Quem seriam as pessoas mais prejudicadas com a degradação do manancial? Tais questionamentos fizeram da Lagoa protagonista e cenário de uma pesquisa que procura trazer novos elementos ao debate sobre o seu “verdadeiro” estado.

O título deste trabalho toma como empréstimo uma frase da música regionalmente conhecida, intitulada “A Lagoa do Sombrio” e propõe reinterpretar o significado da letra. O trecho da canção original “A Lagoa de Sombrio, corre que desaparece” ressalta a grandeza da lagoa, e o termo “desaparece” se mostra relativo a perder de vista suas margens, de tão grande que é o corpo d’água. Este trabalho abre mão da licença poética e de forma herética utiliza o “desaparece” como sinônimo de esvanecer ou sumir, para assim acusar o possível destino da lagoa frente à crescente degradação do manancial.

Nesse contexto, duas lagoas são constantemente evidenciadas durante essa pesquisa. Uma física, alvo de diversas transformações que levaram a degradação do manancial; e outra simbólica, cuja “essência” nem sempre estava em conformidade com as características físicas da Lagoa de Sombrio.

A Lagoa de Sombrio se situa no extremo sul de Santa Catarina, deságuas no Rio Mampituba, este divisa natural entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Já foi considerada a maior lagoa de água doce do estado de SC, atualmente abrange uma área de 51,17 Km<sup>2</sup>, foi o principal canal de comunicação e transporte entre as localidades da região e o porto de Torres no RS, até a construção da BR-101 em 1971, quando se desenvolveu o transporte rodoviário na região. Este processo gerou, para os habitantes locais, a perda de contato e na visibilidade com a Lagoa.

Entretanto, apesar de não estar mais presente no cotidiano como antes, quando os moradores usavam de barcos e lanchões para direcionar os excedentes econômicos a Torres e também comprar os gêneros que a região não produzia, a Lagoa de Sombrio continuou sendo utilizada como espaço de lazer e recreação. Contudo, a maioria dos habitantes locais jamais perderia a Lagoa de “vista”, ela estaria sempre perto, junto à memória, um lugar onde suas águas seriam mais limpas, os peixes maiores e onde o tempo fluía vagaroso embalado nas ondulações da memória. Como assevera o historiador Simon Schama, referindo-se aos componentes presentes na paisagem:

Lembranças, mitos e significados complexos são a moldura com que nossos olhos adultos olham a paisagem. Antes de poder ser o repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente, compõem-se tanto de camadas de lembrança quanto de estratos de rochas<sup>1</sup>.

As sensações e significados como obras da capacidade de cognição humana são diferenciadas em cada cultura. A busca pelas significações e o entendimento de paisagem é o que Schama enfoca como dessacralização da terra, é uma forma herética de conceber a topografia “inanimada” como agente histórico com vida própria, devolvendo à terra e ao clima o tipo de imprevisibilidade criativa convencionalmente reservada aos atores humanos.

---

<sup>1</sup> SCHAMA, S. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 16-17.

Embora a História tenha direcionado seus olhares preferencialmente para elementos culturais, para uma abordagem integral do contexto onde está inserido o objeto de análise foram utilizados dados agrícolas, econômicos e geográficos. Para avaliação desses materiais a História Ambiental emerge como campo interdisciplinar hábil para reger a articulação desses dados em prol da construção de uma narrativa histórica capaz de engendrar os componentes desta pesquisa. Como aponta o historiador ambiental Donald Worster a natureza não é disciplinar, não separa em compartimentos os diversos agentes que interagem no sistema<sup>2</sup>. Desta forma a História Ambiental tende a ser cada vez mais inclusiva, aglutinando, assim, aspectos naturais e culturais.

Por se tratar de uma problemática inovadora para historiografia nacional. Pois nenhum outro trabalho analisou, por meio da História Ambiental, no Brasil a questão da degradação ambiental e da desarticulação cultural de populações tradicionais. O levantamento bibliográfico gravitou restritamente sobre a metodologia da História Ambiental, contudo para tratar das populações tradicionais foram utilizadas obras de caráter interdisciplinar.

Sob a óptica das contribuições para o desenvolvimento de uma metodologia ambiental no Brasil, dentre vários autores, pode-se citar o trabalhos de Regina H. Duarte e Eunice Sueli Nodari. As contribuições de Duarte são direcionadas inicialmente pelo encontro de História e Biologia, o que se torna evidente, por exemplo, no debate sobre as concepções da natureza no pensamento ambiental histórico brasileiro<sup>3</sup>.

Os trabalhos de Nodari relacionados à História Ambiental são referenciados, em sua maioria, pela pesquisa sobre Florestas, desmatamento, devastação e preservação; este trabalho se desdobra tanto em projetos de pesquisa quanto em orientações de mestrado e de doutorado<sup>4</sup>. Nodari salienta a importância desse tipo de estudo ao assegurar que:

As áreas de florestas brasileiras perderam a sua identidade original no decorrer da história, uma vez que a intervenção humana fragmentou e degradou os ecossistemas. Embora presente, a

---

<sup>2</sup> WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

<sup>3</sup> DUARTE, Regina Horta. Por um pensamento ambiental histórico: O caso do Brasil. **Luso-Brazilian Review**, Vol. 41, No. 2 (2005), pp. 144-161.

<sup>4</sup> NODARI, E. S. Um olhar sobre o Oeste de Santa Catarina sob o viés da História Ambiental. **História: Debates e Tendências**. Passo Fundo, v. 9, 2009. p. 137.

sucessão florestal está ocorrendo nos fragmentos. Porém isto não é suficiente para recuperar a fisionomia original da região. A evolução florestal é um processo dinâmico, o qual envolve tempo-espço e ocorre numa velocidade imperceptível aos nossos sentidos, que se estende por várias gerações humanas. (...) Como historiadores temos que, pelo menos, tentar recuperar a história desta relação homem/floresta e passar para as gerações futuras algumas preocupações que devem estar presentes na nossa vida e na das gerações futuras de que a natureza não é, como nossos avós pensavam, “um bem inesgotável e, portanto não precisava ser preservado”<sup>5</sup>.

Miguel M. X. de Carvalho, que em sua dissertação de mestrado traça um paralelo entre a emergência da história ambiental e a crescente ação ambientalista a partir de 1970, endossa a profunda ligação que os dois campos possuem e salienta que a História Ambiental incorporou demandas ambientalistas, ou seja, demandas da sociedade<sup>6</sup>. Questões como conservação da natureza e controle da poluição foram somadas à equidade e justiça social, mas apesar da agenda ambientalista amalgamar temas sociais e conservacionistas ela ainda não é consenso.

Fica evidente na trajetória da História Ambiental a apropriação das diversas transformações que adentraram o campo histórico, sejam as estruturas sociais que permaneceram após a década de setenta do século XX ou os aspectos culturais oriundos das aspirações de novos sujeitos históricos. A apropriação das demandas socioambientais também deve ser levada em consideração, ao elencar os elementos na trajetória da História Ambiental. Nos embates pelos protagonismos da e na História, de forma simplória, a contribuição da História Ambiental transcende a dualidade seres humanos/natureza para a construção de um amálgama analítico.

Desta forma, o presente trabalho também está profundamente marcado pelas interjeições que a História do Tempo Presente oferece, pois apesar dos fatos históricos ainda não terem sofrido decantação e a maioria dos documentos não estarem disponíveis, este aparato

---

<sup>5</sup> Idem. p. 145-146.

<sup>6</sup> CARVALHO, M. M. X. de. **O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguçu:** uma história de riqueza madeireira e colonizações. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História. 2006. 201p.

metodológico propõe novas perspectivas para o trabalho do historiador. Da mesma forma que a História Ambiental compartilha do entendimento que o trabalho do historiador vincula-se a compromissos políticos, onde a presença física do historiador implica em compartilhar vários papéis: testemunha, ator e historiador, a demanda social deste tipo de abordagem repousa na necessidade de fornecer inteligibilidade nas relações entre passado e presente. Esta é feita com testemunhas vivas, onde a discussão é levada a desconstruir o fato histórico gerado pelos meios de comunicação e enquadrá-lo no imbricado jogo de interesses políticos.

Destarte é imprescindível compreender a degradação ambiental como um processo social, pois as relações dos seres humanos com a natureza são indissociáveis das relações que os seres humanos mantêm entre si. Mauro Leonel destaca que a ambivalência, degradação ambiental e desigualdade social marcam todo o processo de apropriação dos recursos naturais no Brasil e a expansão da fronteira econômica acompanha o comprometimento da renovabilidade dos recursos naturais<sup>7</sup>. Nesse ponto o estudo das comunidades tradicionais se mostra muito relevante, pois estes grupos na maioria das vezes são os mais prejudicados pela degradação ambiental, uma vez que sua subsistência está diretamente ligada às condições que o meio oferece como, por exemplo, os pescadores que vivem nas margens da Lagoa de Sombrio.

Encarar as populações tradicionais estabelecidas na Lagoa como pescadores seria uma simplificação imensa, pois relacionaria o sustento dos grupos majoritariamente à atividade pesqueira, sendo que a subsistência do grupo possuía um caráter diversificado, que variou desde uma incipiente pecuária, a lavoura de mandioca e até cultivo da cana-de-açúcar. Antonio Candido salienta que “a existência de todo o grupo pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as necessidades e os recursos do meio físico”<sup>8</sup>, e que estas necessidades têm um duplo caráter, natural e social. Para o referido autor, o que caracteriza as populações tradicionais por ele estudadas é a sutil fronteira em que se estabelecem estes mínimos sociais e vitais na manutenção do equilíbrio social.

Segundo Antonio Carlos Diegues, as populações tradicionais culturalmente são fruto da interação indígena, européia e africana, com

---

<sup>7</sup> LEONEL, M. **A morte social dos rios**. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 1998. 263p.

<sup>8</sup> CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. 2ª Ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971. p. 27.

influências marcantes na língua, dança, religião, gastronomia, técnica e música. Ressalta ainda que, “uma grande parte das práticas tradicionais de manejo e de conhecimento acumulado sobre a mata, os rios, lagos e o mar tem influência direta dos saberes e práticas dos povos indígenas que foram transmitidos através de gerações de forma oral<sup>9</sup>”. Outros elementos que melhor caracterizam populações tradicionais são evidenciados no decorrer do trabalho.

A fuga de uma lógica estritamente antropocêntrica de análise é uma das premissas da História Ambiental investigada. Entretanto, balizar a análise na fuga da preponderância do *antropos* não significa o seu aviltamento frente à magnificência natural. Como defendido anteriormente, os seres humanos estão inscritos no meio natural, a interação desses dois agentes se dá em diferentes circunstâncias e os níveis de interação e/ou sujeitamento têm naturezas distintas em diversos momentos da história.

Como pondera Mauro Leonel,

não há um simples ‘caminho teórico’ para questões de degradação, entretanto para a temática ambiental algumas ponderações já se mostram basilares. A pesquisa não se apresenta como um ato mecânico, de saber relativamente estruturado e estabelecido<sup>10</sup>.

Desta forma, a pesquisa com variáveis ambientais precisa também dialogar com as concepções dos sujeitos inseridos no meio, para que possa perceber os mitos e significações da comunidade, bem como, conseguir compreender o funcionamento do meio segundo aqueles que, dentro das suas possibilidades, observam e interagem com o ambiente.

Apesar das narrativas históricas valorizarem uma cultura estável no desenvolvimento do texto é preciso, segundo William Cronon, reconhecer o dinamismo dos sistemas naturais e culturais, para tentar situar parâmetros e comparar os tipos de mudanças<sup>11</sup>. A presente narrativa se apropria das considerações de Cronon sobre as transformações dos “mundos” natural e cultural e das diretrizes de Worster, para estruturar os capítulos deste trabalho, o qual

<sup>9</sup> DIEGUES, A. C. In: \_\_ Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Secretaria de Recursos Hídricos.- Brasília: MMA, 2006. p. 55.

<sup>10</sup> LEONEL, M. 1998. *Op cit.* p.06.

<sup>11</sup> CRONON, W. The uses of Environmental History. **Environmental History Review**. Durham, 17:3 (Fall 1993), p. 14.

intencionalmente retira de cena as populações tradicionais nos primeiros capítulos. O que poderia parecer um contra-senso baseado na metodologia de trabalho que busca investigar a interação seres humanos/natureza, mostrar-se-á o contrário: é justamente pela importância dessas populações e pelo impacto que a degradação da Lagoa trouxe aos seus hábitos de vida que ao longo do capítulo três este caso é melhor analisado.

Na esteira das explicações e posicionamentos sobre o conteúdo do trabalho, cabe salientar que em virtude das preocupações iniciais que nortearam a pesquisa, ela destina-se a dois públicos em especial: ao acadêmico que o avaliará e para a comunidade, seja ela urbana ou rural, estabelecida ou oriunda do entorno da Lagoa de Sombrio, que possui vínculos com o manancial. Por esse motivo os conceitos historiográficos vinculados ao ambiente serão minuciosamente explicados, para que o público do extremo Sul catarinense compreenda as implicações metodológicas da abordagem da História Ambiental; Algumas especificidades regionais serão levantadas para que o público acadêmico melhor visualize as especificidades regionais. Logicamente, este trabalho se destina a todos interessados em conhecer um pouco mais das interações entre seres humanos e meio ambiente no extremo sul de Santa Catarina.

As fontes utilizadas para a realização da pesquisa são das mais variadas. Os Estudos de Impacto Ambiental da Lagoa de Sombrio produzidos pela EPAGRI (Empresa de pesquisa agropecuária e extensão rural de Santa Catarina) e Empresa Junior do Curso de Engenharia Ambiental da UNISUL-Palhoça mostraram-se fundamentais para o diagnóstico da lagoa em 1998 e 2005, respectivamente. Contudo, a falta de um processo de avaliação contínua dificulta a análise das interações com o meio, para revisar os sucessos e fracassos dos programas e gerar os ajustes necessários nas iniciativas de proteção da Lagoa de Sombrio.

A partir da análise e interpretação de fontes orais é possível perceber as “histórias dentro da História”, e assim trazer os relatos dos indivíduos de alguma forma envolvidos com o processo de degradação da Lagoa sem deixar de reconhecer a existência de múltiplas narrativas no que diz respeito às versões do passado, o direito individual à memória e - como enfatiza Porteli - o respeito ao valor e à importância de cada indivíduo.<sup>12</sup> Convém ressaltar que, após a realização do trabalho as transcrições das entrevistas ficarão disponíveis na Biblioteca Pública

---

<sup>12</sup> PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral. In: \_\_. **Ética e história oral**: Projeto História. São Paulo, vol. 15, 1997. p. 16.

Municipal de Sombrio para que novas pesquisas sobre o manancial possam utilizar o material.

As fontes iconográficas e fotográficas, além de facilitarem os caminhos da memória na construção das narrativas orais, também permitem a visualização da paisagem em épocas pretéritas. Não se pode acreditar, entretanto, que a imagem fotográfica deva ser considerada uma reprodução da realidade, ainda mais quando as técnicas de produção da fonte se “intrometem” na avaliação e significação da mesma. Como destaca Possamai:

Moldadas pelas configurações históricas e sociais de sua produção, suas intenções ultrapassam o desejado no momento de sua elaboração pelas múltiplas possibilidades que são oferecidas pelo ato de olhar. Como representações do real, as imagens visuais constroem hierarquias, visões de mundo, crenças e utopias e, neste sentido, podem constituir-se em fontes preciosas para a compreensão do passado.<sup>13</sup>

No trabalho de inquirir os periódicos é necessário levar em consideração tanto a dinâmica de produção da notícia e seu público alvo quanto a dinâmica de manutenção do veículo de comunicação, uma vez que os meios de comunicação, em grande parte, encontram-se ligados aos poderes municipais pelos contratos de veiculação e publicações legais.

No tocante à organização e conteúdo dos capítulos, ao perseguir a idéia de desenvolver um trabalho para públicos diferenciados, buscou-se no capítulo 1 investigar as condições naturais do ambiente; os primeiros povoadores que interagiram e articularam com o meio suas relações de subsistência, a segunda leva de povoadores, os luso-brasileiros e suas estratégias para o estabelecimento na região. O segundo capítulo detalha os elementos que produziram a degradação do manancial. O terceiro capítulo analisa a desarticulação cultural das comunidades tradicionais estabelecidas nas proximidades da Lagoa. O quarto e último capítulo focaliza os debates relativos ao atual estado da Lagoa de Sombrio sob as lentes das concepções de preservação encontradas nos dois Estudos de Impacto Ambiental feitos em 1998 e 2005.

---

<sup>13</sup> POSSAMAI, Z. R. Fotografia, História e Vistas Urbanas. **História**. São Paulo, vol.27, n° 2, 2008. p.254.



## 1 “A LAGOA DO SOMBRIO/ É COMPRIDA E TEM LARGURA, AI, AI”

O presente capítulo aborda além dos esperados balizamentos históricos sobre a trajetória de degradação da Lagoa de Sombrio, a caracterização do relevo, clima e os aspectos físicos ligados à Bacia do Mampituba. Por mais que pareça clara a importância desse tipo de caracterização, metodologicamente para História Ambiental esta tarefa está amparada na necessidade de compreensão do funcionamento do meio natural.

Nesse sentido, a História Ambiental consegue tornar a disciplina histórica mais inclusiva, pois “a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta ‘supernatural’, de que as conseqüências ecológicas de seus feitos passados podem ser ignoradas”.<sup>14</sup>

Além da importância do levantamento físico do meio, e nessa questão a interdisciplinaridade com a Geografia é fundamental, o escopo ambiental se apropria do panorama cultural para melhor compreender as transformações no meio. As diretrizes de trabalho do historiador ambiental procuram avaliar as demandas em conjuntos<sup>15</sup>.

O primeiro deles é o entendimento da natureza, tal como um determinado ambiente se organizou e funcionou no passado, para tanto o diálogo interdisciplinar com as ciências naturais torna-se pertinente, sempre atentando para o viés ecológico. Nesse sentido cabe afirmar que além da ilustração acadêmica o historiador ambiental deve entrar em contato com os saberes daqueles inseridos no ambiente. Com os procedimentos de história oral, por exemplo, pode se considerar o modo de vida e o posicionamento de pescadores sobre as tradições, o passado de rios, lagoas e lagos, salientando também os posicionamentos sobre a atual situação do meio. Tal abordagem ainda vai ao encontro de obter em entrevistas as percepções de natureza, as compreensões do passado e as diferentes formas de agir na atual situação em que se encontra o meio ambiente. Como aponta Worster, buscando os significados da natureza o historiador ambiental deve analisar como essas idéias são socialmente construídas.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> Worster, D. *Op. cit.* p. 199.

<sup>15</sup> Idem. p. 203.

<sup>16</sup> Idem. p. 210.

O meio surge também como um dos protagonistas da História, que implica novos vetores de análise e diferentes formas de pensar a ação humana. Além de mero cenário onde os fatos esclarecem a conjuntura, o “entorno” passa não mais simplesmente a condicionar os acontecimentos, mas, ainda, possibilita e potencializa. A História Econômica, Política e Cultural geralmente são produzidas dentro de arcabouços nacionais, ou fronteiras politicamente definidas. Numa análise ambiental o meio se torna o recorte espacial, fronteiras políticas são utilizadas para que fique evidente como determinada cultura se relaciona com o meio.

A história ambiental nasceu, portanto de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos, mas, à medida que amadureceu, transformou-se também num empreendimento acadêmico que não tinha uma simples ou única agenda moral ou política para promover. Seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados.<sup>17</sup>

Donald Worster aponta um conjunto de três diretrizes que vem se mostrando eficazes no entendimento das interações entre os seres humanos e a natureza desde o final da década de oitenta. O primeiro trata do entendimento da natureza propriamente dita, o apoio interdisciplinar das Ciências Naturais mostra-se imprescindível à compreensão da organização e funcionamento do meio. O segundo nível vincula-se às interações socioeconômicas (adotando o sentido mais amplo do termo) na medida em que homens e mulheres interagem com a natureza. O estudo da utilização dos recursos naturais e sociabilidades relacionadas ao meio tem lugar nesse nível. O terceiro é formado pela análise do tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente cultural. Valores, mitos, crenças, leis e outros elementos de significação do meio natural são inquiridos em vista de se investigar o diálogo do indivíduo com a natureza.<sup>18</sup>

Um grande desafio desse tipo de abordagem é a medição dos graus de prejuízo ou desequilíbrio. Em casos catastróficos as evidências

---

<sup>17</sup>

Idem. p. 200.

<sup>18</sup>

Ibidem.

ficam mais claras, o que facilita o levantamento do processo de degradação, entretanto em momentos que as mudanças ambientais são mais lentas e silenciosas teorias isoladas não dão conta da representação do passado. Worster ressalta que “grande parte da história ambiental se dedica justamente a examinar essas mudanças, voluntárias ou forçadas, nos modos de subsistência e suas implicações para as pessoas e para a terra”.<sup>19</sup>

As redes de significados criados para representar a natureza vêm de valores culturais, estes leques de percepções e ideias variadas emergem de interações e alterações possibilitadas pelo ambiente e pelas estruturas culturais. Imprescindível no trabalho do historiador ambiental é levantar como as ideias sobre o mundo natural são socialmente constituídas e como a constituição dessa forma de perceber o mundo natural propicia, ou não, alterações no ambiente.

Neste caminho, a apropriação das diretrizes anteriormente citadas é preponderante para o entendimento de como o meio se organizou e funcionou no passado para que possa se verificar a dimensão das transformações e alterações que fazem da degradação ambiental um processo social.

Nesse trajeto torna-se considerável constatar o papel das transformações agrícolas e de utilização da água, o que evidencia, em última instância, as interações de diferentes concepções do meio natural, bem como as disputas pelo uso dos recursos naturais.

## 2.1 CARACTERIZAÇÃO NATURAL

Nesta pesquisa a caracterização do meio natural vai além de uma narrativa protocolar com o objetivo de situar geograficamente o leitor. Baseada na temática da História Ambiental a caracterização natural dialoga com a caracterização cultural, destacar os elementos que produzem esse diálogo é essencial para o entendimento da conversa e nesta busca pela compreensão do diálogo é necessário ouvir ambas as partes. Contudo, como se pode “ouvir” uma lagoa? Donald Worster em “Pensar como um rio” oferece algumas considerações sobre a dinâmica dos rios e bacias.

O primeiro mandamento para viver bem sucedido na natureza – viver por longo tempo e na mais alta possibilidade de desenvolvimento moral – é entender como aquele ‘rio circular’ e sua bacia

---

<sup>19</sup>

Idem. p. 208.

hidrográfica trabalham em conjunto e adaptar nosso comportamento a isso. Ao contrário assumir uma atitude puramente econômica em relação à água é a forma mais acertada de fracassar na compreensão do ‘rio circular’.<sup>20</sup>

Ao perceber a água como um bem, uma commodity, o meio teve que atender os anseios econômicos, economistas e engenheiros desprezaram a lógica de funcionamento, neste caso da Lagoa, “não percebendo que aquelas sinuosidades fazem sentido e possuem uma lógica funcional”<sup>21</sup>.

A transformação da água em mercadoria é fruto da reorganização econômica dos recursos naturais empreendida pelo liberalismo e, posteriormente, pelo neoliberalismo, como afirma Karl Polanyi<sup>22</sup>. O projeto de expansão da economia liberal inseriu homem e natureza na economia de mercado, sujeitando-os às “leis” de oferta e procura, passam a ser manuseados como mercadoria, como bens produzidos para venda. Neste processo, o homem sob o designação de mão-de-obra e a natureza sob o nome de terra passaram a ser percebidos como objetos, e como tais são passíveis de toda uma gama de intervenções condicionadas somente pelos ideais do lucro.

Assim que a agricultura começou a trilhar os caminhos da industrialização a demanda hídrica transformou a Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba em mais uma engrenagem do sistema de produção, a agricultura irrigada operou uma dinâmica de extravagância hídrica difícil de ser mantida, que o manancial não pode manter por muito tempo. Diferente da dinâmica de dominação do capitalismo sobre o meio, agricultura deve se adaptar as condições do meio, nunca o contrário, o senso para os limites do rio devem ser estabelecidos atentando para as dinâmicas da bacia hidrográfica.

### 2.1.1 Bacia do Mampituba

A Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba situa-se entre dois estados: Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O manancial é compartilhado entre os dois Estados, o que ressalta as semelhanças no

---

<sup>20</sup> WORSTER, Donald. Pensar como um rio. In\_\_: ARRUDA, G. (org). **A Natureza dos rios**. Curitiba: Editora da UFPR, 2009. p. 26.

<sup>21</sup> Idem. p.27.

<sup>22</sup> POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

relevo e hidrografia, logo, o desenvolvimento das práticas agrícolas foi semelhante nos dois lados do rio. Segundo Holn, “A área total da bacia é de 1.940 km<sup>2</sup>, sendo 37% (712 km<sup>2</sup>) no Rio Grande do Sul e 63% (1.228 km<sup>2</sup>) em Santa Catarina”<sup>23</sup>. A bacia alcança atualmente 18 municípios, sendo que 10 estão do lado catarinense e 8 no rio-grandense.

Mapa de Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba

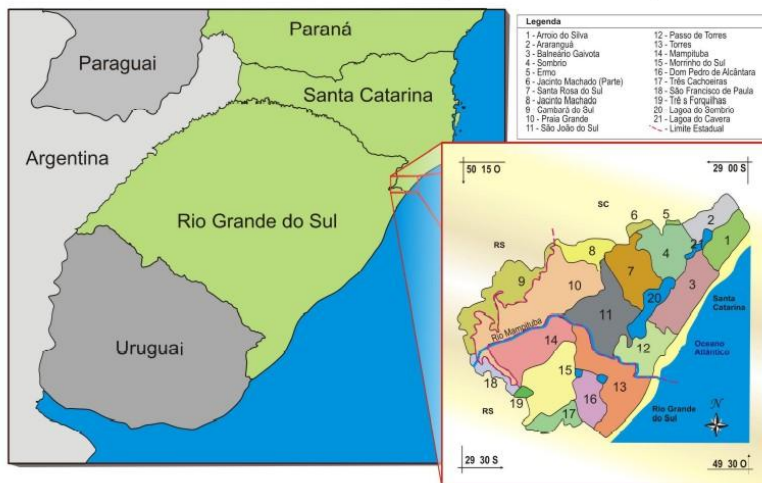


Figura 1: Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba. Fonte: BOHN, Luis. Expressões de conhecimento(...). p. 31.

Dos municípios que possuem contato com a Lagoa de Sombrio, localizada no baixo Mampituba, ou seja, na área mais próxima da foz no mar, Balneário Gaivota, Passo de Torres, São João do Sul, Santa Rosa do Sul e Sombrio, apenas Sombrio e Santa Rosa do Sul não estão totalmente inscritos dentro da bacia. Pois, segundo os dados de Luis Holn, Sombrio tem 97,8% de seu território dentro da bacia e Santa Rosa do Sul 99%. As pequenas partes que não estão inclusas na bacia do Mampituba pertencem à Bacia do Rio Araranguá, situada ao norte da Lagoa de Sombrio.

Com apoio das constatações de Holn se pode observar que “a Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba (BHRM) tem como limites, a

<sup>23</sup>

HOLN, Luis. **Expressões de conhecimento de grupos sociais locais para a gestão de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Mampituba**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. Florianópolis, 2008. p. 30.

oeste, o Planalto Basáltico da Serra Geral; a leste, o Atlântico; ao norte, a Bacia do Rio Araranguá; e ao sul, a Bacia do Rio Tramandaí”.<sup>24</sup> A BHRM tem no entorno de seu território 12 formas de relevo caracterizadas, entretanto receberam ênfase apenas aquelas relacionadas com a área onde se encontra a Lagoa de Sombrio. Estando esta no Subdomínio das Planícies Aluviais, inserida no Domínio das Planícies (ou terras baixas) onde se encontram compartimentos de planícies de inundação (vulgarmente chamada de várzeas e vales) e compartimento de deltas.

No tocante à cobertura florestal, a Mata Atlântica ocupa as encostas e as planícies do nordeste rio-grandense e sul catarinense; a Floresta de Restinga estende-se pela planície nos solos mais arenosos; a Floresta Paludosa fica localizada nas áreas inundáveis, nos solos turfosos das várzeas das lagoas; as Florestas de Submontana estão nas cabeceiras de drenagem ainda em solos profundos; a Floresta Montana localizam-se nas escarpas planálticas em altitudes superiores a 400 metros, nos locais de relevo mais acentuado<sup>25</sup>. Padre Raulino Reitz observa que:

As poucas exceções remanescentes de floresta nativa estão localizadas [em 1948] no oeste da região, nas partes altas, correspondentes as escarpas do basalto, onde ainda se encontram espécies pertencentes a Floresta Ombrófila Densa Montana e Submontana”, (...)“ao longo do litoral são encontradas restingas(vegetação primária de influência marinha).<sup>26</sup>

Uma constatação importante do trabalho de Luis Holn vincula-se a área de abrangência da Bacia do Mampituba, pois salienta que a região

representa uma importante zona de transição entre os ecossistemas tipicamente tropicais e os nitidamente subtropicais e temperados. Associa-se a esse espaço a influência dos ecossistemas lacustres, estuários, lagunares e marinhos, que tornam a região singular no aspecto biogeográfico. A diversidade biológica, resultante de associação desses ecossistemas, é suficiente

<sup>24</sup> Idem. p. 34.

<sup>25</sup> HOLN, L. Op cit. p. 37-38.

<sup>26</sup> REITZ, Raulino. **Paróquia de Sombrio**: ensaio de uma monografia paroquial. Brusque, Azambuja, 1948. p. 47.

para que se mobilizem esforços, com o fim de concretizar o estruturado pelos agentes proponentes da sua transformação em Reserva da Biosfera, ou seja, de se conservar corredores ecológicos, sendo que o maior desses deve seguir, ininterruptamente, da Serra do Mar à Serra Geral.<sup>27</sup>

Salienta-se ainda a importância da região em virtude da estreita passagem entre a Serra Geral e o oceano, tal passagem ou corredor foi denominada “Porta de Torres”.<sup>28</sup>

Com relação à hidrografia, o curso das águas segue predominantemente para direção leste, descendo as escarpas da Serra Geral e desaguando no oceano Atlântico. No baixo curso, planícies aluviais da Planície Costeira se conectam à bacia, como é o caso da região onde se encontra a Lagoa de Sombrio. O rio Mampituba tem afluentes tanto no lado catarinense quanto no rio-grandense. Ao norte, na parte catarinense destacam-se: Rio Sertão, Rio Canoas e a Sanga da Madeira, este trabalha como canal de drenagem da Lagoa de Sombrio, que tem como afluente mais importante o Rio da Lage. Ao sul no território rio-grandense sobressaem: Rio de Dentro, Rio Josafaz, Rio Jundiá, Rio do Forno e Sanga Grande. Vale ressaltar que diversos arroios (termo usado principalmente na região sul do Brasil para denominar pequenos córregos) colaboram na formação do Mampituba, mas sua incidência é maior nas regiões próximas da Serra Geral.

---

<sup>27</sup> SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Bacias Hidrográficas de Santa Catarina**: Diagnóstico Geral. Florianópolis: 1997. p. 39.

<sup>28</sup> Rambo, B. *apud* FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E CENTRO DE ECOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Parque Estadual de Torres**: importância da área para preservação e proposta de delimitação do parque. Porto Alegre:FEPAM/UFRGS, 1991. 32 p.

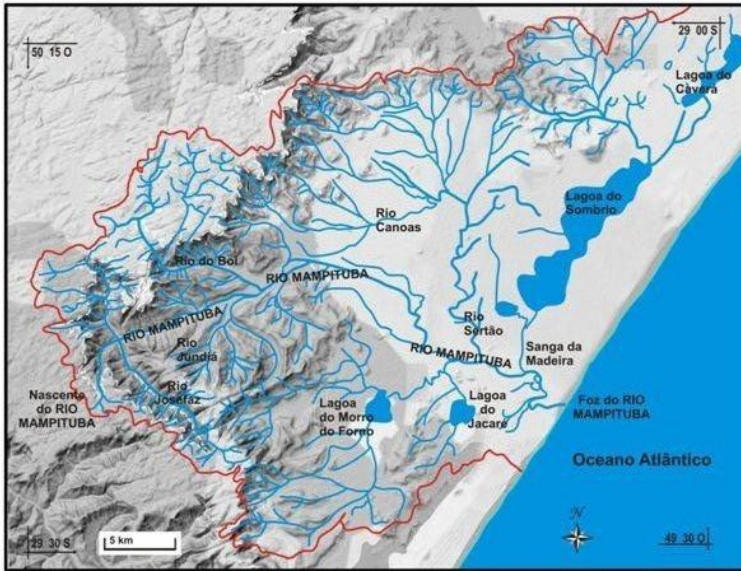


Figura 2: Mapa hidrológico da bacia hidrográfica do Rio Mampituba.

Fonte: HOLN, L. *apud* Adaptado de Comissão Pró-criação do Comitê da Bacia do Rio Mampituba, 2006 – Dossiê da Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba(...). p. 42.

Os condicionantes climáticos que interagem com a região são definidos pela posição da bacia entre as latitudes médias e subtropicais. Sendo assim, a Bacia está submetida à influência de dois importantes centros de ação atmosférica: que, segundo o relatório do Dossiê da Bacia do Rio Mampituba, são o anticiclone semipermanente do Atlântico Sul e o anticiclone migratório Polar. Conseqüentemente, nesses sistemas merecem ressalva as massas de ar Tropical Atlântica (Ta) e Polar Atlântica (Pa), sendo que, as massas Equatorial Continental (Ec) e Tropical Continental (Tc) ainda afetam a área de forma secundária.<sup>29</sup> Além disso, fatores de grande relevância para questões climatológicas são a latitude, geomorfologia e maritimidade que, segundo Luis Holn, são os principais condicionantes pelo clima mesotérmico brando dessa região. “Portanto, o clima da região, bem como da maior parte do estado do Rio Grande do Sul e sul de Santa

<sup>29</sup>

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVILVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE. *Op cit.* p. 58.



Catarina, encontra-se incluso no tipo de clima Cfa ou subtropical úmido, segundo a classificação de Köppen”<sup>30</sup>.

A maritimidade também trabalha de forma reguladora na temperatura da região, diminuindo consideravelmente a amplitude térmica em comparação com o restante de Santa Catarina e Rio Grande de Sul. No tocante à regulação térmica a Lagoa de Sombrio e a Lagoa do Caverá também auxiliam no processo, isto em vista da extensão de seus corpos d’água, pois a de Sombrio é (ou foi) considerada o maior corpo d’água doce do Estado, o que é discutido no decorrer do trabalho. A área não é costumeiramente afetada por secas ou estiagens, com exceção de períodos ocasionais quando sob ação da massa de ar Tropical Continental (Tc). A pluviometria do local indica variações entre 1.400mm e 1.800mm, numa média de 1.500mm ao ano, distribuídos com relativa regularidade<sup>31</sup>.

### 2.1.2 Lagoa de Sombrio

A contribuição do padre Raulino Reitz é essencial para caracterização geográfica da Lagoa e do seu entorno, pois por meio de suas narrativas e mapeamentos torna-se possível analisar as transformações no meio, além, é claro, das entrevistas que ampararam as constatações iniciais desta pesquisa. O cruzamento de fontes é tarefa basilar, a fim de confrontar indícios e analisar a problemática levantada na introdução deste trabalho.

Ainda, deve ser levada em consideração a intencionalidade que permeia a obra de Raulino Reitz. O levantamento sobre as características da Paróquia de Sombrio provavelmente atende a um pedido de seu irmão João Reitz pároco da cidade, nesta obra mesclam-se as necessidades de João para conhecer as características sociais, econômicas e naturais para que se possa desenvolver a região e as de Raulino com o intuito de proteger a diversidade natural.

Outra fonte que auxilia nas caracterizações sobre a Lagoa de Sombrio são os relatórios para análise ambiental do corpo d’água, estes estudos possuem tanto informações referentes às peculiaridades quanto aos atuais níveis de poluição, salinização e diminuição da lâmina d’água. Entretanto é necessário salientar que os dados presentes nos

---

<sup>30</sup> HOLN, L. *Op cit.* p. 44.

<sup>31</sup> Universidade do Sul de Santa Catarina. Curso de Engenharia Ambiental. Empresa Junior de Engenharia Ambiental – EJE. **Estudo de Impacto Ambiental - Canal da Barrinha na Lagoa do Sombrio.** Palhoça, 2005. p. 14.

relatórios são dados atuais, servindo apenas como indicativos das transformações ocorridas no corpo d'água. Por este motivo, suas inferências sobre os indicadores ambientais estarão presentes na parte final do capítulo, quando a degradação será enfocada.

A Lagoa do Sombrio abrange uma área de 51,17 Km<sup>2</sup>, tendo como perímetro 50,46 Km e comprimento máximo de 16.700m. Seu volume integrado a partir de 8 seções é de 28.979.400 m<sup>3</sup>. Na Lagoa encontram-se profundidades de até 2 m, sendo sua profundidade modal igual a 0,90 m, já a declividade média da lagoa é de 0,05%. Sendo que seu centro geográfico está localizado nas coordenadas N= 6.770.950m e E = 626.623m<sup>32</sup>.

No tocante as dimensões da Lagoa, é necessário salientar que a mesma possui dois corpos, que podem ser divididos pela estreita passagem, também conhecida como “travessio”, que existe nas proximidades da divisa quádrupla entre os municípios de Santa Rosa do Sul, Balneário Gaivotas, Passo de Torres e São João do Sul.<sup>33</sup> O corpo norte possui, atualmente a partir das constatações do Relatório da UNISUL, um comprimento de 10.550m e largura de 4.550m, o corpo sul tem um comprimento de 6.150 e largura de 4.270m. Os índices pluviométricos, o relevo, hidrografia que se aplicam à Bacia do Mampituba também se aplicam à Lagoa, logicamente não há necessidade de repeti-los.

Marco na localização da Lagoa e um dos monumentos naturais mais conhecidos na região são as Furnas de Sombrio, segundo relatos dos primeiros luso-descendentes, estavam localizadas nas margens da Lagoa de Sombrio, como aponta Reitz.

Encantadora e vistosa furna se acha no ponto mais avançado da série de morros areníticos que percorre o sul do município de Araranguá. É visto a 2 km da vila de Sombrio. Os seus arredores são admiravelmente belos e recordam saudades a todos que os viram. Amplo plano se estende ante sua boca, que beija as doces águas da Lagoa de Sombrio. (...) Monumental é a sua entrada. Figueiras, orquídeas, bromélias e lianas adornam a

---

<sup>32</sup> Idem. p. 15-16.

<sup>33</sup> Corpo d'água ou corpo hídrico: denominação genérica para qualquer manancial hídrico; curso d'água, trecho de rio, reservatório artificial ou natural, lago, lagoa ou aquífero subterrâneo.

sua fachada. (...) O silêncio litúrgico vagueia pelo espaço<sup>34</sup>.

Os atributos conferidos ao local por Reitz focalizam o universo de significação onde o padre estava inserido, ao tratar do silêncio litúrgico transforma a furna em um espaço clerical, logo, sagrado. O que coaduna com as características gerais da área no tocante à “admirável beleza” e as doces águas da Lagoa, que possivelmente eram salobras.



Figura 3: Vista interna das Furnas em 1956(Hoje é posto de combustíveis), ao fundo encontra-se a Lagoa de Sombrio. Fonte: Arquivo Digital de Alfredo Ricardo Lucas Lopes.

Quanto as questões geológicas e hidrológicas das regiões lacustres litorâneas no extremo sul catarinense, o estudo da UNISUL ainda trata da progressiva colmatação que acomete os corpos lacustres inseridos nos cordões litorâneos. Neste processo, o corpo paulatinamente se extingue pela natureza dos sedimentos carregados pelos canais fluviais. Utilizar essa informação de forma simplista para explicar a progressiva diminuição da lâmina d’água e assoreamento não corresponde à amplitude do processo de degradação, pois a ação antrópica também deve ser vista como geradora da degradação. Um dos objetivos deste estudo é vislumbrar as relações entre o meio, imbuído de características peculiares, e a ação humana. Deste modo, mostra-se necessário vislumbrar um conjunto de relações de causa e efeito que, entretanto, não se articulam de maneira hierárquica, regular e linear.

34

REITZ, R. *Op cit.* p. 104.

Sob a perspectiva da degradação ambiental como processo social, as contribuições de Enrique Leff em “Racionalidade Ambiental”, enfatizam que a crise ambiental veio questionar os fundamentos ideológicos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico. Sobre esse panorama o autor destaca uma proposta holística que seja capaz de integralizar os condicionantes sociais, ambientais e econômicos nas propostas das abordagens investigativas da ciência. Logo, para o economista, “a sustentabilidade depende de estratégias de valoração da natureza”, valoração no sentido mais amplo do termo, que abarca um novo encantamento do mundo, uma transformação na sensibilidade que define a natureza como recurso econômico unicamente destinado a transformação que a indústria impõe.<sup>35</sup> O presente trabalho caminha na esteira desse projeto de “desnaturalização” de um progresso meramente econômico que perpetua desigualdades sociais, num discurso de colonização da natureza, convertendo-a em capital natural.

Desta forma, a racionalidade de Leff se baseia no entendimento da complexidade ambiental, que é o entrelaçamento da ordem física, biológica e cultural; uma hibridização entre economia, tecnologia, a vida e o simbólico.<sup>36</sup> O projeto político de ressignificação da natureza de Leff confronta uma natureza capitalizada e uma tecnologia naturalizada que “impõe seu império hegemônico e homogeneizante sob o domínio do signo unitário do mercado”.<sup>37</sup>

## 2.2 HISTÓRIA DA POVOAÇÃO

### 2.2.1 indígenas

A Lagoa do Sombrio está localizada no extremo Sul do estado de Santa Catarina, no Vale do Rio Mampituba, divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Segundo Raulino Reitz a região divide-se em quatro faixas paralelas de direção norte-sul: o litoral, as lagoas, a zona dos morros e o talude da Serra Geral.<sup>38</sup> O padre Paulo Hobold, em seu livro sobre a história de Araranguá, traz a informação de que originalmente o Rio Mampituba se chamava “Mboipetiba”, que significa rio com abundância de serpentes ou cobras, na linguagem o grupo

---

<sup>35</sup> LEFF, E. *Op cit.* p.134.

<sup>36</sup> No seu sentido mais amplo, para além das características puramente financeiras, caminhando para um real entendimento do *oikos* (casa, em grego, uma pequena unidade auto suficiente), para estudar a produção, distribuição e consumo dos bens e serviços.

<sup>37</sup> LEFF, E. *Op cit.* p. 307.

<sup>38</sup> REITZ, R.1948. *Op cit.* 130-131.

indígena dos Carijós. Esta população, afirma Teobaldo Costa Jamundá, se estendeu sobre a faixa litorânea catarinense até o litoral norte gaúcho.<sup>39</sup> Não existem registros sobre o nome que era dado à Lagoa de Sombrio por estes indígenas.

Explicação muito comum na maioria dos livros de história da região Sul do Estado de Santa Catarina é a idéia de que as terras eram desabitadas. Este posicionamento marca o tipo de relevância que as populações indígenas receberam nos estudos históricos ligados à ocupação do território brasileiro. Ainda, tão importante quanto a ocupação dos Carijós na região é a articulação cultural efetuada entre o indígena e o luso-descendente. Questão trabalhada por diversos pesquisadores atualmente, presente na obra “Caminhos e Fronteiras” de Sérgio Buarque de Holanda.<sup>40</sup>

Nesta direção, a idéia simplista de puro enfrentamento no contato entre branco e indígena deve ser melhor analisada, em um arcabouço metodológico que espreeita as colocações claramente dicotômicas e totalizantes. A averiguação desse intercâmbio entre diferentes culturas vai ao encontro de uma apreciação da aprendizagem sobre o meio, bem como, da implementação de técnicas indígenas que auxiliaram na subsistência do invasor/colonizador.

A inserção dos Carijós na região é decorrente do deslocamento constante dos grupos indígenas, pois foram impelidos a realizar uma série de deslocamentos em virtude da disputa indígena por territórios. Com a chegada dos colonizadores ocorreu uma intensa ocupação das terras por imigrantes e permanente escravização ou utilização para trabalhos compulsórios análogos à escravidão, o que também produziu o deslocamento dos indígenas para terras onde o contato com o invasor fosse mais brando.

Sobre a passividade dos indígenas, Jamundá destaca diversos relatos de viajantes a fim de atestar a serenidade do grupo. A ausência do instinto bélico é salientada como possível causa da rápida extinção ou captura dos Carijós, quando os bandeirantes, durante o século XVIII, embarcaram no Porto de Laguna os indígenas escravizados. A visão apocalíptica de Jamundá existe em virtude do depoimento trazido em seu texto. “E saberá que no porto de Laguna em 1635, o Pe. Inácio de Sequeira viu sessenta e duas embarcações ancoradas, esperando a carga

---

<sup>39</sup> JAMUNDA, T. **Os Carijos lá nas raízes**. Florianópolis: Instituto Historico e Geografico de Santa Catarina, 1987. p. 29.

<sup>40</sup> HOLANDA, S. B. de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

estimada de doze mil Carijós que seriam comercializados como escravos”, afirma ainda que durante décadas o porto de Laguna exportou mão-de-obra cativa Carijó para outras províncias.<sup>41</sup>

As descrições de Hobold sobre uma “essência” Carijó são antagônicas, pois se em um momento salienta a habilidade com o arco e flecha, noutro denominava-os como a mais dócil das nações.<sup>42</sup> Ainda, dentro de um estilo de retórica clerical sobre o indígena, que faz dos clérigos vítimas do processo de exploração da terra e dos nativos, Hobold traz um depoimento que caracterizou o primeiro apresamento em terras do Sul da atual Santa Catarina, de 1548 quando duas caravelas aportaram em Ibiaça (atual Laguna). Parecendo serem muito amistosos os navegantes permitiram que os nativos conhecessem as embarcações. Ao subirem a bordo foram aprisionados e levados a capitania de São Vicente e Ilhéus.<sup>43</sup> Segundo o padre, esse foi o primeiro contato dos Carijós com os europeus.

Um elemento salta aos olhos nas obras de Jamundá e Hobold, não se trata simplesmente das informações e controvérsias sobre os indígenas, mas da ordem com que o discurso aparece. Essa relação se dá sobre a escravização de indígenas pelos próprios nativos. Os dois escritores dão tamanha ênfase a esse processo, que de certa forma ele parece justificar qualquer tipo de violência que o invasor tenha cometido.

Em diversos relatos sobre a região as características edênicas são rotineiramente arroladas.<sup>44</sup> Essa definição ocorre por dois motivos: seja pelas próprias características da área, onde são mencionadas abundante fauna e flora; ou por relatos produzidos *a posteriori* onde o mito da abundância natural contrasta atualmente com um cenário de crescente degradação. Neste ambiente coleta/caça e agricultura eram complementares na subsistência do indígena, Sergio Buarque de Holanda ainda complementa enfatizando que tais grupos, tanto litorâneos quanto interioranos não possuíam uma agricultura elaborada, o que por outro lado favorecia os processos migratórios.<sup>45</sup>

Nos arredores da Lagoa de Sombrio a presença da argila e arenito favoreceu todos os grupos ali inseridos. Raulino Reitz em sua obra sobre a Paróquia de Sombrio relata que a argila local era de alta

---

<sup>41</sup> JAMUNDA, T. *Op Cit.* p. 25.

<sup>42</sup> HOBOLD, P. *Op Cit.* p. 18.

<sup>43</sup> Idem. p. 19.

<sup>44</sup> HOBOLD, P.; REITZ, R.; COELHO, Rolando C. S. **Assim Nasceu Sombrio.**

Sombrio: Jornal Correio do Sul, 2003.

<sup>45</sup> HOLANDA, S. B. de. *Op cit.* p. 70.

qualidade, afirmando isso com base na qualidade das “panelas de bugre” presentes no Museu Paroquial, organizado por seu irmão o padre João Reitz: segundo ele, os indígenas dominavam bem a arte da cerâmica.<sup>46</sup>

No tocante à pesca, fica evidente o que Sérgio Buarque de Holanda chama de solidariedade cultural, onde os contatos entre a cultura invasora e a estabelecida constituem diálogos culturais.<sup>47</sup> Pois não só pela disponibilidade no meio natural é definida a utilização de um recurso natural, laços culturais firmam-se como direcionadores das implementações humanas no meio ambiente. “Foi exatamente na pesca fluvial e lacustre que as influências indígenas chegaram a exercer-se e a perdurar, entre nós, quase sem temer competição”.<sup>48</sup> Fica latente que nas questões ligadas à pesca é marcante o legado indígena. O conhecimento do meio natural é traço da cultura indígena, mesmo que os rio-grandenses recém chegados na Lagoa já fossem “abrasileirados”, isto é, já haviam se apropriado de algumas técnicas locais para interagir com o meio.

As trocas culturais que se efetivaram no primeiro momento fizeram com que os eurodescendentes pudessem potencializar a exploração da pesca, dentro das suas possibilidades. Como as armadilhas aquáticas para pesca ainda estão presentes nas práticas de pesca na Lagoa de Sombrio, a técnica para confecção das armadilhas consistia no trançado de plantas mais resistentes. O trançado do butiazeiro foi usado durante muitos anos pelos colonos para confecção de cestas e chapéus.

O jornalista Rolando C. S. Coelho, em seu livro “Assim nasceu Sombrio”, obra mais recente sobre a história da cidade, publicada em 2003, pouco destaca o alcance da herança indígena na cultura local. Salienta que não havia presença humana nas imediações da Lagoa, mas casas de pau-a-pique foram encontradas vazias, fruto da presença de pescadores nos meses de maio e junho, para pesca da tainha. Adiante explica que poucos pescadores desciam das canoas na parte norte da lagoa, “pois era notória a presença de indígenas por aqueles lados”.<sup>49</sup> Algumas páginas adiante, alude à imaculação das terras próximas ao Morro Sombrio, sobre as grutas, conhecidas atualmente como Furnas, explica que pareciam nunca terem sido habitadas antes.

---

<sup>46</sup> REITZ, R. 1948. *Op. cit.* p. 118.

<sup>47</sup> HOLANDA, S. B. de. *Op. cit.* p. 61.

<sup>48</sup> Idem. p. 72.

<sup>49</sup> COELHO, R. C. S. *Op. cit.* p. 237.

As ambigüidades ligadas à invisibilidade do indígena são constantes na obra de Coelho, vêm na esteira de um projeto historiográfico ligado à noção de que o indígena nada contribuiu para o desenvolvimento da nação e, além de não contribuir, atrapalhava o colono que buscava desenvolver a economia local a luz do progresso que emanava da Europa. Como destaca Mary L. Pratt em “Olhos do Império”, os nativos são propositalmente retirados da paisagem por causa da sua “feição”, quando inseridos no meio natural são retratados como seres sem cultura, o que reforça a ideologia da superioridade européia. Os “novos” continentes, África e América, nos relatos de viajantes tornaram-se um espaço sem gente, sem história, um espaço onde a única história que está por começar é a das organizadas sociedades econômicas.<sup>50</sup>

Na descrição inicial da Lagoa de Sombrio, Coelho retrata um ambiente romantizado, a área aparece como portadora de receptividade edênica, pela fertilidade em suas terras, largos campos para criação de gado e, ainda, fauna e flora abundantes. Pontos marcantes de uma natureza dormente, um lugar de ócio bucólico, onde a referência de uma promissora terra pastoril despontava como herança divina de natureza intocada.

Na busca pela identificação das diversas matrizes mitológicas que o Ocidente produz sobre a natureza, Simon Schama em “Paisagem e Memória” oferece uma série de recursos para análise destas significações do mundo natural. Relacionando as características edênicas da Lagoa de Sombrio com os conjuntos de significados analisados por Schama é possível se relacionar o mito da Arcádia, ou melhor, das Arcádias. Onde são salientadas características antagônicas entre as formas de dar significado à natureza. Uma Arcádia é portadora da tranqüilidade, luminosa e bucólica; outra, tumultuada, sombria, lugar de pânico e selvageria primitiva.<sup>51</sup> Estas mitificações ocidentais da natureza baseadas na contrariedade pautaram a significação do meio natural conforme sua utilidade ou potencialidade econômica e social. Fica latente na análise de Coelho a escalada teleológica do discurso que busca enfatizar, através de um passado onde a riqueza natural se fazia presente, um lugar no futuro em que o município gozará das benesses do desenvolvimento pautado na utilização desses recursos naturais. Paulo Hobold, ao traçar as características do meio natural nos arredores do Rio

---

<sup>50</sup> PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999. 393p.

<sup>51</sup> SCHAMA, Simon. *Op cit.* p. 513.



Araranguá, também “pinta de verde-forte” a paisagem em que o manancial está inserido, entretanto diferente da visão de Coelho, afirma que a riqueza desvaneceu-se sob o impacto do interesse extrativista.<sup>52</sup>

Mostra-se necessário salientar como se deram as interações entre os dois diferentes grupos e a conseqüente primazia de apenas um. A idéia de guerra de extermínio do indígena está bem difundida na história brasileira, entretanto a partir da contribuição de Jared Diamond em “Armas, germes e aço: O destino das sociedades humanas” se favoreceu uma nova visão sobre a importância do aparato tecnológico e biológico europeu. O autor forneceu novas variáveis à ideia simplista de extermínio. Segundo Diamond, além da guerra belicosa existia outro conflito muito mais silencioso, uma guerra biológica.<sup>53</sup>

As colocações de Diamond são balizadas pela obra de Alfred Crosby “Imperialismo Ecológico”, onde busca entender os aspectos que auxiliaram e/ou dificultaram a instalação dos colonos europeus nas neo-europas e, ainda, o impacto ecológico na implementação do novo modo de vida.<sup>54</sup> Segundo Carvalho, Crosby vai além das explicações sobre as “vantagens” culturais ou tecnológicas dos europeus.<sup>55</sup> O autor argumenta que é preciso levar em conta toda a biota portátil, ou os animais, plantas e microorganismos que os europeus levaram consigo para as Neo-Europas para compreender mais adequadamente a razão do seu rápido estabelecimento. Desta forma, especialmente as doenças,

uma vez em terra firme e alojados no corpo de novas vítimas e novas terras, a sua taxa de reprodução (chegavam a dobrar a cada vinte minutos) permitia que superassem todos os imigrantes de maior porte na rapidez com que se proliferam e na velocidade da sua expansão geográfica.<sup>56</sup>

Aponta que o desequilíbrio no intercâmbio atuou em avassalador benefício dos invasores europeus e “para a esmagadora desvantagem dos povos cujos lares ancestrais estavam situados no lado derrotado das suturas da Pangéia”.<sup>57</sup>

---

<sup>52</sup> HOBOLD, P. *Op cit.* p. 142.

<sup>53</sup> DIAMOND, J. **Armas, germes e aço**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

<sup>54</sup> CROSBY, A. W. **Imperialismo ecológico** : a expansão biológica da Europa 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 319p.

<sup>55</sup> CARVALHO, M. M. X. de. *Op Cit.* p. 44.

<sup>56</sup> CROSBY, A. 1993. *Op cit.* p. 175.

<sup>57</sup> Idem. p. 192.

Diamond sofisticada e insere essa discussão em contextos mais específicos, a fim de avaliar que nesse conflito invisível microrganismos vindos da Europa, com um grau de mutabilidade muito elevado, disseminaram pestes e doenças na flora, fauna e seres humanos que não tinham contato com esses germes. Continuando nos argumentos sobre conquista, ressalta a vantagem que povos produtores de alimentos tiveram nos embates com povos coletores, nesse contexto afirma que os produtores de alimentos têm mais facilidade para aumentar sua área de influência territorial e suplantam outros grupos.<sup>58</sup> Os dois argumentos podem ser aplicados nas relações entre colonos e indígenas nas regiões limítrofes à Lagoa, sem que seja desconsiderada a proposta de Holanda das interações culturais.

Inicialmente os Carijós eram considerados pacíficos e indolentes. Contudo depois da crescente fixação de colonos na região e o conseqüente estrangulamento territorial do indígena, relatos de investidas dos nativos tornam-se freqüentes.<sup>59</sup> O fato de os dois grupos disputarem o mesmo espaço e utilizarem recursos naturais semelhantes para a subsistência também acirrava os embates. Atualmente o único registro de remanescentes indígenas Carijós em Santa Catarina é o grupo encontrado no município de Biguaçu. O que leva a crer em uma progressiva diminuição da população que estava fixada por todo o litoral catarinense. Hobold, destaca que no início do século XX os “bugres” eram encontrados apenas na aba da serra, em 1907 quatro indivíduos foram capturados onde é atualmente Praia Grande, o destino destes nativos não foi descrito.

O trabalho de Maurício da Silva Selau analisa os conflitos envolvendo os Xokleng e os imigrantes italianos no Sul Catarinense nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX. Neste contexto ocorreu uma grande imigração européia para o Brasil e a expansão das áreas coloniais como forma de expansão da fronteira agrícola em locais considerados “vazios demográficos” pelo governo brasileiro. O autor discute a ocupação do território Sul catarinense pelos imigrantes, bem como a modificação na paisagem empreendida pelo grupo recém estabelecido e, ainda, demonstra como este processo foi reduzindo as condições de sobrevivência do grupo Xokleng, conseqüentemente, desarticulando seu modo de vida. O extermínio do grupo foi possível devido à política indigenista do século XIX que previa “guerra” aos botocudos, entre os quais estão incluídos os

58

DIAMOND, J. *Op Cit.*

59

COELHO, R. C. S. *Op Cit.* p. 245.

Xokleng. As justificativas para as ações que foram desenvolvidas visavam a garantir de segurança nas colônias, ou seja, o trabalho dos bugreiros, que consistia no extermínio dos Xokleng, foi realizado com aval das autoridades constituídas.<sup>60</sup>

No relato final do padre da Paróquia de Araranguá sobre a população Carijô traz um aspecto interessante, avaliza que “com a invasão (*sic*) dos colonizadores, o território tornava-se aqui ecologicamente insuficiente em nível de grupos”<sup>61</sup>. Não se trata aqui de definir o padre como ambientalista, entretanto o conhecimento sobre a necessidade de um amplo espaço com recursos naturais para subsistência dos grupos coletores/caçadores confere a sua obra uma visão que caminha para longe da dicotomia extermínio/escravidão.

O ponto chave do argumento de Jamundá, o extermínio dos Carijós no século XVII, converge às afirmações de Hobold, quando em 1845 a primeira leva de luso-descendentes vinda da Vila de São Domingos de Torres (atual Torres-RS) atravessa o Rio Mampituba e se fixa ao norte da Lagoa de Sombrio. Nesse momento o contato com remanescentes da nação Carijô acontece. A territorialidade também deve ser observada sob o foco do uso dos recursos naturais, em razão dos Carijós serem caçadores, coletores e agricultores a demanda territorial se mostrava necessária a fim de efetivar a subsistência do grupo.

Assim, mesmo que não houvesse a escravização ou tomada direta das terras, quando o território utilizado para subsistência era comprometido por ocupação de colonos ou degradação dos recursos os grupos precisavam deslocar-se. A narrativa de Hobold mostra-se contundente para elucidar a situação dos indígenas na região sul da província de Santa Catarina, “assim numa atmosfera de fraudes, violência e toda casta de espoliações e atropelos contra os nativos, os donos naturais do solo pátrio, é que se chegou à época da proclamação da Independência Nacional”.<sup>62</sup>

### 2.2.2 euro-descendentes

A demarcação das terras no além-mar entre Portugal e Espanha, chamada de Tratado de Tordesilhas (1494), fixava o limite máximo do

---

<sup>60</sup> SELAU, Maurício da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no sul catarinense (1875-1925):** resistência e extermínio. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História. Florianópolis, 2006. 156 f.

<sup>61</sup> .HOBOLD, P. 1984. *Op cit.* p. 20.

<sup>62</sup> Idem. p. 22.

domínio português sobre as terras que vieram a ser chamadas Santo Antônio dos Anjos de Laguna, a atual Laguna. A preocupação em estender os domínios lusitanos até a Colônia Sacramento fez de Laguna um porto de valor estratégico. Durante a ocupação da parte mais ao sul do Tordesilhas, em 1684, houve luta contra os indígenas estabilizados em Ibiacá. Segundo Hobold, a aliança com o indígena era imprescindível para o processo de colonização lusitano, pois diversos caciques locais eram “mimoseados” para que suas forças fizessem frente às investidas dos castelhanos que instabilizavam as regiões ao sul da Freguesia.<sup>63</sup>

Neste processo, para pacificar a região, era necessário ocupar a área compreendida entre o sul de Laguna e a Colônia de Sacramento, fundada em 1679 pelo português Manoel Lobo, alvo de diversas disputas entre Portugal e Espanha. Em 1777 a Espanha decide invadir a Ilha de Santa Catarina e depois disso um acordo foi estabelecido para a troca das duas possessões. O Tratado Santo Ildefonso restabeleceu o domínio português sobre a Ilha de Santa Catarina e o domínio espanhol sobre a Colônia de Sacramento. O acordo foi ratificado em 1801 sob os termos do Tratado de Badajoz.

Os acontecimentos deste processo são de grande importância, pois em consequência das contendas e acordos o Império Português decidiu incentivar e povoar o “vazio” ao sul de Laguna até a província de São Pedro do Rio Grande que foi integrada à capitania do Rio de Janeiro em 1738. Uma série de incursões por terra foram realizadas para criação de uma ligação entre as localidades e entrepostos instalados nesse caminho. Subindo a Serra do Mar foi encontrada uma grande quantidade de gado *vacum* nos atuais limites oeste do Brasil. Com a demanda de animais de tração e de carne na região das Minas Gerais a região sul passou a fazer parte do sistema econômico do Império, fornecendo animais para as áreas de extração de minérios. O padre Hobold afirma que, “(...) a partir de 1732, começam a ser outorgadas, em caráter de título provisório as primeiras cartas de sesmarias, instalando nessa época entre Tramandaí e São José do Norte, nada menos que 27 fazendas de gado”.<sup>64</sup>

O estabelecimento dos luso-brasileiros nessa região, mas especialmente nas áreas limítrofes à Lagoa de Sombrio, foi semelhante às formas de povoamento do interior brasileiro citadas por Holanda. À vista disso, “(...) os frutos da lavoura não encontravam mercado amplo e

---

<sup>63</sup> Ibidem. p. 24.

<sup>64</sup> Idem. p. 33.

acessível para seduzir as ambições dos moradores da terra. E assim, as mesmas razões que condenavam esses homens à instabilidade, reduziam-nos a frequente dependência imediata da natureza”.<sup>65</sup> O autor tratando ainda de rechaçar a ideia de acumulação enfatiza que o rendimento da pesca não é elevado, por isso populações se fizeram escravas dos mares e rios.<sup>66</sup> Tais colocações coadunam com as condições de povoamento da região, entretanto não se deve acreditar na única restrita sujeição aos recursos naturais fornecidos pela lagoa.

As colocações de Hobold e Coelho soam um tanto quanto diferentes das afirmações de Holanda. Os primeiros enfatizam que as povoações surgidas no “Caminho do Sul” estavam inseridas em um contexto dinâmico que possibilitou o florescimento de tantas localidades, pois os moradores se aglutinavam ao longo do caminho construindo povoados nos quais se fazia o trato do gado e uma agricultura que mesclava subsistência e excedentes. Uma questão que não foi tratada por Hobold e Coelho era a dinâmica aquisição e divisão das propriedades, pois na região era marcante o estabelecimento das pequenas propriedades. Logicamente havia grandes propriedades, mas em virtude da escassa mão-de-obra escrava, os agricultores, lavradores e pecuaristas eram levados a minimizar o raio de ação na lida do campo. Consecutivamente, a medida que a família aumentava e os filhos casavam, novas terras eram necessárias para o sustento da nova família. Esta dinâmica certamente colaborou na ordenação espacial da colonização local.

O modelo de colonização local aglutinava uma série de fatores. A produção da mandioca estava presente na maioria das propriedades. Havia ainda a pecuária e o trabalho com o couro, que apesar de pouco volumosa inicialmente encontrava bons pastos para a ampliação dos rebanhos. A incipiente pecuária que havia encontrado boas terras desenvolveu-se extensivamente e muitos proprietários de terras de cima da serra tinham propriedades na planície litorânea para direcionar o gado no inverno. A madeira foi fundamental para o sustento das propriedades, seja para utilização como combustível, seja para construção de edificações, móveis e ferramentas. A extração de argila e pedras apesar de incipiente ensaiava utilidade aos povoadores. As pedras, provavelmente de arenito, utilizadas para a construção da igreja da São

---

<sup>65</sup> HOLANDA, S. B. de. 1993. *Op cit.* p.60.

<sup>66</sup> Idem. p. 70.

Domingos de Torres foram levadas de jangada pela Lagoa até o território gaúcho em 1855.<sup>67</sup>

Diversos autores que tratam da colonização do sul catarinense conferem à indústria canvieira um papel de grande importância na efetivação e sustentação dos primeiros povoados, pois os seus produtos, o açúcar mascavo e a cachaça, encontravam compradores em qualquer lugar. Segundo Hobold, na contagem populacional de 1797 há a informação que de Laguna à Araranguá havia 54 engenhos e mais tarde apenas entre as bacias do Araranguá e Mampituba prosperavam 72 engenhos.<sup>68</sup>

O transporte dos produtos enviados a Torres era via Lagoa de Sombrio, sendo que para conduzir a aguardente

fabricada, lançavam às águas da lagoa barris, e que por meio das varas de suas canoas os impeliam para o varadouro, como faziam com as balsas de madeira, e por ele abaixo iam ter ao Mampituba, donde em carros de bois os transportavam ao porto desejado.<sup>69</sup>

Na localidade de Praia Grande, bem como nas pequenas povoações de toda a região, a produção de açúcar bruto e cachaça prosperou até o início da década de 1970 quando foi construída a BR-101, estrada de rodagem que liga em sentido norte-sul todo o litoral brasileiro. Neste momento houve a invasão dos produtos industrializados e os agricultores tiveram que praticamente abolir o cultivo da cana-de-açúcar.<sup>70</sup>

Nas terras do litoral brasileiro durante o período colonizatório, a indústria da mandioca teve marcante onipresença devido ao seu teor nutritivo, “labutar ao redor da raiz da terra propiciava condições materiais para que uma família sobrevivesse, sobretudo com muitos componentes, não transpusesse a barreira que separava a pobreza da miséria, à época”.<sup>71</sup> Várias razões faziam da mandioca uma boa escolha: a adaptabilidade ao solo; o cultivo, que apesar de exigir certo esforço,

---

<sup>67</sup> COELHO, R. C. S. *Op Cit.* p. 263.

<sup>68</sup> HOBOLD, P. *Op cit.* p. 128.

<sup>69</sup> REITZ, R. *Op Cit.* p.114.

<sup>70</sup> BRIGHTWELL, M. das G. S. L.; NODARI, E. S.; KLUG, J. **Saberes e Sabores de Praia Grande: práticas alimentares, memória e história.** Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005. P. 27.

<sup>71</sup> LEANDRO, J. A. A roda, a prensa, o forno, o tacho: cultura material e farinha de mandioca no litoral do Paraná. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 27, n. 54, 2007. p. 262.

não implicava trabalho muito árduo; não está vinculada a alguma sazonalidade, embora houvessem meses mais propícios; e finalmente a conservação da farinha. Sobre esta última Leandro coloca que, embora o processo de preparação da farinha de mandioca fosse composto em várias partes, descascar, lavar, ralar, socar, peneirar e torrar, comparado com a transformação do trigo em farinha, a transformação da raiz era bem mais simples. A simplicidade dos elementos dessa cultura material no preparo da mandioca facilitou sua presença no litoral brasileiro.

Um dos fatores que dinamizou o povoamento na região foi o tropeirismo. A partir do transporte de gado para as Minas Gerais, a província de São Pedro do Rio Grande do Sul fez da parte sul do litoral catarinense seu primeiro caminho até Sorocaba. Essa rota durou “aproximadamente uma década, dinamizando a região de Araranguá, primeiramente chamada de Capão da Espera, com a instalação de fazendas de criação de gado”.<sup>72</sup> Na passagem do gado surgiram as primeiras trilhas, o pisoteio do rebanho abriu passagens que nunca mais foram fechadas.

O impulso povoador do tropeirismo também se deu em virtude do incipiente comércio realizado por estes indivíduos e da necessidade de parada em locais específicos durante a jornada. Assim, com o passar das décadas e o desenvolvimento desses núcleos, cidades apareceram nos entrepostos de troca e comércio.<sup>73</sup> Posteriormente, com a utilização da serra como caminho para o Sudeste, o “Caminho dos Conventos” perdeu sua importância, entretanto o tráfego de tropeiros resistiu atendendo aos mercados locais até a construção da BR-101.

Embora a dinâmica estabelecida na Freguesia de Araranguá no século XIX tenha sido preponderantemente a pequena propriedade com mão-de-obra familiar, não se deve acreditar que não haviam escravos na região. Justamente sobre esta temática que Antônio César Sprícigo escreve “Sujeitos Esquecidos, Sujeitos Lembrados”.<sup>74</sup> Neste trabalho o historiador avalia o discurso sobre a invisibilidade do escravo negro que foi propagado localmente. Coelho enfatiza que os primeiros luso-brasileiros a habitar os arredores da Lagoa de Sombrio possuíam

---

<sup>72</sup> BUSS, M. D. ; FURTADO, S. M. de A. Paisagem na Bacia do Rio Araranguá. In: \_\_. SCHEIBE, L.F.; BUSS, M. D. ; FURTADO, S. M. de A. **Atlas ambiental da Bacia do Rio Araranguá**. Florianópolis: UFSC: Cidade Futura, 2010. p. 21

<sup>73</sup> ARAÚJO, H. da C. **Caminho das tropas**. Florianópolis: Insular, 2003.

<sup>74</sup> SPRÍCIGO, A. C. **Sujeitos esquecidos sujeitos lembrados: entre fatos e números, a escravidão registrada na Freguesia do Araranguá no Século XIX**. Caxias do Sul: Murialdo, 2007.

escravos, mas estes eram tratados como sendo da família.<sup>75</sup> Tal discurso coaduna com a idéia de que não havia escravidão, mas analisando mais a fundo vemos que tais indivíduos tidos como “familiares” não eram beneficiários em testamento ou inventário algum, pelo contrário eram propriedade, também não possuíam nenhum nome de família. Segundo Sprícigo, a invisibilidade da escravidão é fruto da invisibilidade do negro, que caminha na esteira de um projeto de construção da idéia de uma Santa Catarina germinada na tradição européia.<sup>76</sup>

No tocante às ondas migratórias que povoaram a região, diversas tradições e afirmações esbarram na busca por uma resposta única. Hobold afirma que a colonização da vila de Araranguá (toda parte do sul de Santa Catarina atualmente) se deu pelos luso-descendentes que estavam domiciliados em Laguna. Coelho salienta que a paulatina ocupação das terras ocorreu também pelo estabelecimento de luso-descendentes, inicialmente fixados em São Domingos de Torres. Brightwell não descarta a importância dos colonizadores que desceram a Serra Geral para ocupar a planície litorânea e as encostas da serra. Na busca por uma “verdade” perde-se a percepção de integralidade e diferentes dinâmicas de povoação que ocorreu na região.

Desta forma, além de fornecer fundamental sustento às primeiras famílias estabelecidas em suas margens, a Lagoa de Sombrio era o conduto de ligação entre estes colonizadores e a vila de São Domingos de Torres. Vale salientar que essa ligação tinha fins sociais e econômicos, para compra de ferramentas e alimentos, pois as questões relacionadas à venda dos excedentes eram direcionadas à Laguna. A implementação desta estratégia buscava evitar a tributação que existia entre as fronteiras das duas províncias de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro.

Paulo Hobold explica como seria uma viagem de Araranguá a Porto Alegre em meados da década de vinte do século XX. Esta passagem evidencia a importância do meio de comunicação fluvial:

Podia-se como primitivamente, transitar pela praia, sendo a locomoção feita normalmente a cavalo, ou então, utilizando-se uma carreta.

Quem não quisesse optar pelo caminho da praia, poderia servir-se de locomoção aquática. No ancoradouro da localidade de – Lagoa do Caverá – embarca-se em uma lancha, apelidada de

75

COELHO, R. C. S. *Op cit*, p. 256.

76

SPRÍCIGO, Antônio César. *Op cit*.



‘gazolina’, por esta movida, para a tração, de motor movido por aquele carborizante.

Zarpando-se então, através da lagoa, de 9 quilômetros de comprimento, depois por um sangradouro, entrava-se na Lagoa do Sombrio de 16 quilômetros. Daqui através da Sanga da Madeira, desembocava-se no Rio Mampituba, que naquela época tinha sua foz junto ao mar, nas imediações da localidade de Torres. No dia seguinte ao amanhecer tomava-se uma condução (cavalo, carroça ou carro-de-boi) e ia em rumo ao terminal Porto Estácio, a fim de embarcar ai numa lancha, puxada por um rebocador ‘gazolina’, atravessava-se então as lagoas Itapeva, dos Quadros, Pinguela, até Osório, onde se pernoitava. Ao se transitar pelos sangradouros, normalmente sinuosos arroios que interligavam essas lagoas, o rebocador desprendia-se do barco de passageiros, viajando só aquele, enquanto esta era empurrada com varas de taquara, manejadas pelos passageiros.

Segundo informações colhidas, essa viagem era até bastante pitoresca e divertida, porque, além de contemplar as paisagens encantadoras, sugestivas, aproveitava-se o tempo para caçar jacarés, capivaras, peixes e aves.

Em Osório, ao dia seguinte tomava-se um trenzinho de bitola estreita que conduzia até Palmares do Sul (...). Embarcado no Montenegro, descia-se à Lagoa dos Patos e ao Rio Guaíba, até Porto Alegre.<sup>77</sup>

Segundo Reitz, fazer os varadouros era muito comum para passar pelas inúmeras voltas do sangradouro da Lagoa de Sombrio.<sup>78</sup> Ainda trabalhando com os escritos de Reitz sobre a utilização dos canais para navegação, o autor alega que era uma preocupação manter os canais abertos para que a comunicação entre as localidades,

formando assim um canal de 76 kms de navegação interna, que a natureza se esmerou em propiciar ao homem para que ele tirasse proveito e que desde 1856 foi posto em equação, tantas

77

HOBOLD, P. *Op Cit.* p. 86.

78

REITZ, R. *Op Cit* p. 113.

vezes resolvido sempre posto de lado o seu valor econômico, pelos administradores como também pelo interesse particular. Há a lembrar que antigamente os lavradores do arredor do município do Sombrio transportavam sua produção para ser vendida em Torres ou em Porto Alegre por esta via fluvial, e faziam-no em canoas.<sup>79</sup>

As colocações de Reitz além de enfatizarem a necessidade da navegação interna como possibilidade de melhorar a teia das relações econômicas locais, também vincula a utilização do canal aos desígnios divinos ao afirmar que a natureza, vista como obra divina, se esmerou para fornecer aos seres humanos meios com que pudessem desenvolver sua sociedade. O imaginário judaico-cristão sobre o mundo natural emerge nas concepções de Reitz de uma forma um tanto paradoxal. Se por um lado é vista como herança divina destinada ao uso do homem e seu desenvolvimento, por outro esta herança, oferecida por Deus, deveria ser bem cuidada, pois não pertence a uma geração, mas, sim, a todos os filhos de Deus.

Na parte final que trata das características naturais da região na sua obra sobre a Paróquia de Sombrio, traz um levantamento sobre as riquezas vegetais, produzindo uma ampla lista de espécies encontradas e qualificando a área como éden brasileiro.<sup>80</sup> Ao discorrer sobre suas preocupações, deixou claro que é imprescindível manter o legado às gerações vindouras, um legado de exuberância natural. Assevera, ainda, a necessidade da proteção aos monumentos naturais e às espécies botânicas e zoológicas periclitantes, sendo este o problema mais agudo na região. A fim de efetivar as demandas naturais locais por proteção, Reitz destaca a criação imediata de parques naturais Nacionais, Estaduais e Municipais para expor as riquezas naturais locais.<sup>81</sup>

Com o contínuo aumento da densidade demográfica, o estabelecimento de levadas migratórias entre as Bacias Hidrográficas dos Rios Araranguá e Mampituba impôs uma nova dinâmica econômica à região. Ao analisar o desenvolvimento dos meios de transporte no Sul de Santa Catarina, Luiz Cláudio de Freitas enfatiza a iniciativa de

---

79 Idem. p. 114.

80 Ibidem. p.118.

81 Idem. p. 104.

construção do canal Laguna-Porto Alegre apontado como alternativa para o escoamento da incipiente produção local em 1879.<sup>82</sup>

O economista ressalta que o canal teria 304 km de comprimento e utilizaria as lagoas litorâneas do norte rio-grandense e sul catarinense. Em alguns locais os canais teriam que receber melhoramentos, enquanto em outros, novos canais teriam que ser abertos. O trecho entre as lagoas do Caverá e de Sombrio, segundo Freitas, seria a parte que menos problemas apresentaria em virtude da profundidade e direção das águas.<sup>83</sup> Para fazer essas constatações se apóia no projeto elaborado pelo tenente-coronel do Corpo de Engenheiros Eduardo José de Moraes em 1879, que cogita o estabelecimento de vias fluviais e ferroviárias para ligação das regiões periféricas ao centro do Império. O pesquisador ainda se apóia nos relatórios das províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que se manifestavam positivamente à construção dos canais. Desta forma fica evidente que até o início do século XX a navegação no interior do território apesar de não receber os mesmo incentivos e atenção direcionados às ferrovias cafeeiras, pelo menos era vista como uma via de comunicação que poderia ser potencializada.

Ao longo do processo de ocupação da porção ao norte de São Domingos de Torres pode se observar que o corpo d'água possuía vital importância para a sustentabilidade dos luso-descendentes incorporados à região. Contudo, não se deve presumir que o impacto ambiental nas primeiras povoações (indígenas e euro-descendentes) fosse nulo, apesar dos vestígios não serem comparáveis à condição atual de degradação da Lagoa. A condição da Lagoa dos meados do século XX até 2005 é o tema das próximas discussões deste trabalho.

---

<sup>82</sup> FREITAS, L. C. O canal de navegação Laguna a Porto Alegre. In: Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada, 2005, Porto Alegre. **Anais das Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada**. Porto Alegre : Editora da PUCRS, 2005. v. 1.

<sup>83</sup> Idem.

## 2 “A LAGOA DO SOMBRIO CORRE QUE DESAPARECE, AI AI”

A frase da música “A Lagoa de Sombrio” de autor desconhecido, amplamente conhecida na região do extremo sul catarinense era entoada para salientar a grandeza do manancial, assegurando que de tão grande suas margens fugiam dos olhos daqueles que as contemplavam. Neste sub-capítulo, porém, o termo “desaparece” perde sua licença poética e revela a realidade a qual o corpo d’água está preso.

Tão importante quanto o olhar interdisciplinar da história ambiental é a problematização da degradação como resultado de diferentes projetos de uso dos recursos naturais. Esses diferentes modos de ver e utilizar os recursos naturais, por sua vez, são fruto de diferentes percepções do meio. A reorganização da natureza para fins econômicos se inseriu no projeto de expansão da economia liberal de mercado, que como definiu Polanyi em “A Grande Transformação” quando homem e natureza se inserem nessa órbita, sujeitando-se às “leis” de oferta e procura, isto é, passam a ser manuseados como mercadoria, como bens produzidos para venda.<sup>84</sup> Neste processo, o homem sob a designação de mão de obra e a natureza sob o termo de terra passaram a ser percebidos como objetos, e como tais eram passíveis de toda uma gama de intervenções condicionadas pelos ideais do lucro.

Entretanto não se pode descrever essa transformação de forma totalmente homogênea e simultânea em todo mundo capitalizado, nem que a introdução de novas dinâmicas econômicas ocorreu de forma passiva e sem resistência. Por conseguinte, a disputa pelos recursos naturais deve ser vista como choque entre diferentes culturas, e cada cultura com sua forma específica de perceber o meio onde está inserida. As populações tradicionais que vivem nas proximidades da lagoa vêem a água como um bem sagrado, herança divina marca de coletividade, as intervenções que ocorreram na lagoa e nos seus arredores são marcadas pela busca da utilização do potencial dos recursos naturais para oxigenação e desenvolvimento da economia local.

Vandana Shiva em “Guerras por água” assegura que “a cultura da mercantilização está em guerra com as diversas culturas de

---

<sup>84</sup> POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

compartilhamento”<sup>85</sup>. A autora evidencia em sua obra a crise da água no planeta, demonstrando que a degradação ambiental chega a ser um negócio vantajoso para as empresas privadas que se beneficiam da escassez e comercializam dispendiosas tecnologias para tratamento da água. Sendo assim, ligando esses dados às características locais fica claro que os recursos que antes pareciam infinitos mostram-se degradados e limitados.

## 2.1 RETILINIZAÇÕES

Pode-se considerar que pelas descrições do Pe. Raulino Reitz sobre a biodiversidade do ambiente e suas semelhanças ao Éden, qualquer tipo de impacto nem tenha sido perceptível até meados de 1950. Apesar dos constantes problemas entre os pescadores de ambos os lados do Mampituba, Reitz ainda afirma que o rio é fortemente piscoso e sustenta uma forte Colônia de Pescadores (Z-7), cuja sede está em Passo de Torres.<sup>86</sup>

Entretanto o referido autor já tinha algumas preocupações com o destino das lagoas litorâneas de Santa Catarina.

O processo mais acentuado de transformação do nosso litoral se manifestará na zona das lagoas internas (Sombrio, Caverá, etc...). As areias carregadas pela água e pelos ventos, coadjuvados pelos detritos vegetais diminuirão gradativamente a profundidade e a extensão das nossas lagoas, até o seu atulhamento completo, isto tudo, caso o homem não interferir.<sup>87</sup>

Este processo atualmente é chamado de colmatação, como foi frisado anteriormente, acomete os corpos lacustres nos cordões litorâneos, que se extinguiriam pela deposição dos próprios sedimentos carregados pelos canais. Apesar de em 1948 o padre Raulino Reitz não ter pleno conhecimento desse processo como se tem hoje, é provável que auxiliado por seu irmão padre João Reitz domiciliado em Sombrio que presenciou a paulatina ocupação de alguns corpos lacunares localizados mais próximos do mar pelas areias das dunas como o

---

<sup>85</sup> SHIVA, Vandana. **Guerras por água**: privatização, poluição e lucro. São Paulo: Radical Livros, 2006. p. 10.

<sup>86</sup> REITZ, R. *Op cit.* p.112.

<sup>87</sup> Idem. p.95.

exemplo da Lagoa Cortada (atualmente pertence a Balneário Gaivota), pode perceber a constante diminuição dos corpos d'água pela invasão das dunas.

Os Estudos Botânicos do padre Balduino Rambo sobre a região ilustram o levantamento sobre a biota na área onde está inscrito o município de Sombrio. Ao tratar das matas que margeiam as lagoas e canais é enfático ao salientar a colmatação no espaço.

A [Lagoa] de Caverá, já quasi vencida pela vegetação e transformada em pântano, envia um estreito sangradouro para a de Sombrio, que por sua vez se comunica com o rio Mampituba. As secas dos últimos anos lhe reduziram a extensão até a metade, não passando da profundidade de 2 metros. Enquanto nas imediações vegeta uma rica flora palustre, a margem normal e o trecho de ambos os lados do sangradouro está coberto de mato alto.<sup>88</sup>

As colocações de Rambo são imprescindíveis para o entendimento de que o processo de colmatação acontecia até mesmo em locais onde a mata ciliar estava conservada. O que diferencia a colmatação do assoreamento.

Estudos indicam que no passado nesta área onde hoje estão inseridas as lagoas de Sombrio e Caverá havia uma grande laguna com manguezais.<sup>89</sup> Segundo depoimentos antes das retificações dos canais na região ocorriam em média três cheias por ano pelo motivo de que o meio era extremamente alagadiço.<sup>90</sup> Uma série de pequenas retificações também foram feitas em pequenas propriedades com o intuito de drenar os solos para utilização agrícola. Evidenciar o momento exato em que o projeto de retificação tanto dos canais quanto dos pequenos corpos d'água foi efetivado é uma tarefa complexa, pois estas ações não ocorreram apenas em um dado momento, sendo resultado de um processo.

---

<sup>88</sup> RAMBO, B. In: \_\_REITZ, R. *Op cit.* p. 131.

<sup>89</sup> WAHRLICH, R. *et al.* Caracterização Ambiental da Lagoa do Sombrio. In: \_\_SCHEIBE, Luis Fernando; PELLERIN, Joel(orgs). **Qualidade Ambiental de Municípios de Santa Catarina**: O município de Sombrio. Florianópolis: FEPEMA, 1997. p.118.

<sup>90</sup> Entrevista realizada com o Eng. Agrº Carlos Alberto Zapelini Mendes. Sombrio, julho de 2009.



Figura 4: retificação dos canais durante a década de 1960. Fonte: Arquivo EPAGRI-Sombrio.

Na figura 4 pode-se observar a importância que a retificação dos canais tinha para a região. Como todas as fotos da época, esta foi “montada”, pois não havia tecnologia para captação instantânea da imagem, o que pode ser comprovado pelo fato dos indivíduos presentes na imagem estarem todos direcionados ao fotógrafo, até mesmo os operadores da máquina de escavação, que fizeram questão de abrir a porta lateral para ter contato visual com a lente da câmera. Outra questão que avalia a importância da obra é a dimensão que o profissional fornece à imagem, o “personagem principal” não é uma pessoa ou o conjunto delas, mas, sim, a máquina e todo seu tamanho. O maquinário utilizado para a retificação do canal da barrinha era empregado na construção da BR-101. O motivo de orgulho na pose para a fotografia estava em caminhar para longe do determinismo do meio, ao utilizar o engenho humano para vencer as adversidades do mundo material, ou seja, vencer a natureza.

Também é possível inferir que, a antropização dos canais era vista não como medida paliativa para manutenção da navegação, mas como saída para o crescimento econômico nas proximidades do complexo lacustre, pois toda obra de retificação de canais realizada na região nesta época era para desenvolver a agricultura.<sup>91</sup>

<sup>91</sup>

Entrevista de Carlos Alberto Z. Mendes. *Op. cit.*

No ano de 1997 foi editado pelo Governo de Santa Catarina sob a organização de Luiz Fernando Scheibe e Joel Pellerin um livro sobre a qualidade ambiental do município de Sombrio. O sétimo capítulo foi inteiramente dedicado à caracterização ambiental da Lagoa de Sombrio. No trabalho são analisadas aerofotos onde em 1957 a rede hidrográfica local apresenta estrutura bem sinuosa entre as duas lagoas. “Em 1978, um canal retilíneo já faz ligação entre as lagoas do Caverá e do Sombrio, e uma rede de canais secundários perpendiculares e lineares drena toda a planície [sudeste]”.<sup>92</sup>

As intencionalidades na retificação dos canais foram evocadas de diversas formas durante a produção desta dissertação: a maioria das pessoas acredita que obras ocorreram para potencialização da rizicultura nas margens da Lagoa. Outras entrevistas tomadas, especialmente, de agrônomos locais e de pescadores enfatizam que a drenagem do Caverá ocorreu para secar os campos para o gado e também para extração da turfa que alimentaria as indústrias cerâmicas da região. Nas entrevistas realizadas pelo documentarista Gustavo Rotta Camargo e pelo historiador Alfredo Ricardo Silva Lopes com atuais pescadores da Lagoa, na produção do vídeo-documentário “Lagoa de Sombrio: Seu povo fala” (2009), surgiu mais uma questão que segundo Pedro Manoel da Rosa poucos levam em consideração. É a extração da turfa na região norte da Lagoa do Caverá, ela seria utilizada inicialmente na combustão dos fornos de olarias na região de Criciúma. A turfa é um combustível orgânico rico em restos vegetais. Segundo o referido pescador, os caminhos retilíneos produzidos para aumentar a velocidade da água em direção ao rio Mampituba e, posteriormente, ao mar foram criados para secar a zona turfeira e dar pasto ao gado.

Salienta-se ainda, a necessidade de drenagem para outras culturas agrícolas e a preocupação com a navegabilidade. Não se trata de, simplesmente acreditar na idéia como um agente ecológico, e buscar uma ação que engendrou e possibilitou um conjunto de tantas outras, mas sim evidenciar o conjunto de influências culturais, sociais e econômicas que possibilitaram a atual situação.

Sobre as características de canais em linha reta, cabe realçar que esta forma de rede de drenagem, proporciona maior velocidade das águas, aumentando a vazão líquida e, conseqüentemente, a sólida. O que tende a adicionar maior quantidade de sedimentos no fluxo da água, conseqüentemente potencializando o assoreamento<sup>93</sup>. Desta forma, a

---

<sup>92</sup> WAHRLICH, R. *et al.* *Op cit.* p. 119.

<sup>93</sup> Idem.



iniciativa da drenagem das áreas alagadiças não contava com o “apoio” do processo de colmatação que conferiu uma velocidade surpreendente na transformação desses solos. O assoreamento vagaroso como processo de degradação ainda encontra outro aliado na dinâmica de sedimentação da Lagoa de Sombrio, alto índice de nutrientes na parte norte articula uma eutrofização e desenvolvimento de “ilhas” de vegetação no delta do Rio da Laje.<sup>94</sup>

Existem dois vetores nessa questão. Um deles ligado à agricultura na Bacia do Rio da Laje, onde os dejetos dos insumos agrícolas e agrotóxicos que durante anos foram despejados na bacia convergiram para o seu delta. A segunda “variável desta equação” está ligada ao desenvolvimento urbano da cidade de Sombrio e o despejo de parte do esgoto cloacal.

## 2.2 AGRICULTURA E PECUÁRIA

Durante o levantamento de dados do presente trabalho, nas conversas informais e até mesmo nos pronunciamentos das autoridades locais, quando se trata de agricultura às margens da Lagoa majoritariamente se fala apenas dos rizicultores. Este fato tem suas prováveis causas nos embates mediatizados a partir de 2005 com a publicação do Estudo de Impacto Ambiental realizado pela empresa Júnior do curso de Engenharia Ambiental da UNISUL campus Palhoça. Entretanto, como já foi relatado neste trabalho, as interações relacionadas à agricultura neste manancial possuem características que ficam evidentes em cada momento de sua história.

Por isso, cabe aqui tratar das diferentes interações agrícolas não como uma ordem crescente onde sempre foi buscado o lucro. Vale lembrar que antes da construção da BR-101 e antes mesmo do pisoteio do gado ter lapidado as primeiras estradas, a segurança alimentar do luso-brasileiro era pautada na diversificação, dentro de uma pequena margem de produtos. Desta forma, antes de se trabalhar com uma historicização da agricultura é necessário ter em mente que em cada conjuntura a agricultura desempenhou papéis diferentes na subsistência humana.

A história das interações agrícolas nos arredores da Lagoa de Sombrio em um primeiro momento se confunde com a história da

---

<sup>94</sup> Fenômeno causado pelo excesso de nutrientes na água provocando um aumento descomunal de algas. O aumento da biomassa, por sua vez, pode reduzir o volume de oxigênio na água, provocando a morte de inúmeras espécies.

povoação, por esse motivo foi desenvolvida no sub-capítulo anterior. Logo, o período de análise que incide sobre esta seção é compreendido entre 1950 e 2010. Nesse recorte cronológico aconteceram as mudanças mais significativas tanto nas transformações das técnicas e culturas agrícolas quanto nas mudanças do meio.

Segundo Mazoyer e Roudart, a Revolução Agrícola Contemporânea teve seu início no decorrer da primeira metade do século XX, mas foi só a partir de 1950 que conseguiu progredir vigorosamente nos países desenvolvidos e em alguns setores limitados dos países em desenvolvimento. Dentre suas características estão

a elevada motorização-mecanização, seleção de variedades de plantas e de raças de animais com forte potencial de rendimento, ampla utilização de fertilizantes, dos alimentos concentrados para o gado e produtos de tratamento das plantas e animais domésticos.<sup>95</sup>

Afirmam que, no enalço do desenvolvimento agrícola veio a queda dos preços dos produtos, pois o equivalente-cereal chegou atualmente a produtividade bruta de 2.000.000kg (200 hectares x 10.000 kg) por trabalhador.<sup>96</sup> Sendo assim, os ganhos de produtividade foram tão rápidos e tão elevados durante a Revolução Verde que ultrapassaram os da indústria e do setor de serviços. A forte queda nos preços dos produtos bloqueou o desenvolvimento dos estabelecimentos agrícolas menos favorecidos, tal processo forneceu para os grandes centros industriais o contingente populacional que não encontrou mais no meio rural condições para sobrevivência.

Os autores ainda afirmam que:

ainda nos países em desenvolvimento, a partir dos anos 1960, a revolução verde, uma variante da revolução agrícola desprovida de motorização-mecanização, desenvolveu-se muito mais amplamente. Baseada na seleção de variedades com bom rendimento potencial de arroz, milho, trigo, soja e outras grandes culturas de exportação, baseada também numa ampla utilização de fertilizantes químicos, dos produtos de tratamento e, eventualmente, em um eficaz controle da água

---

<sup>95</sup> MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: UNESP. Brasília: NEAD, 2010. p. 27.

<sup>96</sup> Quantidade de cereais que possuem o mesmo valor calórico que a produção agrícola considerada durante um ano.

de irrigação e da drenagem, a revolução verde foi adaptada pelos agricultores que eram capazes de adquirir esses novos meios de produção e nas regiões favorecidas, onde era possível de rentabilizá-los.<sup>97</sup>

Nesse caminho, grande parte dos agricultores dos países em desenvolvimento nunca teve acesso aos meios de produção oriundos das recentes revoluções agrícolas. Com a deficiência na busca por produtividade os agricultores tradicionais foram empobrecidos pela baixa dos preços agrícolas reais e, por vezes, sofreram com os efeitos inconvenientes das resultantes das duas revoluções, como poluições diversas, baixa do nível de lençóis freáticos, salinização dos solos irrigados e mal drenados.<sup>98</sup> A expectativa para mudança dessa realidade, segundo os autores, “para restabelecer a qualidade do meio ambiente ou dos produtos, será preciso, sem dúvida, impor restrições aos empregos desses meios de produção, o que não coincidirá com novos aumentos de produtividade”.<sup>99</sup>

Sobre tal contexto se amparam as problematizações deste trabalho no tocante ao universo da agricultura além da degradação ambiental, o modelo agrícola (originário das revoluções contemporâneas) competiu com uma agricultura tradicional incapaz de nivelar sua produção ao modelo mais recente.

O arroz foi transformado em um alimento de primeira necessidade tanto na região estudada quanto em boa parte do planeta. Uma gramínea originária das regiões secas adaptou-se muito bem ao ambientes semi-aquáticos, o que

assegurou um alto rendimento e o seu destino. Mas uma característica revela ainda a sua origem: tal como o trigo, as suas raízes ‘cabeludas’ precisavam de uma grande quantidade de oxigênio de que a água estagnada as privaria; por conseguinte não há nenhum arrozal a água, aparentemente imóvel, não entre em movimento em certas ocasiões, para que seja possível essa oxigenação. A técnica hidráulica deve portanto, alternadamente, suspender e criar movimento.<sup>100</sup>

---

<sup>97</sup> MAZOYER, M. ROUDART, L. *Op. cit.* p. 28.

<sup>98</sup> Idem. p. 29

<sup>99</sup> Ibidem. p. 33.

<sup>100</sup> BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, econômica e capitalismo – séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p.127.

A gramínea originária da Ásia Central inicialmente era plantada na técnica denominada de sequeiro, semeado em solo livre com pouca preparação, o grão é lançado, bem provável que um solo pouco rico logo fique esgotado. Este regime de comprometimento do solo também pode dar vazão ao intercâmbio de culturas no mesmo espaço, mas geralmente no Brasil a terra é “colocada para descansar” enquanto outra área é utilizada, até muito recentemente um novo desmatamento ocorria a fim de “limpar” a terra para o plantio. O arroz aquático, uma outra técnica de cultivar o cereal, foi desenvolvido primeiro na Índia, depois chegou à China e, como aponta Braudel, propiciou crescimento e expansão do Império Chinês<sup>101</sup>. Esta técnica consiste na utilização de ambientes aquáticos para o plantio a fim de aumentar a produção do cereal. O historiador salienta a importância do arroz explicando a facilidade em seu preparo, pois “cozido apenas em água, é o alimento de todos os dias”.<sup>102</sup> O arroz irrigado da mesma forma que na China antiga, na Lagoa de Sombrio moldou e transformou a paisagem.

A rizicultura voltada ao abastecimento do mercado regional do Sul de Santa Catarina foi empreendida a partir de 1937, quando foi instalado o primeiro engenho de arroz industrial na localidade de Sombrio.<sup>103</sup> Existem várias divergências sobre a chegada do cultivo de arroz irrigado em Sombrio, que são marcadas pela confusão que é feita entre a técnica do arroz irrigado e do irrigado pré-germinado. O mesmo problema foi encontrado por Juliana Brocca Presa na análise da experiência de agricultores em relação à utilização da água na produção de arroz na bacia do Rio Araranguá. Segundo a autora, o equívoco ocorre pelo fato dos agricultores da região, antes da chegada dos agrônomos da ACARESC (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina, fundada 1957), já terem percebido que o arroz tinha uma maior produtividade quando submerso por um determinado período em seu crescimento.<sup>104</sup>

Em 1937 o primeiro engenho de arroz foi instalado em Sombrio, pela articulação do vigário João Reitz. O clérigo ainda

---

<sup>101</sup> Idem. p. 128.

<sup>102</sup> Ibidem. p.132.

<sup>103</sup> BELTRÃO, Leila Maria Vasquez. **A industrialização em Sombrio/SC: gênese e evolução.** Florianópolis: Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em Geografia, 2001. p.112.

<sup>104</sup> PRESA, J. B. A experiência de agricultores em relação à utilização da água na produção de arroz irrigado (1980-2009). **IV Congresso Internacional de História.** Maringá: Editora Clichetec, 2009. p. 2019-2030.

articulou politicamente para que o traçado do trecho da BR-101 passasse próximo à cidade de Sombrio e às margens da Lagoa. Segundo Beltrão, em 1983 o número de empresas que trabalhavam com o beneficiamento do arroz e farinha de polvilho chegava a quinze trabalhando em um mercado de abrangência regional.<sup>105</sup> O desenvolvimento da indústria alimentícia em Sombrio ligada ao arroz pôde ocorrer por alguns motivos específicos: o crescimento da produção local, a utilização da BR-101 (após 1970) para o escoamento da produção.

Referente ao aumento da produção local, sob a égide da Revolução Verde a produtividade por hectare pode passar de 10.000 kg em equivalente cereal, sendo que os indivíduos que não se enquadraram nessa dinâmica por falta de capital, utilização de ferramentas estritamente manuais, sem fertilizantes nem produtos de tratamento dos solos, possuem em sua maioria rendimentos inferiores a 1.000kg de equivalente cereal por hectare.<sup>106</sup> Este processo tem como resultado a desagregação da estrutura da sociedade rural e, conseqüentemente, o êxodo para centros urbanos<sup>107</sup>.

O sucesso da Revolução Verde em Santa Catarina está intimamente ligado à atuação do órgão estadual de extensão rural. Segundo Carvalho, Nodari e Nodari, no ano de 1957 foi criada a ACARESC, “que se caracterizava como uma associação civil, sem fins lucrativos, de direito jurídico privado, cujos recursos provinham das prefeituras conveniadas, do governo estadual e do governo federal”. Os autores também enfatizam que “Desde o 1º Relatório de Atividades da ACARESC, de 1957, é relatado que os agrotóxicos já eram usados em Santa Catarina”.<sup>108</sup> Neste contexto, asseguram que a ação da extensão rural no estado foi preponderante para o aumento brutal no uso de agrotóxicos que em 1975 já chegava a 87% das propriedades rurais de Santa Catarina (180 mil dos 206.505 estabelecimentos).<sup>109</sup>

A pesquisa de Gisele Mara Hadlich sobre os riscos de contaminação hídrica na Microbacia Hidrográfica do Córrego Garuva é consoante à análise dos autores acima citados, pois assegura que foi nessa conjuntura, durante a década de 1970, que no Brasil se criou a

---

<sup>105</sup> BELTRÃO, Leila Maria Vasquez. *Op cit.* p. 113.

<sup>106</sup> MAZOYER, M.; ROUDART, L. *Op cit.* p. 29.

<sup>107</sup> HADLICH, G. M. *et al.* Caracterização do meio rural em Sombrio. In:\_\_\_.

SCHEIBE, Luiz Fernando; PELLERIN, Joel. *Op cit.* p. 61.

<sup>108</sup> CARVALHO, M. M. X. ; NODARI, E. S. ; NODARI, R. O. . Avanço no Uso de Agrotóxicos e das Intoxicações Humanas em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, 2009. p. 2763.

<sup>109</sup> Idem.

Associação Nacional dos Defensivos Agrícolas – ANDEF, como assevera Hadlich, defensora da necessidade do uso dos agrotóxicos para combater a fome. Apesar da queda no consumo de agrotóxicos nos anos oitenta, ligada a elevação das taxas de juros do crédito rural e aumento do preço desses produtos, as conseqüências do seu uso continuado vinham sendo cada vez mais motivo de preocupações e discussões.<sup>110</sup>

Neste contexto, é de extrema importância a contribuição de Presa ao historicizar, no sul de Santa Catarina, o estabelecimento do Programa de Aproveitamento Racional das Várzeas Irrigáveis (Pro-Várzeas), implantado de 1980 a 1985, na esteira do projeto modernizador da Revolução Verde. O programa visava à utilização econômica das várzeas em todos os Estados brasileiros através do saneamento agrícola, drenagem, irrigação e o emprego de uma imensa gama de aditivos químicos de origem industrial.

Propunha obter maior produtividade agrícola, como alternativa para continuar o processo de modernização “agro” em todo o país. O programa nacional foi elaborado em 1978, pelo governo João Figueiredo e oficializado através do Decreto n. 86.146 de 23 de junho de 1981.<sup>111</sup>

Praticamente todos os rios e canais do município de Sombrio deságuam na Lagoa de Sombrio. O processo de retificação dos canais e de drenagem artificializou a maioria dos veios d’água do município. O cultivo de arroz no sul catarinense entre 1980 e 1987 teve um crescimento de área agriculturável de 140%, “sendo que o fator que mais contribuiu para essa expansão foi o uso sistematizado das várzeas no início dos anos 1980”, para que não reste dúvida sobre a contribuição do programa, “no mesmo período a área destinada ao fumo aumentou 26%”.<sup>112</sup> A coleta de dados para o estudo de Hadlich *et al* foi realizada em 1994, quando diversas propriedades foram visitadas pelos pesquisadores, ficou evidente que 90% das 139 famílias de agricultores plantavam fumo na Microbacia Hidrográfica do Córrego Garuva, na maioria das ocorrências em pequenas propriedades. Áreas extensas de várzeas (incluindo áreas entorno da Lagoa de Sombrio) são ocupadas

---

<sup>110</sup> HADLICH, Gisele Mara. **Cartografia de riscos de contaminação hídrica por agrotóxicos : proposta de avaliação e aplicação na microbacia hidrográfica do Córrego Garuva, Sombrio, SC.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 1997.

<sup>111</sup> PRESA, J. B. *Op cit.* p. 4.

<sup>112</sup> HADLICH, G. M. *et al.* Caracterização do Meio Rural em Sombrio. In: \_\_. SCHEIBE, Luiz Fernando; PELLERIN, Joel. *Op cit.* p. 73.

pela cultura do arroz irrigado, nas duas culturas o uso de agrotóxicos é intenso e são raras as famílias que não utilizam esses produtos.<sup>113</sup>

Segundo entrevista, no final da década de 1980 com a disseminação das tecnologias do Pró-Várzeas a margem leste da Lagoa de Sombrio foi alvo de uma intensa antropização.<sup>114</sup> A cultura do arroz irrigado de plantio pré-germinado é a principal atividade agrícola da região sul Catarinense, pois como afirma Rosso:

Com crédito subsidiado e garantido, assistência técnica na elaboração de projetos e colaboração das secretarias de agricultura dos municípios, no fornecimento de maquinário pesado na dragagem de rios, elaboração de canais e terraplanagem das futuras quadras produtivas, observou-se uma extraordinária mudança na paisagem das várzeas.<sup>115</sup>

A efetivação da rizicultura na região se deu pela drenagem das férteis margens que já eram alvo do processo gradativo de colmatação. Esta interação com o meio possibilitou um incremento na produtividade do arroz, que provavelmente está ligada aos dados trazidos na Caracterização do Meio Rural de Sombrio, que enfatizam o considerável aumento na área do cultivo de arroz. A prática também incrementou o lançamento de efluentes agrícolas na partes leste e norte da Lagoa.

Somada a transformação da paisagem que a nova técnica agrícola impeliu, no início da década de 1980, Rosso afirma que devido a elevada taxa de percolação, fluxo da água através do solo, “muito se subtraiu da reserva da Mata Atlântica presente em solos orgânicos (organossolos)”, “hoje se encontram pequenas ilhas ou fragmentos daquela formação florestal sem a preocupação de se manter a reserva legal que deveriam compor a mata ciliar”.<sup>116</sup> O desmonte da mata nativa corrobora para o assoreamento dos rios e canais e alteração na composição físico-química na qualidade dos recursos hídricos.

A maioria dos produtores locais (das comunidades de Sanga Negra e Morro do Cipó) cerca de 65% afirmaram aos entrevistadores em 1994, “que largam as embalagens no campo (várias embalagens de

<sup>113</sup> Idem. p. 77.

<sup>114</sup> Entrevista com o Eng. Agrº Douglas George de Oliveira. Sombrio, julho de 2009.

<sup>115</sup> ROSSO, João Carlos. **Avaliação do consumo de água em lavouras de arroz irrigado no sistema pré-germinado nas condições climáticas do sul catarinense.** Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Criciúma, 2007. p.19.

<sup>116</sup> Idem. p.12.

*Roundup* foram encontradas entorno da Lagoa de Sombrio), revelando falta de preocupação quanto às conseqüências dessa prática”.<sup>117</sup> A lavagem de equipamentos agrícolas para aplicação de agrotóxicos também era comum na margem de córregos e rios, o que contribuiu efetivamente para contaminação dos lençóis freáticos locais e das águas superficiais. Outra prática impactante na contaminação do manancial local consiste na realização da “benzedura do arroz, que ocorre com o despejo direto de agrotóxicos, principalmente herbicidas, na água de irrigação, esta água ao ser liberada nos rios e córregos, libera grande carga desses compostos, os quais atingem diretamente o sistema de drenagem principal”.<sup>118</sup>

A dissertação de Grasielle Raupp avalia a qualidade da água e do sedimento da Bacia Hidrográfica do Rio da Laje, localizada entre os municípios de Sombrio, Santa Rosa do Sul, Ermo e Jacinto Machado, no Sul do Estado de Santa Catarina. Neste trabalho de pesquisa foram avaliadas as concentrações de metais pesados na água e nos sedimentos do Rio da Laje, a presença de bactérias coliformes na coluna d’água e a quantidade de matéria orgânica no sedimento. Segundo a química, esses resultados revelaram que o rio possui um grande aporte de carga orgânica oriunda do lançamento de efluentes domésticos e industriais, demonstrando a influência dos aglomerados urbanos sobre a poluição hídrica.

No tocante à contaminação por metais, ficou evidente que a concentração de ferro e manganês, os valores médios encontrados evidenciaram que as concentrações desses metais encontram-se acima dos limites permitidos pela legislação brasileira. Na análise dos sedimentos, a partir dos índices encontrados ficou evidente que o ferro e o manganês podem ser caracterizados como contaminantes ambientais.<sup>119</sup> As informações que a pesquisadora traz tangem questões agrícolas e relacionadas à ausência do saneamento básico no município de Sombrio, tema do próximo sub-capítulo.

As principais conseqüências indesejáveis ligadas ao uso de agrotóxicos são concernentes a saúde humana. Hadlich enfatiza que,

---

<sup>117</sup> HADLICH, G. M. *et al.* Caracterização do Meio Rural em Sombrio. In: \_\_\_. SCHEIBE, Luiz Fernando; PELLERIN, Joel. *Op cit.* p. 79.

<sup>118</sup> Idem. p. 82.

<sup>119</sup> RAUPP, Grasielle. **Avaliação ambiental do Rio da Laje e suas interações com o ecossistema costeiro no município de Sombrio - SC.** Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2008.



os problemas relacionados a esta envolvem não apenas as intoxicações agudas ou crônicas das pessoas que lidam diretamente com os agrotóxicos – intoxicações freqüentes devido ao próprio caráter tóxico das substâncias utilizadas, aliado a falta de advertência sobre os perigos a que se expõe e ao fato de que essas pessoas muitas vezes não acreditam que estes compostos, em contato com a pele e aparentemente sem queimá-la ou irritá-la, possam ser absorvidos em quantidades nocivas -, mas também as intoxicações crônicas em função da contaminação de alimentos de origem animal e vegetal através dos resíduos persistentes, ou pela magnificação biológica.<sup>120</sup>

A Microbacia do Córrego Garuva analisada pela pesquisadora, situada na parte nordeste do município de Sombrio, deságua na Bacia do Rio da Laje, que por sua vez desemboca na Lagoa de Sombrio, a análise da ligação dos corpos hídricos se faz necessário em virtude da disseminação da contaminação por agrotóxicos e seus derivados em solos não agrícolas e nas águas superficiais e profundas. A complexidade no estudo das variáveis no comportamento dos agrotóxicos ainda é um problema, que faz do processo de contaminação uma dinâmica pouco estudada, entretanto, segundo a autora, imprescindível para desenvolvimento de políticas públicas ambientais.

No tocante à contaminação hídrica da Bacia, com uma proposta baseada numa visão sistêmica, busca analisar o processo como um fenômeno composto por inúmeros elementos, tendo suas causas ligadas às questões econômicas, sociais, agrícolas, tecnológicas, geográficas e históricas.

Nesse sentido, o espaço elementar de ocorrência desses transportes [lixiviação, escoamento superficial e erosão], a microbacia hidrográfica, pôde ser caracterizado como um sistema aberto, complexo e dinâmico, onde as variáveis interagindo em diferentes níveis hierárquicos, determinam um maior ou menor risco de contaminação.<sup>121</sup>

---

<sup>120</sup>

HADLICH, G. M *et al.* *Op Cit.* p. 34.

<sup>121</sup>

Idem. p. 151.

Desta forma, a autora define risco a partir da articulação de dados sobre a vulnerabilidade do meio e do risco antrópico, cruzando tais informações com generalizações sobre o comportamento dos agrotóxicos no meio ambiente. O que fornece à Microbacia do Córrego Garuva o *status* de altamente impactante na contaminação das águas superficiais e profundas, neste caso, mais especificamente à Lagoa de Sombrio em sua parte norte.

Complementar ao trabalho de Hadlich, o estudo sobre “Os cultivos de arroz, fumo e banana na Sub-bacia do Córrego Garuva, Sombrio-SC: A utilização dos agrotóxicos e sua implicação para a saúde dos trabalhadores” de Marcelo Soares Darélla, que enfoca as questões ligadas diretamente à saúde dos produtores rurais. Afirma que o cultivo do arroz na região sofreu fortes modificações a partir dos anos 80, com a adoção de novas tecnologias e com a maior dependência dos agrotóxicos. Pois, no universo pesquisado dos 148 agricultores que participaram do teste de colinesterase sanguínea, 48,4% encontravam-se intoxicados. Estes números são resultado de uma série de fatores: a falta dos devidos cuidados por parte dos produtores, a falta de orientação a respeito das aplicações, o desconhecimento ou desconsideração dos períodos ou efeitos residuais, a carência, o resguardo na entrada nas lavouras; o destino dos recipientes.<sup>122</sup>

Ainda, nas conclusões sobre a Caracterização do Meio Rural do município de Sombrio, afirmam os pesquisadores que:

Estes agrotóxicos, seus derivados ou metais pesados liberados em função da sua degradação, acumulam-se nos ambientes aquáticos com o passar dos anos, e tem sua concentração aumentada ao longo da cadeia trófica, podendo provocar intoxicações nos consumidores de peixes, crustáceos e moluscos, diminuição das atividades econômicas e de lazer ligadas à pesca ou a própria subsistência dos pescadores.<sup>123</sup>

No tocante à herança pecuária, a prática extensiva manteve-se hegemônica em todos os arredores da Lagoa de Sombrio. Sobre as ações

---

<sup>122</sup> DARÉLLA, Marcelo Soares. **Os cultivos de arroz, fumo e banana na sub-bacia do Córrego Garuva, Sombrio - SC**, a utilização dos agrotóxicos e sua implicação na saúde dos trabalhadores. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis, 2001. 147 f.

<sup>123</sup> HADLICH, G. M. *et al.* Caracterização do Meio Rural em Sombrio. In: \_\_. SCHEIBE, Luiz Fernando; PELLERIN, Joel. *Op cit* p. 82.

impactantes no meio lacustre pode se salientar o pisoteio das terras nos arredores e, segundo o Estudo de Impacto Ambiental da UNISUL, os detritos orgânicos de origem animal. Estes,

quando em contato com o corpo hídrico produzem substâncias como o gás sulfídrico e amônia, ocasionando a mortandade de peixes, torna-se relevante observar que houve, uma redução em 16,51% do rebanho efetivo de bovinos, em um período de 14 anos (1990-2003).<sup>124</sup>

Entretanto, segundo este estudo a redução não foi significativa para a Lagoa em termos de produção de detritos, pois conforme os dados do relatório que compara o equivalente populacional local ao equivalente animal, os detritos da população bovina localizada nas proximidades da Lagoa se equivalem aos detritos de uma população humana de 350.000 mil pessoas. Tais dados são referentes:

A contaminação da água em função da quantidade média de detritos produzidos diariamente por uma pessoa pode ser quantificada através do equivalente populacional” desta forma, “é possível calcular o equivalente populacional para um rebanho bovino efetivo de 23.350 cabeças o equivalente populacional é de 350.250 habitantes em produção de detritos. Considerando a população total residente na região estudada igual a 47.406 habitantes, segundo dados do IBGE (2002), nota-se que em produção de detritos representa um montante de 7,4 vezes maior que a população total da região amostrada.<sup>125</sup>

Numa análise mais conjuntural do panorama nacional sobre a modernização da agropecuária na década de 1980, Mueller e Martine avaliam que a relação entre modernização agrícola, redução da mão de obra ocupada na agricultura e êxodo rural, apesar de ter diminuído no final do governo militar (1980-85), a busca por produtividade adotada pelo modelo continuou a expulsar mão de obra do meio rural.<sup>126</sup> Esse

---

<sup>124</sup> UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA. Curso de Engenharia Ambiental. Empresa Junior de Engenharia Ambiental – EJEJA. **Estudo de Impacto Ambiental** - Canal da Barrinha na Lagoa do Sombrio. Palhoça, 2005. p. 42.

<sup>125</sup> Idem. p. 42.,

<sup>126</sup> MUELLER, C.C.; MARTINE, G.; Modernização da Agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil – A década de 1980. **Revista de Economia Política**. Brasília, vol. 17, nº3 (67), Julho-setembro/1997. p. 85-104.

processo também foi observado na região em foco neste trabalho, entretanto o êxodo rural e, conseqüente, inchaço urbano foram atenuados pela demanda por mão de obra que o crescimento industrial provocou no final da década de 1980 na cidade de Sombrio.

### 2.3 CRESCIMENTO URBANO E SANEAMENTO

O escopo deste sub-capítulo integra uma análise sobre as transformações econômicas que se estenderam sobre a região e a concomitante degradação da Lagoa de Sombrio. Como ponto chave para a industrialização local Leila Maria Vasquez Beltrão, em “A Industrialização em Sombrio/SC: Gênese e evolução” se apropria da análise de Armen Mamigonian sobre a pequena produção mercantil e a industrialização das áreas coloniais do Sul brasileiro.<sup>127</sup> Nesta perspectiva, afirma que apesar de vinculada ao pólo dinâmico nacional (São Paulo),

a industrialização no sul desenvolveu centros com dinamismo próprio. Aqui [em Sombrio] a pequena produção mercantil de origem agrária, aliada ao pequeno capital comercial, a experiência artesanal, a presença de operários de origem europeia e uma divisão social do trabalho forneceu as bases para uma evolução [industrial].<sup>128</sup>

As explicações de Beltrão sobre a entrada do município na conjuntura industrial capitalista apesar de devidamente acertadas, perdem de vista um fator preponderante, a influência do meio na incipiente industrialização da segunda metade de século XX. Não se trata de afirmar um determinismo do meio ou, até mesmo, exclusiva dependência da indústria da matéria-prima local. Mas, de se levar em consideração que o tipo de produção e os meios para transporte de mercadorias estavam diretamente relacionados às condições que o meio oferecia e ao resultado do envolvimento das culturas luso-descendente e indígena.

Exemplo disso são os produtos desenvolvidos nesse primeiro estágio manufatureiro. Os calçados são derivados da experiência manufatureira com o couro, abundante na região por causa dos excelentes campos para pecuária. A indústria alimentícia estava

<sup>127</sup>

BELTRÃO, Leila Maria Vasquez.. *Op cit.*

<sup>128</sup>

Idem. p. 2.

diretamente vinculada com as feculares, herança dos indígenas. A cerâmica e moveleira descendem do extrativismo das primeiras olarias e serrarias. Sendo ainda relevante salientar que todas estas características estavam inseridas num contexto onde a região possuía a maior parte de sua população na área rural, onde imperava a policultura e o trabalho familiar. Pois, apesar da vinculação com mercados regionais como Torres-RS e Laguna - SC as articulações econômicas ainda eram embrionárias.

Desta forma, serve como marco a construção da BR-101 tanto para conferir mobilidade e potencializar a ocupação do território, quanto para escoamento de produtos a outras regiões. A circulação de mercadorias, produzidas nos arredores da Lagoa de Sombrio em âmbito regional ocorria por meio lacustre até o final da década de sessenta. O envio da madeira e dos produtos cerâmicos também se dava via Lagoa de Sombrio, lanchas maiores desembarcavam a produção no Porto em Torres. Já a comunicação com o Porto de Laguna, para escoamento principalmente da farinha de mandioca, ocorria por carretas de bois.<sup>129</sup>

Estas transformações também podem ser vistas com base no crescimento demográfico local, bem como na distribuição da população na área urbana e rural.

Tabela 1: População do Município de Sombrio

População	1970	1980	1991	2000	2007
<b>Urbana</b>	3.743	7.040	15.065	15.920	17.387
<b>Rural</b>	14.170	10.254	7.188	7.034	7.037
<b>Total</b>	17.913	17.294	22.253	22.954	24.424

Fonte: IBGE. Sinótese preliminar censo demográfico. 1970-1980.

\_\_\_\_. Características gerais da população. 1991.

\_\_\_\_. Censo 2000.

\_\_\_\_. Contagem da população 2007. População estimada.

Os dados na tabela comprovam dois processos anteriormente citados: o êxodo rural e o crescimento urbano. Alguns dados que não constam na tabela são muito importantes, pois até o ano de 1980 o censo incluía os municípios de Balneário Gaivota e Santa Rosa do Sul; essa informação mostra que apesar do município de Sombrio ter sido desmembrado, o número de habitantes aumentou. No ano de 1991, apenas o município de Baln. Gaivota ainda não havia se emancipado, o que ocorreu em 1995. No censo de 2000, Sombrio possuía as proporções

<sup>129</sup>

Ibidem. p. 54.

que tem atualmente. Enquanto o número da população na zona rural caiu, entre 1970 a 1990, cerca de 30% por década. A densidade populacional urbana cresceu entorno de 100% por década, o que acarretou no crescimento do perímetro urbano do município estabelecido na parte norte da Lagoa de Sombrio.

Durante a década de 1980, duas dinâmicas de produção se instituíram na região. De um lado, a modernização agrícola, que caminhou em busca do aumento da produtividade. De outro, o amadurecimento dos estabelecimentos industriais. Neste processo a mão-de-obra oriunda do campo encontra postos de trabalho nas indústrias locais, essa dinâmica de convergência de força de trabalho assegurou o desenvolvimento da industrialização do município de Sombrio. Sendo que, todo o projeto de industrialização local só foi possível pela implantação da BR-101, o principal escoadouro econômico local deixava de ser a Lagoa de Sombrio para se tornar a BR-101.

As políticas de desenvolvimento industrial e agrícola produziram a mudança do escoadouro econômico, e a lagoa paulatinamente perdeu importância e visibilidade para grande parte da população local. Tal processo será melhor desenvolvido no capítulo quatro deste trabalho. A cidade que teve seu desenvolvimento vinculado diretamente à existência da Lagoa de Sombrio. A falta de contato físico fez com que a lagoa perdesse visibilidade frente à população, a Lagoa saía da vista para entrar na memória.

Um fator importante de degradação da Lagoa de Sombrio é diretamente relacionado com a industrialização e o crescimento do município de Sombrio. O esgoto doméstico e os resíduos sólidos do centro da cidade até o ano de 2008 eram jogados em sua totalidade na Lagoa, a situação foi se tornando mais grave, pois de 1996 até 2002 a população do município aumentou quase 10%.<sup>130</sup>

As conseqüências ambientais da inserção da região no modelo industrial contemporâneo estão diretamente articuladas com a exaustão da matéria-prima e/ou degradação do meio. O setor madeireiro (posteriormente moveleiro) passou por grandes dificuldades com a escassez de madeira já nos anos setenta e, segundo, Beltrão, com a fiscalização da FATMA (Fundação do Meio Ambiente de SC) e IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

---

<sup>130</sup>

Universidade do Sul de Santa Catarina. Curso de Engenharia Ambiental. Empresa Junior de Engenharia Ambiental – EJEJA. *Op cit.* p. 72.

Renováveis) a partir do final dos anos oitenta a crise aumentou.<sup>131</sup> Atualmente uma empresa monopolizou a distribuição regional de mudas de pinus e eucalipto, pois outras variedades de madeiras tidas como mais nobres estão protegidas por lei, não existem mais ou se tornaram economicamente inviáveis para as empresas. Tal quadro denota o esgotamento que o setor impôs ao meio.

Já a indústria cerâmica encontrou um crescente problema de competitividade com o fornecimento de gás natural às cerâmicas da região carbonífera de Criciúma, a instalação ocorreu durante a década de noventa. Devido à exaustão das matas locais o combustível para os ceramistas tende a vir da silvicultura o que encarece mais a produção. Além disso, a madeira possui uma temperatura de queima inferior ao gás natural o que implica diretamente na qualidade do produto.<sup>132</sup>

O processo tardio de industrialização do município de Sombrio repercutiu de várias formas sobre o setor primário. Leila Beltrão avalia a participação da População Economicamente Ativa de 1970 a 1991. O setor primário sai de uma contribuição de 68,3% para 24,1, respectivamente.<sup>133</sup> Na conjuntura de crescimento industrial eclodiu uma migração das regiões rurais do município para a formação de zonas periféricas na cidade, quadros como esse são um dos reflexos da redução da participação do setor primário. Outro ponto importante conectado a população da zona rural, mais precisamente aqueles fixados às margens da Lagoa é que com a degradação da Lagoa de Sombrio a possibilidade de subsistência, mesmo tendo ciência da natureza policultora das propriedades, é drasticamente ameaçada. Ambos os fatores possuem ainda uma natureza interativa, que potencializa a concentração populacional no ambiente urbano do município.

O crescimento desorganizado do perímetro urbano do município e o aumento da concentração populacional são elementos que colaboraram para o incremento do lançamento dos resíduos na Lagoa. Como na maioria dos municípios brasileiros, a efetivação de políticas públicas de saneamento básico não constava nas preocupações iniciais para o desenvolvimento da cidade. Vargas *et al* enfatizam que, “a prática da saúde pública é ambiental quando se relaciona aos ambientes físicos e constitui o controle das doenças e da higiene sanitária”<sup>134</sup>. Neste contexto, e segundo os dados da pesquisa sobre a qualidade

---

<sup>131</sup> BELTRÃO, L. M. V.. *Op cit.* p. 117.

<sup>132</sup> *Ibidem.* p. 126.

<sup>133</sup> *Idem.* p. 74.

<sup>134</sup> VARGAS, C. G. de *et al.* Saneamento Básico no Município de Sombrio. In: \_\_.SCHEIBE, L. F.; PELLERIN, J. (orgs). 1997. *Op cit.* p.95.

ambiental do município, ficou evidenciado que em 1993, dos 4.858 domicílios, 346 (7,12%) possuíam sua fossa séptica ligada a rede pluvial, 280 (5,76%) tinham fossa rudimentar, 167 (3,43%) lançavam esgoto em valas e canais (rios e açudes) e 4.064 (83,65%) possuíam fossa séptica sem escoadouro (sumidouro). Considerando que a região apresenta um solo do tipo arenoso e em diversos locais o lençol freático praticamente aflora, os riscos de contaminação do lençol são consideráveis.<sup>135</sup> “O simples despejo das águas residuárias em fossas e valas pode criar situações de risco, em que o conteúdo da própria latrina, pela sua proximidade, contamina o poço do qual a família retira a água para seu consumo”<sup>136</sup>.

Sobre a deposição de lixo doméstico em áreas inadequadas, o local que foi utilizado até o final da década de 1990 para a deposição localizava-se em um terreno arenoso com lençol freático superficial. Logicamente não foi um local adequado para a alocação de detritos. Outro ponto chama atenção no estudo, juntamente ao local do lixão havia uma criação de porcos,

os quais são criados livres, alimentando-se dos resíduos orgânicos presentes no lixo. Por ocasião de nossa visita ao local, constatamos a presença de cerca de 100 porcos, os quais, segundo informações obtidas, são comercializados posteriormente para o abate.<sup>137</sup>

O lixão situava-se no bairro Figueirinha, atualmente pertencente à Balneário Gaivota, numa área de baixada, próximo a residências e área de cultivo agrícola. Nas mediações do local há um canal (dreno) que deságua no Rio Caverá, que por sua vez entrega suas águas à Lagoa de Sombrio. Esta situação gera problemas de ordem ambiental, tais como a contaminação das águas superficiais e subterrâneas, visto que a umidade que se desprende do lixo (chorume) arrasta consigo muitas substâncias sulfuradas, nitrogenadas e cloradas, tóxicas e de odor desagradável. Os impactos ambientais na deposição inadequada neste local comprometeram a qualidade ambiental em vários aspectos: proliferação de insetos e roedores, proliferação de vetores e doenças, contaminação das águas subterrâneas.<sup>138</sup>

135

Idem. p. 96.

136

Ibidem. p. 97.

137

Idem. p. 106.

138

Ibidem. p. 108.



O direcionamento do esgoto doméstico do centro do município e o deságüe dos efluentes originados do lixão foram altamente impactantes no manancial da lagoa, pois a partir do Estudo de Impacto Ambiental produzido pela Empresa Junior do curso de Engenharia Ambiental-UNISUL pode se averiguar que os problemas de eutrofização da parte norte da Lagoa são, em boa medida, causados pelo lançamento destes detritos. Pois “os esgotos urbanos contêm, além de detritos orgânicos, restos de alimentos, sabões e detergentes, portanto, essencialmente contêm carboidratos, gorduras, material protéico, fosfato, nitrogênio e bactérias”, tais componentes fornecem à massa d’água nutrientes que tornam excessivas as algas.<sup>139</sup>

## 2.4 A INVASÃO DO PASTO

A Lagoa de Sombrio também á assolada por outro problema, este se origina e se propaga de uma confluência de fatores degradantes. A *Brachiaria radicans* Napper é uma gramínea que pertence à família das Poaceae (Gramineae). Uma das mais importantes famílias das Angiospermas, devido a sua importância econômica e ecológica, sua ampla distribuição geográfica e seu elevado número de espécies, que inclui cerca de 793 gêneros e 10.000 espécies, distribuídas em todas as regiões do globo, sendo que no Brasil ocorrem aproximadamente 197 gêneros e 1368 espécies.<sup>140</sup>

A *B. radicans* Napper tem como habitat natural áreas alagadas e mal drenadas, possui uma alta palatabilidade para os bovinos, mas devido à baixa carga protéica e problemas de intoxicação ela vem sendo pouco utilizada como forrageira.<sup>141</sup> A gramínea, que também recebe o nome de *B. arrecta*, é originária da África, mais precisamente da região onde estão localizados os países Quênia, Uganda e Tanzânia, países que margeiam o Lago Victoria e da região tropical sulafriicana.<sup>142</sup>

<sup>139</sup> Universidade do Sul de Santa Catarina. Curso de Engenharia Ambiental. Empresa Junior de Engenharia Ambiental – EJEJA. Op cit. p. 42.

<sup>140</sup> LONGHI-WAGNER, H.M.; BOLDRINI, I.I.; BOECHAT, S. de C. **Morfologia e taxonomia de gramíneas sulriograndenses**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

<sup>141</sup> INSTITUTO HÓRUS. *Brachiaria radicans*. Disponível em [http://www.institutohorus.org.br/index.php?modulo=inf\\_ficha\\_urochloa\\_subquadripa](http://www.institutohorus.org.br/index.php?modulo=inf_ficha_urochloa_subquadripa). Acessado em 09 de julho de 2010, às 15h33min.

<sup>142</sup> FAO. *Brachiaria radicans* Napper. <http://www.fao.org/ag/AGP/AGPC/doc/GBASE/data/Pf000192.HTM> acessado em 05 de junho de 2010, às 14:22.

Diversos sítios da internet (FAO, EMBRAPA, Inst. Hórus) se apropriam da mesma explicação para relatar a origem da gramínea.

Joe Tanner, fazendeiro da Rhodésia trouxe a *B. radicans* de uma fazenda para a Marandella Grassland Research Station, onde foi cultivada como gramínea de pastagem e posteriormente introduzida em outros países da África, Guiana Francesa e Brasil.<sup>143</sup>

A referência recai sempre sobre a mesma obra “Tropical Pasture and Fodder Plants” de A. V. Bogdan, este livro foi publicado inicialmente em Londres e um ano depois nos EUA, pela mesma editora Longman Group Limited. Vale ressaltar que o agricultor da Rhodésia (atual Zimbábue) ou era de origem inglesa ou tinha seus antepassados ingleses, uma vez que a Rhodésia era uma colônia inglesa até 1953. A Marandella Grassland Research Station foi fundada em 1929 quando o atual Zimbábue ainda era uma colônia inglesa. A estação de pesquisa, segundo o próprio sítio virtual, se preocupava com o estudo de espécies vegetais para melhorar alimentação do gado. Apesar do governo inglês dirigir as pesquisas e a introdução dessa gramínea em outras partes da África, segundo o pesquisador inglês, ela foi introduzida nos EUA, América Central, Guiana Francesa e no Brasil.<sup>144</sup>

A introdução e utilização das gramíneas do gênero *Brachiaria* é defendida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária em razão da facilidade de adaptação, tanto a solos pobres sujeitos a secas estacionais, quanto a solos úmidos e férteis. Além da adaptabilidade, outros fatores são evidenciados como preponderantes para o cultivo da espécie: alta produção de matéria seca, não apresentam problemas limitantes de doenças, crescimento bem distribuído durante maior parte do ano.<sup>145</sup> Ainda segundo a empresa, a utilização do gênero crescerá em todo o país, com o desenvolvimento do programa de expansão da pecuária no Norte e Centro do Brasil.<sup>146</sup>

Raulino Reitz em sua obra sobre a Paróquia de Sombrio com ajuda de seu irmão João Reitz, pároco local, inventaria as riquezas vegetais da região. Ao tratar dos capins, forma com que define as

---

<sup>143</sup> INSTITUTO HÓRUS. Op. Cit.

<sup>144</sup> BOGDAN, A. V. **Tropical Pasture and Fodder Plants**. New York: Longman Group Limited, 1977.

<sup>145</sup> EMBRAPA. *Gramíneas Forrageiras do Gênero Brachiaria*. Campo Grande: 1984. Disponível em: <http://www.cnpqg.embrapa.br/publicacoes/ct/ct01/04especies.html#4.6>

<sup>146</sup> Idem.

gramíneas, assevera que as gramas forrageiras são abundantes nas formações campestres locais.

Conhecemos o capim capivara, c. d'Angola, c. dos Capoeirões, c. Guatemala, c. Limão, c. Ferro, c. Canivão, c. Milha, c. Branco, c. Rocho, etc. O Capim-graxa ou c. Gordura é de excelente resultado nas plantações de campos artificiais.<sup>147</sup>

O “balancete” produzido pelo padre é bem esclarecedor, além de levantar os tipos de gramíneas pelo nome coloquial, também difere os campos nativos dos artificiais, salientando que o capim gordura (*Melinis minutiflora*) já era cultivado na região. Balduino Rambo publica no capítulo XVI do livro de Reitz seus “Estudos Botânicos em Sombrio, neles realiza um levantamento da flora ao redor da Lagoa de Sombrio, onde evidencia as novas espécies de plantas que encontrou, em nenhum momento o renomado botânico cita a *B. radicans*.

A braquiária, como é popularmente conhecida na região, não aparece nos relatos dos clérigos, o que valida a informação cedida pelo Engº Agrº Carlos Alberto Z. Mendes em entrevista sobre a introdução da *B. radicans*. Segundo ele, “a gramínea foi introduzida na década de 1960 na região”.<sup>148</sup> Neste caso, pode-se inferir que a inserção da *B. radicans* nos arredores da Lagoa de Sombrio ocorreu simultaneamente com sua entrada no país, pois se a gramínea tivesse sido introduzida na região sul de Santa Catarina, pelas suas características dispersivas, a chegada neste ambiente não teria sido simultânea à inserção no Brasil.

Quanto ao agente introdutor, nenhum dado oferece uma resposta direta. Entretanto a simultaneidade na introdução e a intencionalidade de melhorar as condições do pastejo defendidas pela EMBRAPA para a utilização das gramíneas induz a ACARESC, criada em 1957, como possível introdutora dessa nova espécie exótica.

Como toda espécie exótica invasora, a *B. radicans* contribui sensivelmente para a diminuição da biodiversidade, pois compete e domina o ambiente, atacando as plantas nativas. Excepcionalmente, no meio em questão, a gramínea potencializou outros problemas.

Apesar de ter sido introduzida nas Américas principalmente como gramínea para alimentação animal, a *Brachiaria radicans* mostrou-se tóxica quando cultivada em solos turfosos e ingerida em

<sup>147</sup>

REITZ, R. *Op. Cit.* p. 123.

<sup>148</sup>

Entrevista com Carlos Alberto Zapelini Mendes. Sombrio, Julho de 2009.

grande quantidade por bovinos. Como demonstram GAVA *et al*, nos estudos realizados na região de Tubarão (SC).

Bovinos mantidos em pastagens constituídas exclusivamente de *Brachiaria radicans* com desenvolvimento exuberante, como ocorre nos solos turfosos, desenvolvem alterações clínicas a partir do 4º dia do início da ingestão; elas se intensificam com a ingestão continuada da planta e se tornam graves a partir dos 7º a 8º dias, com a eventual morte do animal.

*B. radicans* quando cresce sobre solos com muita matéria orgânica (solos turfosos), se ingerida pelos bovinos em quantidades de 75% da dieta pode produzir hemoglobinúria leve. (...)

A morte de bovinos que ingerem grandes quantidades de *B. radicans* pode ser explicada pela hemólise. Essa, por sua vez desencadeia anemia que pode explicar a necrose de coagulação observada no fígado. A hemoglobinúria em decorrência da hemólise produz nefrose hemoglobinúrica agravando ainda mais o quadro clínico.<sup>149</sup>

Desta forma, em virtude da interação da espécie exótica com o meio pode se constatar que a espécie contribui para intoxicação do gado criado no sistema extensivo nas margens da Lagoa de Sombrio, pois segundo Gava. *et al*, na literatura há poucas referências sobre intoxicação por *B. radicans*.<sup>150</sup> Além deste fator, a espécie ainda contribui para a sedimentação do solo nas margens da Lagoa.

Para se adaptar às regiões alagadiças a espécie dispersa suas raízes de forma cuneiforme capilarizada. Estas possuem a capacidade de condensar o solo ao redor das hastes para aumentar a sustentabilidade da planta. Nas margens da Lagoa este processo se mostra altamente impactante, pois com o estabelecimento de colônias da gramínea, porções de solo têm se sedimentado e avançado para dentro dos domínios do manancial. Este processo ocorreu na parte norte com maior rapidez em virtude do despejo dos efluentes da zona urbana de Sombrio e deságue dos resíduos dos diversos defensivos agrícolas e agrotóxicos

---

<sup>149</sup> GAVA, Aldo et al. Intoxicação espontânea e experimental por *Brachiaria radicans* (tanner-grass) em bovinos. **Pesq. Vet. Bras.** 2010, vol.30, n.3. p. 257.

<sup>150</sup> Idem. p. 258.

carregados pelo Rio da Laje e Canal D.N.O.S (ligação entre a Lagoa do Caverá e Lagoa de Sombrio).

Nenhum estudo ainda foi produzido sobre o impacto da *B. radicans* no seu bioma hospedeiro, o presente trabalho focaliza a ação da gramínea como catalisadora do processo de degradação do manancial, ao mesmo tempo em que evidencia o manancial degradado como ambiente potencializador para a disseminação da espécie.

Propositalmente, um grupo de indivíduos foi deixado à parte dessa primeira seção da análise, as comunidades tradicionais inseridas nos arredores da lagoa. O que pode parecer um contra-senso, baseado na visão de inclusividade defendida por Worster, na qual os seres humanos não podem considerar-se supra-naturais. Em virtude de estarem diretamente ligados ao meio, seja pela cultura, socialização e economia, a interação desse grupo social com o meio precisa ser detalhadamente analisada no próximo capítulo.

### 3. DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E DESARTICULAÇÃO CULTURAL

Sobre o foco do terceiro capítulo repousam algumas das conseqüências da degradação ambiental que acomete a Lagoa de Sombrio. Nesta seção será abordado o processo de desarticulação cultural ao qual as populações tradicionais localizadas no entorno da Lagoa foram submetidas. Tal processo pode ser definido como o rompimento de um modo de vida em virtude do desmantelamento das condições locais de subsistência. Ao serem transformadas as características do meio a partir de meados do século XX, foi produzida uma instabilidade para a subsistência dos indivíduos que dependiam majoritariamente dos recursos lacustres. O significado de desarticulação cultural também versa sobre a perda de etno-conhecimentos importantes para a preservação ambiental, tão necessários para a manutenção das relações de dependência entre os indivíduos e o meio natural.<sup>151</sup>

Entretanto tal processo não pode ser compreendido como o completo rompimento com as práticas pesqueiras nem com os aspectos culturais oriundos de distintas relações com o mundo natural. Como assevera Willian Cronon, nem natureza nem cultura são estáticas, é preciso reconhecer o dinamismo cultural e natural, pois natureza e cultura mudam com o tempo, mas a variação e escala diferem enormemente.<sup>152</sup> Neste caso específico a oscilação na variação e na escala foram potencializadas pela inserção na região de novas formas de interação com o meio, vinculadas à óptica de exploração do ambiente para aumento na produção e efetivação do lucro.

O objetivo deste capítulo reside em analisar de que forma a degradação na Lagoa de Sombrio alterou as relações dos indivíduos com o meio natural, o que pode ser observado através das percepções dos indivíduos sobre as condições do meio e as transformações nas suas condições de subsistência. Pois “esse processo expressa o fato de que um dos traços fundamentais das culturas tradicionais, sua relação

---

<sup>151</sup> FARIA, I. M. *et al.* Vozes e Imagens do rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e problemas ambientais. In: \_\_\_\_. BRUMER, A.; PIÑEIRO, D. (orgs). **Agricultura Latino-americana: novos arranjos e velhas questões**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 259.

<sup>152</sup> CRONON, William. The Uses of Environmental History. **Environmental History Review**. Durham, 17:3 (Fall 1993), p. 13.

específica com a natureza, não sobrevive ao desenvolvimento urbano e industrial”<sup>153</sup>.

Sendo assim, convém salientar que a justificativa deste tipo de análise histórica encontra guarida tanto no embate silencioso entre distintos grupos sociais e suas formas de utilizar os recursos do meio, quanto nas conseqüências que cada tipo de exploração do ambiente produz.

### 3.1 POPULAÇÕES TRADICIONAIS

A fim de precisar as características do grupo aqui definido com população tradicional é necessário salientar que são em sua maioria brasileiros descendentes de luso-brasileiros, nascidos no meio rural, que viveram ou ainda vivem às margens da Lagoa de Sombrio e que, até a construção da BR-101, ligavam sua segurança alimentar aos recursos encontrados no corpo lacustre.

Sobre os impactos ambientais produzidos por estas populações, é imprescindível salientar que não se pode naturalizar e generalizar a espécie humana como degradadora, deve-se realçar que existem diversos tipos de interação com o meio e que cada grupo produz um tipo de interação onde diferentes graus de degradação podem ser verificados. Apesar das populações tradicionais serem vistas por parte da intelectualidade como portadoras de uma vocação preservacionista, deve-se destacar sua relação impactante com o meio. Entretanto a graduação desse impacto é bem inferior das populações instaladas em zonas urbanas e industriais, cabe ainda enfatizar que seus etno-conhecimentos também são considerados fundamentais para a preservação do ambiente.

O isolamento também é um fator condicionante para o grupo analisado neste trabalho, segundo Diegues:

Com isolamento relativo, essas populações desenvolveram modos particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias mitos e até umas linguagens

<sup>153</sup>  
259.

---

FARIA, I. M. *et al.* In: \_\_\_\_. BRUMER, A.; PIÑEIRO, D. (orgs). 2005. *Op cit.* p.

específicas, com sotaque e inúmeras palavras de origem indígena e negra.<sup>154</sup>

As definições de Antonio Candido sobre os mínimos sociais e mínimos vitais são apropriadas para balizar o grau e interação com o meio e com outros indivíduos. Como salienta, “a existência de todo o grupo pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as necessidades e os recursos do meio físico” e que estas necessidades têm um duplo caráter, natural e social.<sup>155</sup> Para o referido autor, o que caracteriza as populações tradicionais é a sutil fronteira em que estabelece a manutenção do equilíbrio social entre os mínimos sociais e os vitais.

Em “Vozes e imagens de rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e problemas ambientais” Faria *et al* enfatizam a questão de que a degradação ambiental quebra o equilíbrio que existia entre os indivíduos e o ambiente. As noções de equilíbrio e harmonia atualmente são muito discutidas, tanto nas relações entre os seres humanos e a natureza, quanto nas relações dentro da própria natureza. Warren Dean em “A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira”, acertadamente desconstrói a idéia de uma natureza edênica, que nunca teria sido transformada por agentes naturais ou antrópicos.<sup>156</sup> Os trabalhos de Antonio Carlos Diegues caminham nesta direção, ao discutir a mitificação preservacionista da natureza intocada. Evidencia que a desmistificação é imprescindível para se analisar o lugar das populações tradicionais e seus conhecimentos etno-botânicos na preservação do ambiente. Ressalta ainda que, “uma grande parte das práticas tradicionais de manejo e de conhecimento acumulado sobre a mata, os rios, lagos e o mar têm influência direta dos saberes e práticas dos povos indígenas que foram transmitidos através de gerações de forma oral”.<sup>157</sup>

Para análise das transformações nas articulações de subsistência foram utilizados depoimentos de pescadores da parte norte da Lagoa, mais próxima da cidade de Sombrio, e da parte sul da lagoa, cercada pelos municípios de Passo de Torres e São João do Sul. A metodologia

---

<sup>154</sup> DIEGUES, A.C. **O Mito da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1998. p.14-15.

<sup>155</sup> CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2ª Ed. 1971. p. 27.

<sup>156</sup> DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>157</sup> DIEGUES, A. C. In: \_\_ Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Secretaria de Recursos Hídricos.- Brasília: MMA, 2006. p. 55.



utilizada será a história oral, serão discutidos os relatos sobre a degradação da lagoa e as dificuldades de subsistência dos pescadores, a articulação entre a(s) memória(s) da lagoa e a mudança nos e dos aspectos identitários vinculados ao ambiente.

### 3.1.1 A memória da lagoa

Inicialmente cabem algumas considerações sobre a natureza das entrevistas inquiridas. Foram coletadas de fevereiro a março de 2009, na ocasião da produção do vídeo-documentário “Lagoa de Sombrio – Seu povo fala” de Gustavo Rotta Camargo, sendo entrevistados pescadores dos municípios que margeiam a lagoa. Deve ser ressaltado que alguns pescadores não se sentiram a vontade para fornecer a entrevista, seja por não estarem com suas “carteiras de pesca” em dia, por enfatizar que a Lagoa não está com problemas ou simplesmente por não desejar ter seu nome veiculado no documentário e na presente pesquisa.

Nas entrevistas foram valorizadas as histórias de vida como fio condutor para se tratar do contato e do papel da Lagoa com os pescadores. Questões relativas ao atual estado da Lagoa foram propositalmente deixadas para o final da entrevista a fim de não direcionar os relatos sobre o passado. A maioria dos entrevistados era idosa, os depoimentos mais esclarecedores e impactantes foram de dois pescadores que afirmam não ter mais medo da morte, porque já estavam velhos. Como afirma Michael Pollak, a percepção da iminência da morte faz com que o entrevistado sinta que sua sabedoria e vivência devam perdurar, por isso, nas entrevistas, estes sujeitos buscam compartilhar suas experiências e memórias.<sup>158</sup> Dentro desta perspectiva a história oral pode ser definida como uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea, onde são ampliadas as possibilidades de interpretação do passado.<sup>159</sup>

A historiadora Verena Alberti reitera que com a intensa valorização das fontes orais no Brasil, nos anos oitenta do século XX, surgiu a crença de que as fontes orais trariam uma espécie de história-relato, onde a simples existência do relato já efetivá-lo-ia como história. Alberti afirma que, o equívoco se concretizou quando a fonte oral foi

<sup>158</sup> POLLAK, M. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Edições vértice. vol. 5. n.10, 1992.

<sup>159</sup> ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In:\_\_\_ PINSKY, C. B. (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 155.

consolidada pelos historiadores como “verdade emanada do povo”, pois esta, como toda e qualquer fonte, deve ser inquirida.<sup>160</sup>

Antes de se finalizar o levantamento metodológico inicial deste capítulo, acompanhado ou não das devidas ressalvas a fim de alinhá-lo ao objeto de estudo, é pertinente discutir sobre o conceito de memória e as implicações deste tipo de enfoque na análise das entrevistas.

Como aponta Jacques Le Goff em “História e memória”,

(...) a ciência histórica defini-se em relação a uma realidade que não é nem construída nem observada como na matemática, nas ciências da natureza e nas ciências da vida, mas sobre a qual se ‘indaga’, ‘se testemunha’. (...) Assim, a história começou como um relato, a narração daquele que pode dizer ‘Eu vi, eu senti’.<sup>161</sup>

Desta forma, a história-testemunho jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica no momento em que o autor produziu a sua obra. Durante a década de setenta na França, se assistiu à crítica a esse tipo de história. Isto segundo ele, “devido à vontade de colocar a explicação no lugar da narração”.<sup>162</sup>

Entretanto, com o redimensionamento da noção de fato histórico levando-o para além do status de objeto dado e acabado, a história-testemunho tem seu renascimento e a noção documento-monumento passa a ser estendida a outros tipos de fontes.<sup>163</sup> Desta forma, será utilizado o conceito de memória defendido pelo historiador,

a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.<sup>164</sup>

Le Goff ainda veicula as sobreposições não hierárquicas entre a memória individual e a memória coletiva como essenciais à formação do que se convencionou chamar identidade, cuja busca é uma afinidade dos indivíduos na sociedade de hoje. Tocantes a este trabalho, os relatos

---

<sup>160</sup> Idem.

<sup>161</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003. p.9.

<sup>162</sup> Idem.

<sup>163</sup> Ibidem. p.253.

<sup>164</sup> Idem. p.419.

memorialísticos focalizam as “histórias dentro da história”; esta afirmação baliza-se nas considerações de Vera Alberti em “Fontes históricas”.<sup>165</sup> Para a autora,

um acontecimento vivido não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado. Isso significa que ele se constituiu (no sentido de tornar-se algo). Ao contar as experiências, o entrevistado transforma o que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizado os acontecimentos de acordo com determinado sentido. Esse ‘trabalho da linguagem’ vem sendo estudado por diversos autores do campo da teoria da Literatura, que tomam como objeto de análise narrativas literárias e não literárias, inclusive narrativas orais.<sup>166</sup>

Neste ponto, as considerações de Antonio Torres Montenegro, inicialmente balizadas pelo estudo de Walter Benjamin “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, levantam a discussão sobre a arte de intercambiar experiências. Em “História, metodologia, memória” Montenegro percorre sua trajetória de pesquisador discutindo e problematizando metodologicamente as diferentes situações que encontrou nessa caminhada intelectual.

Montenegro afirma que Benjamin temia a modernidade, pois foi com a invenção da imprensa que o romance pôde se difundir, este processo seria o “sinal fundamental dessa perda do caráter narrador, que se revelaria tanto no romance quanto na própria imprensa”, pois estes nem

‘procedem da tradição oral nem a alimentam’. Nesse sentido, ainda, a própria imprensa, voltada predominantemente para a transmissão de informações, seria incapaz de alargar essa forma de comunicação de saberes, uma das dimensões fundadoras do narrador.<sup>167</sup>

---

<sup>165</sup> ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In:\_\_\_ PINSKY, C. B. (org). 2006. *Op*

*cit.*

<sup>166</sup> Idem. p.171.

<sup>167</sup> MONTENEGRO, A. T. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 49-50.

Isto ocorre pelo fato de que segundo Benjamin, “(...) a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção”.<sup>168</sup>

Montenegro não se apropria dos “medos” de Benjamin, não por falta de sensibilidade ou por possuir uma postura “oficialista” da História. O medo de Benjamin da esterilização da experiência repousava na crença de que a memória, como elemento marginalizado do fazer histórico, pudesse trazer à tona a história dos vencidos e fazer uma história mais verdadeira. Montenegro não se apropria do discurso do marginal como verdade indiscutível, ele se apropria deste discurso como mais uma verdade, que constitui uma totalidade fechada em si mesma, mas que dialoga com outras memórias nas mais diversas formas de se compartilhar a experiência.

Durante as análises das entrevistas três pontos estiveram presentes nos relatos. A partir dessas temáticas se estrutura a presente narrativa do processo de desarticulação cultural dos indivíduos dependentes dos recursos naturais oriundos da Lagoa para sua subsistência. As temáticas são: o passado de fartura e prosperidade, a degradação e suas causas e a incerteza do futuro.

### *3.1.1.1 o passado de fartura*

Durante a elaboração das entrevistas, por mais que o direcionamento entre os eixos passado e presente fosse constantemente reforçado pelo entrevistador, as narrativas das memórias dialogavam constantemente com as duas balizas. Nesse processo pôde-se perceber ressignificações, onde até mesmo as características do meio são transformadas.<sup>169</sup>

Esse processo também dificultou a catalogação e separação dos fragmentos dos relatos, ainda assim, uma delimitação cronológica e temática foi estabelecida para averiguar na fala dos pescadores a percepção da degradação da Lagoa e a dificuldade da atividade pesqueira.

Inicialmente pode se observar que todos os pescadores viam e ainda vêm na possibilidade da pesca o maior recurso que a Lagoa pode oferecer. Em alguns casos era citado o turismo e lazer; o uso da água

---

<sup>168</sup> BENJAMIM, W. **Magia e técnica. Arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.201.

<sup>169</sup> Momento da narrativa em que o passado recebe um novo sentido e/ou significado em virtude das aspirações e experiências do presente.

para outros fins como agrícola e consumo nem foi cogitado como um recurso.

As principais riquezas da Lagoa do Sombrio é a pesca e as pessoas virem prai andar de lancha, né. Antes eu encontrava o Cará, a Traíra, Bagre, Tainha, Peixe-Rei, o Robalo e várias outras espécies mais pequenas. Ainda se encontra alguns desses, mas muito pouco peixe, a Tainha e o Robalo tão sumindo, que era o peixe do mar que entrava para a lagoa<sup>170</sup>.

Este pescador residente na parte norte da Lagoa (no município de Sombrio), não consegue mais pescar próximo a sua residência, tem que se deslocar até as proximidades da localidade de Anita Garibaldi em Balneário Gaivota, aproximadamente cinco quilômetros de distância em direção ao sul para encontrar bons peixes. Segundo ele e outros entrevistados, na parte norte a água é “lamacenta” e o peixe gosta de água limpa.<sup>171</sup>

Inicialmente deve-se ressaltar que a Lagoa e os rios circundantes são percebidos pelos pescadores como espaços comunitários, por que sua cultura tradicional se constitui entorno dos mesmos, fazendo com que seus recursos pudessem ser utilizados, por meio de técnicas apropriadas e recursos específicos por todos.<sup>172</sup>

Pedro Manoel da Rosa, mais conhecido como Pedro China, um exímio contador de histórias, é morador da parte sul da Lagoa de Sombrio. Ao tratar das riquezas do corpo lacustre enfatiza os fatores que diretamente atacam a Lagoa. “Havia diferentes tipos de peixes, não tinha a degradação do povo que tem hoje. O que mais estragou foi a pesca desenfreada, não tem fiscalização, tiram o grande e o pequeno. Usam malha 5 ou 6 e só pode usar a 8 pra cima”.<sup>173</sup> A “degradação do povo que tem hoje” que Pedro enfatiza, certamente faz alusão à diminuição do isolamento, característica esta que direcionava os laços de dependência dos pescadores às relações com o meio. Este efeito catalisador produz causas que são complementares e relacionáveis, a degradação gera dificuldade na subsistência dos pescadores, o aumento da densidade

---

<sup>170</sup> Entrevista com Aldir Souza Pereira. Sombrio. Março de 2009.

<sup>171</sup> Aldir Souza Pereira. *Op cit.* 2009.

<sup>172</sup> FARIA, I. M. *et al.* In:\_\_\_\_. BRUMER, A.; PIÑEIRO, D. (orgs). 2005. *Op cit.* p.

265.

<sup>173</sup>

Entrevista com Pedro Manoel da Rosa. Passo de Torres, fevereiro de 2009.

demográfica compromete o isolamento e o grande número de pessoas também gera mais degradação.

A busca de Pedro pelo encadeamento entre as perguntas e as formas de resposta que mais considerava importantes se estendeu por toda a entrevista. Independente de como fosse a pergunta, Pedro sempre direcionava a resposta para uma situação de tristeza no presente, onde afirmava não ter medo de falar a verdade sobre a Lagoa.

José Raupp dos Santos, mais conhecido como João Marinho, é presidente da Colônia de Pesca de São João do Sul, explica que: “a principal riqueza da Lagoa é o peixe, né?! As melhores são a traíra e o siri, o camarão só dá no tempo de estiagem”.<sup>174</sup> A delimitação dos principais recursos na fala do presidente é a delimitação dos mais rentáveis atualmente. Esta escolha é provavelmente marcada pelo lugar que ocupa na colônia de pesca, onde procura articular um discurso em prol de melhorias nas atuais condições de subsistência dos associados.

João da Silva Coelho pescador da parte sul da Lagoa de Sombrio, na localidade da Barrinha, enfatiza que seguiu a profissão do pai e de todos os tios. Ao tratar das riquezas da Lagoa não tentou idealizar o passado, a fim de realçar o estado de degradação, mostrou um mundo natural cíclico onde a fartura e a carência regiam as condições de subsistência. “Olha, hoje não dá pra se queixar. Naquela época também tinha época boa e ruim. Cheia de altos e baixos, a vida, que nem lavrador, agricultor, também é isso. Tem as épocas boas e as épocas ruins”.<sup>175</sup>

A entrevista com Pedro China renderia um estudo à parte, sua habilidade de contar histórias faz de qualquer entrevistador mais um dos seus expectadores. Pedro entendia perfeitamente a função da entrevista, mas em diversos momentos criava maneiras de responder às perguntas com mais um “causo” dos tantos que conhecia. Para falar da história do povoamento da Lagoa de Sombrio recorreu às histórias familiares, que serão transcritas na íntegra pelos diversos elementos contidos na narrativa:

Eu nasci e me criei aqui, essa casa que está aqui é do tempo do meu bisavô, essa foi feita em 1830 no tempo da Monarquia ainda. Foram os escravos que fizeram, mais ele. No tempo da Monarquia. Por que o primeiro a chegar aqui não foi ele, foi

174

José Raupp dos Santos. São João do Sul. Março de 2009.

175

João da Silva Coelho. São João do Sul. Março de 2009.

meu tataravô. Agora se vocês querem saber desde o principio eu explico.

Entrevistador: Pode, pode explicar.

P.: Em 1722 quando meu tataravô veio de Portugal, isto aqui era terra da Espanha, ainda. Então, como ele chegou aqui e não soube de quem era a terra, ele foi em Roma. Naquele tempo para saber do Papa de quem era a terra naquela posição. Ai ele respondeu [o Papa], “olha essa terra é de quem habita nela”. Ai um capitão doou uma sesmaria, isto daqui é uma sesmaria, são 3 léguas de frente e 9 léguas de fundo, ela faz frente no mar e fundo na serra. Então a primeira propriedade que ele fez, onde [hoje] é a fabrica de refrigerante de Passo de Torres para cá, na sanga, por isso tem o nome de Sanga do Rodrigues, é aonde ele fez a propriedade. Um dia ele veio passeando com os escravos, ele tinha 70 escravos, ele era rico. Veio passeando pela mata, veio, veio, achou esse morro aqui [faz alusão ao local onde foi concedida a entrevista, hoje conhecido como Morro dos Macacos], então como tinha uma nascente de água muito boa, que até hoje é minha fonte de água ainda, ele fez uma roça de cana no alto do morro e um engenho no lado de cana-de-açúcar e cachaça. (...) Então todo dia ele saia de lá com os escravos, vinha passeando/andando pelo mato até chegar aqui. Ele era criador de gado, ele fez um campo de criar do Passo de Torres a Araranguá, onde ele criava o gado dele solto no campo. Depois ele passou para o outro lado [do rio Mampituba] e fez a primeira igreja de Torres e colocou o padroeiro São Domingos (...). Naquele época ele foi trabalhando e trabalhando no lugar, ai quando os polacos, os alemães e os italianos vieram para o Brasil, os italianos aportaram em Laguna e foram direto a Urussanga, procurando um morro que tivesse bastante mato, ai quando eles chegaram existia outra tribo de índio carijó e dentro da mata cruzava uma sanga de água. Então o índio tava caçando, atirou uma flecha, bateu uma flecha no uru, o uru na água, ai um índio disse para o outro: “Ó uru sanga”; que era para tirar o passarinho de dentro da nascente. Daí nasceu o nome Urussanga que é até hoje. Os

polacos ficaram entre correr daqui a Criciúma, e os alemães vieram até Passo de Torres, daqui do Passo de Torres foram morar na costa da serra, deu uma enchente muito forte, eles correram para Dom Pedro de Alcântara e fizeram a colônia de São Pedro e os outros foram para São Leopoldo fazer outra colônia de alemão. Então ai, o meu bisavô casou e depois fez essa casa aqui de pedra, em 1830. Então aqui ele morava sozinho com a família dele, quando ele queria comprar alguma coisa de diferente ele cangava na carreta uma junta de boi, e mais a mulher demoravam 30 dias de viagem e estavam chegando de novo. Então essa casa é do tempo da Monarquia. Daí pra frente ficou para a minha avó e o meu pai criou-se nessa casa aqui também. Eu me criei aqui também desde pequeno, e as minhas tias urdiam roupas, e eu trabalhava com elas e trabalhava também no tear. (...) Esse meu bisavô quando entrou a república ele foi juiz, eu conheci até a mesa de escritório dele, naquela época que ele morava aqui os antigos contavam que o peixe era tanto nessa lagoa que quando chegava a noite e as mariposas ameaçavam cair na água, a robalada era que nem uma tropa de gado.<sup>176</sup>

A narrativa de Pedro é tão rica quanto subjetiva, uma confluência de memórias individuais e coletivas que dialogam no intuito de fornecer sentido ao passado. Inicialmente, pode-se observar a estratégia do narrador em coordenar os dados oferecidos aos acontecimentos históricos, como diz Pedro: “essa [casa] foi feita em 1830 no tempo da Monarquia ainda”. Como hábil contador de histórias, o pescador faz com que o interlocutor peça pela história, fornecendo para ele além do aval, um vínculo mais forte para a relação de recepção.

Não é cabível afirmar que a trama tecida por Pedro foi estrategicamente produzida para a entrevista, o que pode realmente ser percebida é a junção de narrativas “pré-moldadas” às demandas do pescador em manifestar seu descontentamento com o atual estado da Lagoa. Apesar de nunca ter saído da região e nunca ter estudado, como afirma o entrevistado, “nunca fui para a cidade, nunca fui para a escola,

---

<sup>176</sup>

Pedro Manoel da Rosa. *Op cit.*



a natureza me ensinou o que eu sei”, a percepção sobre a importância de algumas instituições também marca o seu depoimento.<sup>177</sup> Como no caso da “escolha” do carimbo de chancela de Roma e do Papa para a ocupação do local pelos seus ancestrais. No universo de significação de Pedro essas são duas instituições universalmente investidas de autoridade, o Papa, como um “rei dos reis” também é designio de justiça. Durante o relato a maioria das lembranças familiares estavam ligadas ao universo do trabalho difícil, justo e honesto, ninguém mais indicado que o Papa para assegurar o direito à posse da terra para aqueles que honestamente desejam tirar dela seu sustento.

Na parte introdutória da entrevista, a busca por um passado idílico é lapidada nos moldes de uma grande história sobre um senhor de escravos. O tataravô de Pedro é trazido como um senhor de setenta escravos, responsável pelo povoamento do local e pela construção da igreja na atual cidade de Torres-RS. Antônio César Sprícigo trata em “Sujeitos Esquecidos, Sujeitos Lembrados” da invisibilidade do negro nas histórias sobre a colonização da região do extremo sul de Santa Catarina. Nesta obra ao analisar os inventários *post-mortem* (1840-1890) e explica que na vila de Sombrio, que na época abarcava todo o sul da Província ao sul da atual Araranguá havia 26 escravos.<sup>178</sup> Na seqüência Pedro explica ao seu modo como aconteceram as ondas imigratórias na região e finaliza o relato atentando para magnificência da natureza em épocas passadas, quando o barulho na água dos peixes era semelhante ao andar de uma tropa de gado.

A análise deste relato não se justifica para afiançar pelo selo da história produzida na academia se o pronunciamento é verdadeiro ou não, como afirma Alessandro Portelli, “até mesmo erros, invenções e mentiras constituem, à sua maneira, áreas onde se encontra a verdade”.<sup>179</sup> O que justifica a dessacralização das palavras do pescador é o entendimento da necessidade da narrativa. As palavras de Pedro chamam a atenção para um passado vivido, um passado perdido; mas não perdido no tempo, pois pode ser revivido a cada nova oportunidade em que um visitante peça por uma história de como era a vida antigamente. Este passado está perdido por que o meio se transformou, foi degradado. Pedro, como tantos outros entrevistados, vê a memória do passado paradisíaco devastada por diversos fatores que transformaram as condições naturais da Lagoa de Sombrio. Por esse

177

Pedro Manoel da Rosa. *Op cit.*

178

SPRÍCIGO, Antônio César. *Op cit.* p. 87.

179

PORTELLI, Alessandro. *Op cit.* p. 24.

motivo tece uma narrativa que explicita as contradições entre passado e presente, fornecendo um triste panorama aos seus ouvintes.

Seria ingenuidade imaginar que todos os pescadores vêem os problemas da Lagoa da mesma forma, pois como indivíduos diferenciados se apropriam das estratégias mais diversas para tentar se adaptar às adversidades impostas pela degradação. Como é o caso de João da Silva Coelho, que depois da retificação do canal da Barrinha, teve o canal de ligação entre a Lagoa de Sombrio e o rio Mampituba trazido para perto de sua casa. “Eu já vi de tudo aqui, já vi enchente de encher tudo d’água e vi seca das cobras virem tomar água no rio. E aí, se quiserem arrumar aqui, de repente melhora, de repente não, né?!”.<sup>180</sup>

### 3.1.1.2 a degradação e suas causas

Ao tratar das causas da degradação os pescadores são enfáticos e mostram grande clareza no entendimento nas características do meio natural. Entretanto cada indivíduo fornece um apanhado das causas à degradação conforme a região da Lagoa onde reside, concede ao entrevistador informações importantes para a compreensão “moral da história” em cada entrevista, o que também pode ser chamado de lógica narrativa.<sup>181</sup>

Isto pôde ser melhor evidenciado nas descrições individuais sobre as transformações que ocorreram na Lagoa. Neste caso, ao tratar das causas da degradação Pedro China enfatiza: “O que é da natureza não se mexe, como se diz né?!”.<sup>182</sup> A preocupação com a preservação é diferente nas palavras de José Marinho, que não é tão insistente quanto Pedro. “O que a natureza fez, o que deus fez, o que foi feito por deus: a natureza, coisa bonita e boa; o homem com certeza não quer estragar, quer melhorar. Mas, as vezes acerta e as vezes erra”. José reconhece uma ordem superior à humana ao designar para Deus a criação de uma natureza bonita e boa, mas endossa também uma essência bondosa no homem, que em alguns momentos erra ao querer melhorar aquilo que Deus lhe ofereceu.

No tocante às causas da degradação uma das mais debatidas é a salinização. Importante deixar claro que todos os pescadores afirmaram que a Lagoa sempre sofreu o processo de salinização, inclusive antes da

---

<sup>180</sup> Entrevista de João da Silva Coelho. São João do Sul. Março de 2009.

<sup>181</sup> ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In:\_\_\_ PINSKY, C. B. (org). *Op cit.*

p.186.

<sup>182</sup> Pedro Manoel da Rosa. *Op cit.*

construção do canal da Barrinha. Pedro Manoel da Rosa fez questão de explicar como salga a Lagoa:

Para salgar a lagoa é assim ó. Da estatura que está nossa lagoa agora, se ela só baixar mais um pouco ai ela fica no limite do mar. Ela não baixa mais que aquilo ali, ai dá o [vento] Sul a água salgada vem pra lagoa, dá o Nordeste ela desce, fica naquele balanço assim, ela e o mar. Quando ela salga, bem salgada mesmo, ai até aquelas urtigas do mar vem. E tem uma lição quando o mês de julho salgou em outubro dá camarão, ai dá bastante camarão, em outubro. Não salgou a lagoa o camarão não cresce, pois vocês sabem que o camarão se cria na lagoa mas não cresce sem salgar a água, ai ele fica todo pequeninho, e o camarão é a pesca que mais dá dinheiro pro pescador.<sup>183</sup>

Amilton da Rosa Teixeira complementa a explicação de Pedro ao enfatizar que “entrou a água salgada por causa do desnível da água, que baixou”.<sup>184</sup> O que pode ser compreendido é que, na visão do pescador, com a construção do canal da Barrinha em linha reta, a vazão de água aumentou e o nível da lagoa teria diminuído, favorecendo assim a entrada da água salgada.

Pedro Manoel da Rosa especificamente sobre a retificação dos canais, deixa bem claro que “(...)queriam fazer campo no Sombrio, por isso trouxeram as dragas e fizeram reto”, logo adiante o pescador também dá seu parecer sobre as causas do assoreamento, “o rio ficou direto e por isso vi desbarrancando”.<sup>185</sup> A necessidade de drenagem dos campos alagadiços para fins pecuários e agrícolas foi igualmente explanada pelo engenheiro agrônomo Carlos A. Z. Mendes. José Raupp dos Santos fornece mais detalhes sobre como a memória coletiva evidencia esse fato:

me disseram alguém, eu não vou condenar, que foi a exploração de terra turfa, próximo a Araranguá, lá numa fazenda lá. Pra explorar um lodo oleoso pra queimar lajota em Criciúma, então que com muita influencia de políticos, essa gente grande que manda, né?! Eles fizeram isso daí pra

183

Pedro Manoel da Rosa. *Op cit.*

184

Entrevista de Amilton da Rosa Teixeira. São João do Sul. Março de 2009.

185

Pedro Manoel da Rosa. *Op cit.*

escoamento das águas, para baixar as águas lá em cima, para poder tirar esse lodo turfa para queimar lajota. Tá tudo bem, eles tão trabalhando, não tão robando, só que na fauna e na flora, na natureza, o que hoje tá acontecendo eu posso dizer sem medo de errar, isso daí foi um grande fracasso pra nós pescador pobre que vivemos aqui.<sup>186</sup>

O tema poluição gera controvérsias por ser apropriado de diversas maneiras.

João da Silva Coelho explica que, “se é que tem [poluição] é lá pra cima, lá de Sombrio. Aqui não dá pra se queixar, mas a gente coopera com a limpeza. Pode ver, tu olha aí ó, coisa linda, ta bonito!”.<sup>187</sup> Neste caso, apenas o lixo é visto como elemento poluente e João, morador da Barrinha, ainda faz questão de destacar que na localidade todos estão engajados em manter o local limpo, diferente da população de Sombrio, na parte norte da Lagoa. A mesma percepção é compartilhada por Amilton da Rosa Teixeira, o pescador assegura que “dentro da sua área” toma os cuidados devidos com o lixo. “A respeito da preservação da lagoa nós temos que ter muito cuidado com o lixo, né?! Então aqui dentro da nossa área a gente coloca os tonéis de lixo pro pessoal colocar o que é lixo no lixo, né”.<sup>188</sup>

Pedro Manoel da Rosa também morador da parte sul enfaticamente assegura que a poluição do corpo lacustre vem de Sombrio:

A poluição da lagoa vem de Sombrio, e se eles quiser eu digo na cara deles, e é! Por que tá aqueles canos jogando toda a poluição lá, e pega do Japonês [Bairro Januária], e tem aquele cano que passa embaixo na ponte [sobre o rio da Laje], tem o cano ta do lado da prefeitura [próxima a foz do rio da Laje na Lagoa de Sombrio] e o mestre de cima que solta no rio. (...) Agora parece, me disseram, que eles tão tentando melhorar as coisas por ali, com reciclagem, mas antes quando foi fotografado era feio de se ver. Outra é a furna [local turístico], aquele posto de gasolina que tem nas furnas, isso eu digo porque o IBAMA teve aqui e me explicou tudo, ele disse: “Seu Pedro

<sup>186</sup> José Raupp dos Santos. *Op cit.*

<sup>187</sup> João da Silva Coelho. *Op cit.*

<sup>188</sup> Amilton da Rosa Teixeira. *Op cit.*

aquele chão ali tá todo em óleo”.(...) O peixe daquele canto ali ninguém come, eu sei por causa do gosto de óleo, os pescador dali vem pesca pra cá.<sup>189</sup>

Pedro salienta que a parte sul da Lagoa atualmente não tem nenhum agente poluidor, ao contrário do que acontece na parte norte. No final desta parte afirma que a única “coisa” que tem é uma “criaçõzinha” de gado, mas afirma ser feita a certa distância da água.

Aldir Souza Pereira destaca que “a lagoa tá muito poluída, devido ao nosso Rio da Laje. É que tem granja lá pra cima e quando eles soltam aquela água vem muito lodo junto e vem entupindo tudo no canal, já formou uma coroa [banco] de areia na saída [foz] do rio”.<sup>190</sup> Esta “coroa de areia” referida pelo pescador da parte norte é resultado do assoreamento na foz do Rio da Laje, da colmatação (característica do corpo lacustre citada anteriormente) e da aglutinação de sedimentos ao redor das raízes da gramínea *Brachiaria radicans*. O potencial invasivo da gramínea africana foi percebido na parte sul da Lagoa, “a brachiaria veio do Sombrio para cá com uma chuvarada. De um pezinho ta tomando conta. Só toma conta da Lagoa, é uma praga”.<sup>191</sup>

Pedro Manoel da Rosa explica que nem sempre os pescadores da Lagoa proviam o seu sustento dentro das premissas da lei, mas alerta que os pescadores locais rapidamente se adaptaram às balizas legais.

Eu trabalhei com o IBAMA, era da diretoria que cuidava dos pescadores aqui, eu por ser mais velho na pesca, por isso me colocaram de fiscal. Antes nós fiscalizávamos tudo, e só os pescadores pescavam aqui. Quando começou o IBAMA, foi muito difícil pra nós, não éramos legalizados dentro do IBAMA, e eles levaram todos os nossos armamentos, ai fizemos uma carta para os governantes de fora, ai teve uma reunião na Barrinha e teve uma votação, e ficou cinco homens cuidando lá e eu aqui, então daquele dia em diante nós entramos nas normas e tudo ficou com regulamento. Mas o pescador vocês sabem

<sup>189</sup> Pedro Manoel da Rosa. *Op cit.*

<sup>190</sup> Aldir Souza Pereira. *Op cit.*

<sup>191</sup> Pedro Manoel da Rosa. *Op cit.*

com é! Nem é tanto o pescador é o povo de fora, uns tem mais de mil metros de rede<sup>192</sup>.

Nas idas e vindas entre passado e presente, Pedro tenta deixar claro que agora “tudo ficou com regulamento”, no entanto desliza “mas o pescador vocês sabem com é!” que mesmo a classe dos pescadores artesanais não é tão coesa quanto ele gostaria que fosse.<sup>193</sup> Depois de realçar essa situação, arremete contra aqueles que no seu entender são os maiores causadores dos tormentos da pesca, os pescadores de fora que não tem licença para pescar na Lagoa de Sombrio. Sobre as práticas dos pescadores de fora, Pedro explica que a mais perigosa é o “batuque” ou “batimento”.

O batimento é assim: aqui assim tem um “margotão” [cardume] de peixe no juncal, ali, então eles pegam e fazem o cerco com a rede, por fora do cardume, e depois entram para dentro e descascam o cacete na água. Pros peixes se assustar, e aí tudo enganchar na rede. Esse é o cerco de batuque, como se diz, e isso é proibido, né?! Daí o peixe que tem ali eles tiram, e o que escapa não quer mais nem saber dessa distância de água.<sup>194</sup>

Pedro ainda esclarece que normalmente esses pescadores utilizam redes “miudeiras”, com malhas inferiores às permitidas por lei, o que gera o problema da diminuição da ictiofauna. Para diferenciar os pescadores associados às Colônias reitera “pescador que é pescador sabe pescar, larga o miudinho para ter peixe sempre”<sup>195</sup>. Parece legítimo para o morador do Morro dos Macacos que a definição “pescador” recaia sobre aquele que corretamente se adaptou às novas condições impostas pela legislação, pois estas condições estão diretamente ligadas ao manutenção da coletividade.

Na percepção dos pescadores da parte norte, além do problema da utilização de meios ilegais pelos pescadores descredenciados, práticas insustentáveis continuam sendo realizadas pelos pescadores da parte sul, “vem diminuindo o peixe na Lagoa de Sombrio pela aquele problema lá na Barrinha, o pessoal cercam lá com rede e não entra o

---

<sup>192</sup> Idem.

<sup>193</sup> Ibidem.

<sup>194</sup> Ibidem.

<sup>195</sup> Idem.

peixe do mar pra nós. E eles não dão bola pra isso, até inclusive está difícil de a gente sobreviver da pesca por causa disso aí!”<sup>196</sup> Aldir também tenta trazer em números a quantidade de pessoas que vivem da pesca atualmente “tem umas 200 pessoas que vivem da pesca ao redor da lagoa, fora o pessoal de fora que entra clandestino”, com o intuito de deixar claro que são poucas.<sup>197</sup> Neste ponto além de deixar evidente a prática dos pescadores da parte sul, de concentrarem suas redes de pesca no início do canal da Barrinha, define a polarização entre as partes sul e norte, onde o norte é acusado pelo sul de ser poluidor e, por sua vez, a parte norte acusa o sul de práticas insustentáveis de pesca no canal da Barrinha.

Após a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental em 1998 e 2005 ficou evidente que a agricultura realizada as margens da lagoa era altamente impactante, desde então por determinação judicial o cultivo às margens da Lagoa de Sombrio foi proibido. José Marinho explica a visão dos pescadores sobre a agricultura:

Nós pescadores não somos contra a agricultura, a agricultura traz riqueza. Mas tudo tem limite, né?! A agricultura avançou sobre a lagoa, foram roçando ali no junco, tudo bem que com ordem do Promotor de Sombrio os rizicultores pararam de plantar, mas os ductos tão lá ainda e a terra eles não devolvem.<sup>198</sup>

O fechamento do canal da Barrinha até a realização do Estudo de Impacto Ambiental de 2005 era fortemente defendido como alternativa para aumentar a lâmina d'água da Lagoa. José Raupp dos Santos explica o que poderia acontecer se o canal fosse realmente fechado:

O canal da Barrinha não pode ser fechado. O nosso pescador ele não tem leitura, mas ele é inteligente, por uma obra de Deus ele é inteligente, ele tem muito conhecimento do setor pesqueiro. Ele sabe, como nós sabemos, e eu como presidente de colônia, que se fizer essa barragem para levantar água eu vou citar três coisas que vão acontecer: as enchentes vão ser mais fortes, por que a lagoa também é reservatório da água da chuva; se fechar não entra peixe de

196

Aldir Souza Pereira. *Op cit.*

197

Idem.

198

José Raupp dos Santos. *Op cit.*

água salgada, também a água do mar não ‘limpa’ mais a lagoa; e a *Brachiaria* toma conta de um jeito só.<sup>199</sup>

### 3.1.1.3 a incerteza do futuro

Em diversos momentos das entrevistas um tom fatalista tomava conta dos pescadores, as entrevistas que inicialmente pareciam violar a memória da fartura na Lagoa, ao longo das entrevistas eram consideradas como veículo para divulgar uma degradação que se entendia para além do meio físico. A resistência às perguntas se transforma em uma vontade de falar, durante a ressignificação do passado os pescadores percebiam que não eram as perguntas que realmente violentavam “aquele” passado, era a degradação ambiental que atacava o passado de abundância que “teima” em não se deixar abalar.

A relação entre o mar e a Lagoa de Sombrio nos relatos dos pescadores é de extrema importância tanto para a conservação da lagoa, quanto para a entrada de peixes de água salgada no corpo lacustre. Pedro Manoel da Rosa explica que, “quando salga a lagoa o peixe vem do mar, mas mesmo assim, [hoje] é difícil vir peixe” e “a conservação da Lagoa do Sombrio é a água do mar entrar pela Barrinha, se fechar a Barra poluía a água de vereda [muito rápido], por que vira tudo um limo”.<sup>200</sup>

Entretanto é perceptível para José Raupp dos Santos que alguma providência deve ser tomada quanto às retificações dos canais de escoamento,

um estreitamento do canal da barrinha pode ajudar a aumentar o nível da lagoa, porque antes não passavam duas canoas uma do lado da outra, tinha que esperar uma folga pra passar, e agora são vinte metros de canal, isso é falha humana, mas a gente pode melhorar.<sup>201</sup>

Neste assunto o posicionamento dos pescadores da parte norte e sul da lagoa são quase unânimes.

Lá no canal eles têm que ou estreitar um pouco aquele rio ali na frente do restaurante ou botar o rio no canal que era, que ai diminui a força d’água

199

Idem.

200

Pedro Manoel da Rosa. *Op cit.*

201

José Raupp dos Santos. *Op cit.*



e volta a ter a força que tinha. Antigamente não passava uma canoa pela outra, tinha que espera uma curva pra poder passar, antigamente o canal da Barrinha tinha 3 ou 4 metros, agora tem 20 m.

Aldir Souza Pereira continua sua denúncia afirmando que se este problema continuar as condições de subsistência dos pescadores, e principalmente os da parte norte, continuarão comprometendo cada vez mais: “hoje em dia não tem mais como viver da pesca, a não ser que o pessoal dê um jeito lá na Barra”.<sup>202</sup>

Outra característica que compromete a subsistência é a pesca predatória, que utiliza de métodos insustentáveis para capturar o máximo de peixes e direcioná-los ao mercado regional. Aldir Souza Pereira explica que: “tem gente que vem de fora com rede malha 5 ou 6 que é proibido, e levam tudo”.<sup>203</sup> Para evitar essa prática Pedro China enfatiza que todos os cinco municípios (Sombrio, Balneário Gaivota, Santa Rosa do Sul, São João do Sul e Passo de Torres) “tem que fiscalizar a lagoa, por que do jeito que está a lagoa não se pode mais viver só da pesca. Sobra como diz ela, a agricultura e outros serviços mas nada muito certo”.<sup>204</sup> Em diversos momentos da entrevista retoma o tema da fiscalização intermunicipal. O presidente da Colônia de Pesca de São João do Sul, José Marinho insiste na designação de um fiscal por município para vistoriar o material de pesca e a licença dos pescadores:

Se não tiver farda o povo não tem medo. A fiscalização tem que ser municipalizada, porque a gente sabe que acabar com a lagoa é acabar com o emprego, e pra que ser pescador se não tem peixe? Aqui em São João do Sul são mais ou menos 140 famílias dependendo da pesca. E o que esse povo vai fazer, não dá pra viver de ajudinha da prefeitura e cesta básica, tem que ter a lagoa pra pescar.<sup>205</sup>

A falta de regulação aliada à pesca predatória são causadoras do maior problema que uma colônia de pesca pode enfrentar: a falta de pescadores artesanais.

Antes um pescador podia criar uma família com a pesca, hoje já não pode mais. E o maior problema

---

<sup>202</sup> Aldir Souza Pereira. *Op cit.*

<sup>203</sup> Idem.

<sup>204</sup> Pedro Manoel da Rosa. *Op cit.*

<sup>205</sup> José Raupp dos Santos. *Op cit.*

é quando colocam redes lá na boca do rio [Mampituba], abaixo do nível do rio um metro, aí se ia passar 500 quilos de peixe passa 50kg. Sem contar que diminuiu muito o número de peixes, hoje já não tem mais traíra da grande.<sup>206</sup>

A desarticulação cultural dos pescadores encontra o maior obstáculo nas dificuldades de subsistência, Aldir Souza Pereira expõe que “os meus filhos não quiseram ser pescadores”.<sup>207</sup> José Raupp dos Santos explica que espera que a situação melhore, mas acertadamente percebe que a situação da Lagoa de Sombrio é crítica, e reconhece as ambigüidades e disputas contidas no debate pela preservação da Lagoa.

A situação da lagoa é complicada. A nossa poluição aqui era o arroz, que parou, mas nas margens dos rios, no costado d'água. Também tem a poluição do curtume que fica ali na São Cristóvão. Postos de gasolina, agora com essa BR-101, com a duplicação vem tudo pra lagoa. E agora nós vamos dizer o que? Que por causa da lagoa pare a duplicação da 101? Isso não é possível, a gente sabe disso. Mas a poluição tá aí. A cidade de Sombrio finalmente o prefeito, dizem, que está fazendo um trabalho muito bom lá, mas eu ainda não fui olhar, pra despoluir a lagoa, um tratamento de esgoto. Deviam ter começado antes, mas nunca é tarde, nunca é tarde.  
(...)

“Eu acredito assim, quem não é visto não é lembrado. Para saberem da insatisfação das coisas erradas, eu acho que nós pescadores e presidentes de colônias temos que manifestar a nossa insatisfação das coisas erradas que nós estamos vendo. Porque eles [as autoridades] não vão adivinhar que nós estamos nessa ruim aí!”  
(...)

“Eu acho importante esse trabalho de vocês meninos, por que é importante que a lei saiba o que está acontecendo com o pescador, mas para saber o que está acontecendo nós temos que nos manifestar!”<sup>208</sup>

206

Idem.

207

Aldir Souza Pereira. *Op cit.*

208

José Raupp dos Santos. *Op cit.*

O papel institucional de José Marinho como líder da Colônia de Pescadores é marcante neste pronunciamento. Para o presidente, os pescadores devem se manifestar para divulgar seu descontentamento para que as autoridades possam ajudá-los, do contrário dá a entender que as autoridades não se mobilizariam por conta própria. Ainda, expressa um misto de gratidão e contentamento pela iniciativa os pesquisadores de realizar as entrevistas, entretanto reitera ao final a necessidade de agência dos pescadores.

Pedro Manoel da Rosa além de um grande contador de histórias também tem outro tipo de preocupação. Por conta própria, além de tentar preservar o passado, Pedro preserva em suas terras no Morro dos Macacos. Esse morro fica a leste do canal da Barrinha e também é banhado pelas águas da lagoa.

Isso daqui eu preservei, por que eu tinha um grande bananal, esses macacos eram lá da vargem, do morro até o rio Mampituba. Então como o povo derrubou toda a vargem para fazer campo os macacos passaram para o morro, e ai eles foram chegando. Primeiro na casa da minha filha, existia bergamoteira, e ai eles começaram a chegar e minha filha colocou banana no chão e daquele dia em diante ela amansou. Então eu disse para os meus filhos, eles [os macacos] chegaram e liquidaram com o bananal”, agora sabe o que é que eu vou fazer? Vou preservar tudo isso aqui para as crianças conhecerem o que é uma natureza! Por que se não tiver uma pessoa que cuide e trate, vai a um ponto onde não existe mais. E eu tenho várias qualidades de bicho aqui não é só os macacos, eu tenho graxaim, tenho mão-pelada, tenho ouriço, tenho gambá, tenho capivara, tem ratão, tem tatu, tamanduá, irara que não é o passarinho é um bichinho. (...) Então eu fiz esse serviço, por que fazendo esse serviço eu me senti bem!

(...)

Volta e meia eles vem tirar história de escola aqui, sentam embaixo daquela arvore tudo com papel e caneta. E o povo de Porto Alegre sempre vem com filmadora pra filmar minhas história. Agora semana passada uma veio me dizer que me viu na televisão. Eu contei a história da macaca, que eu

tava sentado e a macaca subiu na minha perna, né. Ela me disse, lhe vi lá na televisão filmando a macaca na sua perna. Então pra mim as coisas são assim, o meu gosto é eu preservar a natureza.<sup>209</sup>

A preocupação de Pedro de preservar a natureza para as crianças pode demonstrar duas coisas: a primeira delas é a descrença de que a situação melhora; a outra igualmente é uma descrença, mas esta é fundada na incerteza de que outros farão o mesmo. Sobre a visitação no Morro dos Macacos, enfatiza que faz isso pelas crianças, para que elas venham e passem o dia se divertindo e conhecendo uma natureza verdadeira, ou mais semelhante possível a natureza conhecida por ele na sua infância. Explica que existem dois quilômetros de trilhas dentro da mata. A conversa com uma bióloga que visitou sua reserva evidencia o embate entre o conhecimento científico e as apropriações de Seu Pedro:

Agora, eu só fico aborrecido quando vem gente aqui dizer que tá errado, saiu uma bióloga comigo por essa trilha, o que é que ela me disse, ‘Seu Pedro, o senhor tem que forrar todas as suas trilhas de tábuas’, até achei graça do jeito dela, né?! Porque depois tava a médica ali em casa, tava almoçando e eu expliquei, e ela[a médica] disse, ‘não sabe ela que a melhor terapia é ter a folha seca na sola do pé’.<sup>210</sup>

A perspicácia do entrevistado não está em simplesmente refutar o conhecimento que lhe é oferecido pela bióloga, Seu Pedro é ciente do poder da instituição Ciência, tanto que em diversas partes da entrevista usa as palavras-chave das ciências ambientais: preservação, sustentabilidade e degradação. Pedro China refuta o conhecimento de uma disciplina que para ele não consegue estabelecer parâmetros e resoluções homogêneas. Diante desse quadro, Pedro deposita suas certezas na própria percepção que tem do mundo natural, da sua “verdadeira natureza”.

Em virtude das diferentes formas de adaptação ao processo alguns pescadores se beneficiaram das transformações no meio, como foi o caso de Amilton da Rosa Teixeira que instalou um restaurante no canal da Barrinha, de onde seus clientes podem ver a Lagoa e fazer passeios de barco até o Morro dos Macacos. Segundo ele, o canal deve

209

Pedro Manoel da Rosa. *Op cit.*

210

Idem.

ficar “como ta... Ele foi feito como era antes e tem que continuar, né?! Tem que continuar”.<sup>211</sup> A memória do pescador sobre o passado, diferente dos outros pescadores, não é idealizada, para Amilton a “época de ouro” é essa, “hoje nos temos a pesca do camarão, do siri e da tainha que dá um desenvolvimento muito bom, antes era mais o peixe de água doce como a traíra, o bagre e o cará, mas em termos de arrecadação hoje ta melhor”.<sup>212</sup>

A busca pela produção agrícola para segurança alimentar não é mais percebida pelos pescadores como uma necessidade, o abastecimento local e regional de peixes tornou-se o foco também dos pescadores artesanais da Lagoa de Sombrio. Pois como afirma João da Silva Coelho “pro pescador sobreviver o peixe tem que ter comércio!”.<sup>213</sup>

Os contrastes entre o passado de abundância e o presente de dificuldades durante as entrevistas era constantemente evocado.

Eu acho que o tinha pra falar eu já falei, só que a gente lamenta muito, do jeito que as coisas estão hoje, porque se criar aqui do jeito que eu me criei, pegava 50 tainha de três ou 4 quilos e naquele tempo não tinha nem pra quem vender. Mas era muita fartura de peixe, diferente de hoje que trabalha o dia todo para pegar uma tainha ou duas, quando pega. Então a gente lamenta muito, é claro que aumentou muito o povo. Mas se a gente cuidar da nossa lagoa e as autoridades nos ajudarem, e eu acho que não tá tão difícil.<sup>214</sup>

Na fala José Marinho vê o crescimento populacional ocorrido depois da década de 1970 como fator preponderante para a degradação da Lagoa. Como foi anteriormente evidenciado, o crescimento da cidade de Sombrio acarretou um aumento na quantidade de esgoto despejada na Lagoa. Apesar do descontentamento, o presidente da Colônia de Pesca de São João do Sul explica que se as autoridades ajudassem os pescadores não seria tão difícil cuidar da lagoa. Esse posicionamento marca a estratégia de José Marinho durante toda a entrevista, mesmo destacando continuamente os pontos que levaram a degradação busca destacar que com apoio das autoridades a situação poderia ser diferente.

---

211 Amilton da Rosa Teixeira. *Op cit.*

212 Amilton da Rosa Teixeira. *Op cit.*

213 João da Silva Coelho. *Op cit.*

214 José Raupp dos Santos. *Op cit.*

Para finalizar seu relato José Marinho enfatiza: “eu da minha parte quero o bem de todos, não quero o bem de três ou quatro, quero o bem de todos. Eu quero que todos nos esteja unido, na paz de Jesus Cristo conforme determina a Bíblia Sagrada”.<sup>215</sup> A fala do pescador soa como uma oração, uma súplica pela graça divina para estabelecer o bem entre todos.

Pedro Manoel da Rosa não utiliza da mesma estratégia de José Marinho para encerrar sua entrevista. Muito menos político, usa toda a sua vivência e conhecimento para avalizar seu posicionamento. Uma idéia que, da mesma forma que algumas das suas histórias, pode não ter um final feliz: “pela minha experiência o que eu tô vendo disso daí, vai chegar uma época que nem pra pegar pra comer não vai ter”.<sup>216</sup>

### 3.1.2 o exemplo de joseane

A última parte deste capítulo tem por objetivo analisar a carta/abaixo assinado da pescadora que vive no entorno da Lagoa de Sombrio, encaminhada à Promotoria Pública da Comarca de Sombrio-SC em 2005.<sup>217</sup> Quanto à materialidade do documento pode-se perceber que junto à carta de duas laudas foi anexado um abaixo assinado organizado pelos pescadores da Vila Conceição, município de São João do Sul. Cada lauda do abaixo-assinado comportava dez assinaturas e foram recolhidos 57 nomes. A complementaridade dos dois documentos evidencia a estratégia que os pescadores usaram para serem percebidos pela Promotoria Pública. Individualmente a pescadora relatou a dificuldade que encontrou para, conforme suas palavras, sobreviver da pesca. Coletivamente os pescadores endossam o cabeçalho do abaixo assinado onde denunciam a degradação da Lagoa e as consequências para os pescadores.

A carta arquivada no Fórum da Comarca de Sombrio, como folha 192 na pasta Lagoa de Sombrio começa da seguinte forma: “Eu, Joseane Gonçalves dos Santos pescadora quero colocar a justiça a par do que está acontecendo na Lagoa de Sombrio”.<sup>218</sup> Nesse pequeno fragmento estão contidas informações muito importantes. Diferente da padronização das cartas, a de Joseane, digitada no computador, não é

---

<sup>215</sup> Idem.

<sup>216</sup> Pedro Manoel da Rosa. *Op cit.*

<sup>217</sup> Este documento foi anexado à pasta referente a Lagoa de Sombrio, no arquivo do Fórum da Comarca de Sombrio. Folhas 192 a 201.

<sup>218</sup> **Promotoria Pública da Comarca de Sombrio-SC.** Lagoa de Sombrio. Carta de Joseane Gonçalves dos Santos. Folha 192.

assinada no final. Ela coloca seu nome no começo e no meio da carta o que demonstra uma falta de intimidade com a confecção epistolar. Também fica clara a questão de classe, pois ela se identifica como pescadora que pretende explicar à Justiça o que acontece com a Lagoa, note-se que a pescadora cita a Justiça e não o Poder Judiciário ou o Promotor de Justiça. Esta referência deixa escapar um anseio individual inscrito na ordem da moralidade.

As dificuldades para o sustento das famílias em virtude da degradação da Lagoa de Sombrio surgem na primeira linha, seguidas das descrições sobre as práticas pesqueiras que vêm destacar o quão incerta a pesca se tornou:

Nós chegamos numa situação em que estamos desesperados. As famílias que sobrevivem da pesca não podem mais contar com a lagoa. Estamos colocando em média 1.700 metros de rede, e estamos pegando em média 2 a 3 quilos de peixes, e muitas vezes olhamos a rede para pegar só um cará em 1.700 metros de rede.

Não existe mais peixe, a lagoa está em situação de emergência. Eu não estou falando só do peixe, mas sim do siri e do camarão.<sup>219</sup>

Joseane refutou idéia de que a pesca do siri e do camarão seriam a saída para os pescadores produzirem novas estratégias de sustentabilidade. Ao afirmar generalizadamente que não há mais peixe e, ainda, destacou que isso compromete a estrutura familiar, destacando que as famílias de pescadores não podem mais contar com a Lagoa.

A primeira questão levantada sobre a degradação está mais presente na memória e na paisagem contemplada pela pescadora, é a duplicação da BR-101, iniciada em janeiro de 2005. Nesta parte da carta afirma que o escoamento das águas das obras prejudicou ainda mais a situação.<sup>220</sup>

Após a pescadora voltou a se identificar, salientar sua profissão, entretanto adiciona ainda mais um dado que continua presente no decorrer da carta, a condição de mãe:

Eu, Joseane Gonçalves dos Santos, mãe de 4 filhos, pescadora profissional dependente da pesca, peço encarecidamente que a justiça nos ajudem a cobrar o que é nosso

<sup>219</sup>

Idem.

<sup>220</sup>

Ibidem.

por direito, por que pagamos nossos impostos em dia.

Cheguei a ponto de vender objetos de dentro de casa para sustentar minha família.<sup>221</sup>

Neste parágrafo a pescadora reiterou as ponderações iniciais da sua carta, entretanto ao invés de procurar explicar o que está acontecendo com a Lagoa enfatizou as medidas que teve de tomar para continuar provendo sustento a sua família, a desarticulação das condições de subsistência e, consecutivamente, das características da população que depende exclusivamente da pesca são marcas latentes no discurso da pescadora.

Joseane também forneceu informações muito importantes sobre sua percepção da antropização da Lagoa e da quantidade de pescadores que dependem do meio.

Sabemos que a lagoa está sendo monitorada por satélite, mas que não tem como eles verem que, depois que abriram o canal da boca da barra [Barrinha], aprofundaram e alargaram o rio, o peixe que entra na lagoa, entra e sai do mesmo feito.

E cada dia que passa os pescadores estão deixando seus filhos passarem necessidades, por que associados são muitos, mas pescadores são poucos, os que realmente vivem da pesca, e esses sim, estão sofrendo com o impacto ambiental e a total destruição da lagoa.<sup>222</sup>

A construção do canal da Barrinha é vista pela pescadora como altamente impactante para a lagoa. Em seguida, valendo-se do papel de mãe, ressaltou a dificuldade em criar os filhos dependendo da pesca. Ao tratar dos “associados”, a pescadora chamou a atenção para aqueles indivíduos que são associados das colônias de pesca, mas não são unicamente pescadores. Uma prática comum na região é aquela onde ex-pescadores continuam filiados às Colônias para durante a época de procriação das espécies de peixes protegidas receberem o Defeso.<sup>223</sup>

---

<sup>221</sup> Idem.

<sup>222</sup> Idem.

<sup>223</sup> Defeso é um período de paralisação obrigatória da pesca sobre um determinado recurso pesqueiro, quando o pescador recebe um salário mínimo por mês de paralisação.



Joseane buscou em sua carta a sensibilização do leitor, pautando seu discurso nas características de classe (pescadora) e de gênero (mãe). O drama toma cores mais marcantes no final da carta, quando explica:

Enquanto as autoridades estão estudando o que fazer, nós já estamos passando necessidades, e de demorar muito, estaremos sujeito de andar pedindo para não deixar nossos filhos com fome, coisas que somos dignos de nosso suor, só que não podemos mais trabalhar com o que vem acontecendo.

Nós fomos beneficiados com o PRONAFE, carta de crédito, liberada pelo Banco do Brasil, mas que fosse investida na pesca, nós aplicamos esse dinheiro todo em material de pesca, só que agora estamos com os materiais de pesca parado, por que não temos o que pescar, e ainda estamos endividados com o Banco do Brasil, correndo juros, aonde um pescador nunca mais terá condição de pegar o juro para limpar o nome. Onde pode vir um pescador necessitar de seu nome limpo, até mesmo para salvar a vida de um filho, e o seu nome estiver sujo, por causa do investimento honesto que aplicamos.<sup>224</sup>

No apelo de Joseane algumas questões são rotineiramente enfocadas para dar maior legitimidade ao pedido da pescadora. Entre elas está novamente o papel de mãe, já que a autora articula em seu discurso o propagado ideal de “feminilidade” em voga na sociedade no qual a figura da mãe deve cuidar da família, ainda mais quando a degradação da Lagoa de Sombrio põe em risco o sustento dos filhos.

O abaixo assinado anexado à carta tem como título, “Abaixo-assinado em prol dos pescadores de Vila Conceição” e possui o seguinte cabeçalho:

Os pescadores de Vila Conceição, município de São João do Sul – SC, estão passando por dificuldades devido a poluição da Lagoa do Sombrio, que não tem mais condições de procriar peixes e crustáceos para o provento suficiente do seu próprio sustento, tendo nós pescadores a lagoa como **único** (*sic*) meio para nossa sobrevivência. E assim viemos através desse documento,

requerer sua assinatura para que possamos tomar alguma providência.

Uma característica interessante do documento é que ele simplesmente evidencia uma situação, não possui destinatário nem destaca alguma ação que possa ser realizada para mudar o processo de degradação. Este fato salienta a complementaridade entre os dois documentos, é como se a carta de Joseane estivesse sendo assinada por todos os pescadores, homens ou mulheres. Outro ponto interessante é que abaixo do campo das assinaturas está o campo do endereço. Em cinco das sete laudas os campos dos endereços foram preenchidos com a mesma letra. O que significa que o abaixo assinado foi articulado por uma pessoa que “encabeçou” um projeto articulado com o pronunciamento de Joseane.

A desarticulação cultural dos pescadores pode ser verificada por duas razões complementares: a primeira delas a diminuição da quantidade de peixes, gerada pela degradação e pela pesca predatória; conseqüentemente, a subsistência dos pescadores e a comercialização de peixes foram seriamente afetadas. Com isso a possibilidade do sustento do modo de vida das populações tradicionais foi drasticamente transformada.

O quarto e último capítulo tratará das medidas articuladas em nível municipal e regional em busca da preservação da Lagoa do Sombrio. Medidas estas que começaram a eclodir durante meados da década de 1990, e que entre avanços e retrocessos vêm marcando uma nova percepção sobre a Lagoa naqueles estabelecidos no seu entorno.

## 4 AÇÕES E PERCEPÇÕES SOBRE A LAGOA

O quarto capítulo deste trabalho se preocupa em analisar como se propagou durante a década de 1990 a percepção de que a Lagoa do Sombrio estava degradada. Foi evidenciado durante esta pesquisa que em virtude da construção da BR-101 a Lagoa de Sombrio perdeu visibilidade e importância para a maioria da população instalada no seu entorno, esta parcela majoritária também não dependia diretamente do corpo lacustre para prover seu sustento, diferente das populações tradicionais. Desta forma, as “lentes” deste capítulo se dirigem as fontes produzidas pelos indivíduos que não tem seu sustento diretamente vinculado à Lagoa de Sombrio.

Deve-se salientar que não foi apenas pela falta de visibilidade frente à população que a Lagoa se tornou alvo de um intenso processo de degradação, a retificação dos canais, as novas implementações agrícolas, o crescimento populacional e, recentemente, a proliferação da *Brachiaria radicans* Napper também devem ser vistos como fatores consequentes e complementares. Entretanto, a falta de visibilidade se insere na problemática desta pesquisa como acontecimento que revela a falta de contato com o meio natural em virtude da crescente urbanização da cidade de Sombrio e de toda a região, a partir da década de 1980.

Neste capítulo será analisado por meio de entrevistas, documentos oficiais, Estudos de Impacto Ambiental e periódicos a forma como se articulou e se propagou a percepção sobre a degradação da lagoa. Contudo, como será focado a seguir, este processo não ocorreu de forma linear e constante: avanços e retrocessos marcam a construção de uma nova imagem do corpo lacunar.

Uma questão de escala também deve ser evidenciada, nacionalmente a partir da ECO 92 no Rio de Janeiro as questões de âmbito ambiental ganharam mais fôlego. A irradiação do ambientalismo certamente se imprimiu regionalmente, uma vez que as demandas ambientais começaram a se difundir localmente no mesmo período.

Como balizas para a construção da narrativa deste capítulo estarão os estudos que debatem a questão ambiental no município de Sombrio e os dois Estudos de Impacto Ambiental produzidos em 1998 e 2005.

### 4.1 A DEGRADAÇÃO PERCEBIDA

Seria imprudente tentar homogeneizar a percepção sobre a degradação e afirmar que só no decorrer da década de 1990 a

degradação foi percebida no entorno da Lagoa de Sombrio. Diversas pessoas, como é o caso de Osni Tiscoski, que embora fixado na cidade de Sombrio, ainda têm contato com a lagoa. A família de Osni, escoava a produção via Lagoa de Sombrio até os consumidores gaúchos de meados da década de 1930 até a construção da BR-101. A continuação do contato do aposentado com a Lagoa também se verifica pelo sítio que possui na beira da Lagoa, hoje situado no município de Balneário Gaivota. Onde, até recentemente, alimentava diariamente uma quantidade considerável de animais silvestres.

Quando indagado sobre a alimentação dos animais, Osni argumenta com veemência:

Alimentava. Porque tinha a lagoa, chegava lá onde eu tava tratando os bichinhos, mas hoje ela se retirou... Bá! Como daqui lá naquele pavilhão lá ó, coisa de louco ... uns duzentos metros mais ou menos... Então o bicho desapareceu, e como que eu ia fazer?<sup>225</sup>

A memória da satisfação em alimentar os “bichinhos”, segue uma linha trágica na narrativa do aposentado, o recuo da Lagoa e a conseqüente diminuição da lâmina d’água produziram o desaparecimento (ou deslocamento) da fauna, que diariamente no final da tarde chegava às terras de Osni.

A relação com o passado de abundância também aparece no relato do sombriense, todavia diferente dos pescadores que evidenciavam o peixe, Osni destaca o volume de água:

Mas era um volume de água, que era uma coisa louca. A gente pra viajar lá no campo, que nós também. José Tiscoski irmão do meu pai, ele vendia mercadoria pro meu pai, e eu muitas vezes ia com ele a cavalo pra ele não ir sozinho. Nós ia pelo campo, ia à Torres, bá rapaz, mas era água, pelos campo, era tudo banhado, tinha lugares que eu tinha que levantar as pernas pra não passar pela água. Era água por tudo, hoje sobrou o que aí? Tu vai procurar água pode andar onde tu quer, que tu não acha água, não tem mais água em lugar nenhum. O rio tá aqui, foi aberto ele, ficou correndo livremente, tudo puxado pra ali, tem que dar nisso aí né?<sup>226</sup>

225

Entrevista com Osni Tiscoski. Sombrio julho de 2009.

226

Idem.

O caso de Osni exemplifica a situação de uma gama de indivíduos perceberem no início da década de 1990 o recuo das margens da Lagoa. Um marco no primeiro momento da transformação da memória coletiva sobre a Lagoa foi a produção da obra “Qualidade Ambiental de Municípios de Santa Catarina: O Município de Sombrio” organizada por Luiz Fernando Scheibe e Joel Pellerin.

Essa obra é o resultado da solicitação da Prefeitura Municipal de Sombrio ao Curso de Mestrado em Geografia da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e aos alunos da disciplina de “Análise de qualidade ambiental” para realizarem o diagnóstico da qualidade ambiental do município. Nas palavras do então prefeito municipal Aldair Kozuchovski na apresentação do livro:

Os resultados deste trabalho, divulgados em caráter preliminar a toda a comunidade local em Sessão Pública realizada no dia sete de dezembro de 1994, constituem um valioso acervo sobre a realidade do município, e permitiram uma melhor definição das prioridades, não só do governo municipal, como também de toda a população.<sup>227</sup>

A obra publicada em 1997 com recursos do Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente – FEPEMA, não tem sua importância por marcar uma mudança repentina na forma da população conceber o meio ambiente, mas o excelente trabalho dos pesquisadores serviu de base em todos os estudos encontrados durante esta pesquisa sobre o município de Sombrio.

Os temas abarcados pelos estudantes do Mestrado em Geografia em suas pesquisas foram: a formação socioespacial de Sombrio; o levantamento e identificação de classes de uso do solo; a expansão das áreas urbanas; o uso e a ocupação do solo; a caracterização do meio rural; o saneamento básico no município; a caracterização ambiental da Lagoa de Sombrio; a possibilidade de turismo; e desenvolvimento sustentável e cidadania. No mesmo semestre que as pesquisas estavam sendo realizadas um movimento encabeçado pela Câmara de Vereadores tinha em pauta duas reivindicações que pareciam complementares, a recuperação e preservação da Lagoa de Sombrio e a duplicação da BR-101.

<sup>227</sup>

KOZUCHOVSKI, Aldair. Apresentação. In: SCHEIBE, Luiz Fernando; PELLERIN, Joel (orgs). 1997. *Op cit.* p.07.

Em sessão solene (figura 5), no dia sete de setembro de 1994, autoridades locais e a população preocupada com a situação da lagoa se reuniram para chamar atenção a sua pauta de reivindicações:

Presença de Vereadores, Autoridades e povo em geral à sessão solene da Câmara Municipal de Vereadores, realizada em 07 de setembro de 1994, as 15:30 horas, tendo como local as margens da BR-101-km 439 furnas, visando a mobilização das autoridades estaduais e federais pela duplicação da BR-101 e, recuperação e preservação da Lagoa de Sombrio.<sup>228</sup>



Figura 5: Mesa diretora da sessão solene da Câmara de Vereadores de Sombrio, realizada em 07/09/1994. Fonte: Arquivo Câmara de Vereadores de Sombrio.

As 57 pessoas que assinaram a ata da sessão trancaram a BR-101 por alguns minutos. As fotos do arquivo da Câmara Municipal enfocam o momento em que um caminhão com faixas das exigências ficou atravessado na pista impossibilitando o tráfego. Na mesma seção do arquivo da Câmara estão algumas fotos da Lagoa de Sombrio, onde se destaca a imagem da plantação de arroz realizada a margem da Lagoa (figura 6). Nela, as quadras ou canchas como são popularmente chamadas, quase se misturam às águas da margem oeste da Lagoa de Sombrio.

<sup>228</sup>

CÂMARA DE VEREADORES DE SOMBRIO. Ata da reunião de 07 de setembro de 2010. p.1.



Figura 6: Vista elevada da margem oeste da Lagoa de Sombrio, com cultivo de arroz.  
Fonte: Arquivo Câmara de Vereadores de Sombrio, data provável: verão de 1993.

Por mais que as exigências parecessem justas frente à demanda do município por um desenvolvimento com incipientes preocupações futuras, vincular a duplicação da BR-101 à recuperação e preservação da Lagoa de Sombrio revela que o grau de percepção dos fatores que degradaram a lagoa não era visto como complementares e/ou potencializantes. Visto que, foi com a construção da BR-101 que a região dinamizou a possibilidade de transporte da produção local, o que dinamizou e gerou o crescimento da zona urbana e aumento populacional.

Outras manifestações populares com a mesma pauta não voltaram a acontecer. Nos resultados e discussões sobre caracterização ambiental da Lagoa de Sombrio levados a público em dezembro de 1994, ficou evidente que a construção da BR-101 foi altamente impactante para a Lagoa, inclusive pelo fato da existência de postos de combustíveis ao longo da rodovia com propensão a vazamentos e despejo de resíduos nas águas da Lagoa de Sombrio.<sup>229</sup> A sessão solene da Câmara de Vereadores de Sombrio foi realizada ao lado de um destes postos de combustíveis.

O “capítulo X Sombrio: desenvolvimento sustentável e cidadania” do livro “Qualidade ambiental de municípios de Santa Catarina” oferece uma nova óptica à compreensão dos temas: ambiente e sociedade. Neste discurso, o Prof. Luiz Fernando Scheibe, por ocasião da entrega à comunidade dos estudos que compõem o livro, destacou algumas observações. A primeira delas foi sobre a surpresa do Prefeito Municipal ao exclamar: “mas veja, está tudo interligado!”<sup>230</sup>. Neste ponto, ressalta que todos os aspectos abordados na obra têm relações diretas: “o ambiental, o econômico e o social estão absolutamente interligados, e quando nós falamos em ‘qualidade ambiental’, aqui ou em nossas discussões de sala de aula, estamos sempre querendo nos referir ao conjunto de todos estes aspectos”.<sup>231</sup> O enfoque sistêmico proposto por Scheibe desconstrói a heterogeneidade com que até mesmo o poder público percebia cada problema que o município de Sombrio enfrentava. Esta abordagem se estendeu ao primeiro Estudo de Impacto Ambiental produzido sobre a Lagoa de Sombrio.

Em documento recentemente produzido pela Associação de Proteção e Amparo Lagoa do Sombrio é destacado que as ações ambientalistas na região, iniciadas na década de 1990, não tiveram fôlego. A organização não-governamental SABAMA criada em Sombrio e a ONG Sócios da Natureza não teriam produzido ações distantes e isoladas, que não lograram grande intento.<sup>232</sup> De certa forma, este tipo de proposição também pode ser entendido como uma forma de valorizar as ações da associação com o intuito de legitimar questões mais recentes defendidas pela entidade.

## 4.2 AS PRIMEIRAS “MEDIDAS” CONTRA A DEGRADAÇÃO

A primeira ação efetiva que mobilizou as prefeituras da região (Sombrio, Balneário Gaivota, Santa Rosa do Sul, Passo de Torres e São João do Sul) foi realizada na segunda metade de 1998, quando o executivo municipal buscou por conta própria resolver o problema da

---

<sup>230</sup> SCHEIBE, Luiz Fernando. Sombrio: desenvolvimento sustentável e cidadania In: SCHEIBE, Luiz Fernando; PELLERIN, Joel (orgs). **Qualidade ambiental de municípios de Santa Catarina**: O município de Sombrio. Florianópolis: FEPEMA, 1997. p. 143.

<sup>231</sup> Idem. p. 144.

<sup>232</sup> ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E AMPARO LAGOA DO SOMBRIO. **Contexto histórico e políticas para a recuperação do complexo lagunar do extremo sul catarinense**. Sombrio: [s.n.], 2009. p.9.



diminuição da lâmina d'água, como destaca a Associação de Proteção e Amparo Lagoa do Sombrio:

No segundo semestre do ano de 1998, as prefeituras de Sombrio, Balneário Gaivota, Santa Rosa do Sul e São João do Sul, sob a liderança do Prefeito de Sombrio, Leopoldo Renato Alves da Silva (Podinho), resolveram estreitar o canal da barrinha, investindo o carregamento de alguns caminhões com pedras para a concretização da tão comentada ação, muito pressionada por ambientalistas e moradores que exigiam providências. Entretanto os pescadores de camarão, com medo de ver sua atividade comprometida, denunciaram a ação das prefeituras a Polícia Ambiental que imediatamente apreendeu os caminhões notificando as prefeituras por 'crime ambiental'.<sup>233</sup>

A Promotoria Pública da Comarca de Sombrio notificou a administração municipal de que era necessário um Estudo de Impacto Ambiental para que fosse analisado o impacto do estreitamento do canal da Barrinha no meio natural. Na memória dos pescadores da parte sul da Lagoa este episódio ficou marcado como a tentativa de se fechar o canal da Barrinha para aumentar o volume de água do corpo hídrico, mas nunca foi comprovado que este era realmente o intuito da obra.

Apesar da obra produzida pela Associação de Proteção e Amparo Lagoa do Sombrio enfatizar que “diante dos fatos o Ministério Público fez um termo de ajustamento de conduta com os municípios para a elaboração de um estudo para a obra de fechamento do canal da barrinha”.<sup>234</sup> O estudo produzido citava constantemente a construção de uma barragem de natureza provisória, não citando se a retenção das águas seria parcial ou total. Entretanto, como o estudo objetivava o aumento de 0,6 m da lâmina d'água, deve-se considerar que o barramento seria parcial.

Na apresentação do Estudo da Lagoa de Sombrio os pesquisadores da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural) são precisos ao enfatizar suas pretensões:

O presente estudo atende a uma solicitação da Administração Municipal de Sombrio diante da

---

<sup>233</sup>

Idem. p.10.

<sup>234</sup>

Ibidem. p.11.

necessidade de responder à Promotoria Pública em caráter preliminar sobre a viabilidade ambiental da obra que pretende executar em conjunto com outras administrações na foz da Lagoa do Sombrio, mais precisamente no canal que liga esta ao Rio Mampituba.

O estudo apresenta dados coletados a campo; discutindo e, sempre que possível, concluindo sobre os mesmos. Foi realizado considerando os questionamentos formulados e a urgência em responder preliminarmente sobre possíveis impactos de uma obra que deve ser provisória; uma vez que a complexidade do problema exige estudos mais detalhados para a definição do projeto definitivo, o qual se faz necessário e urgente.<sup>235</sup>

Sobre a justificativa do estudo, é enfocada a degradação que a extração de carvão produziu em toda região sul do Estado de Santa Catarina e as contribuições ambientais negativas advindas do modelo de agricultura implementado.

Na contextualização do problema é enfatizado que num passado recente a lagoa possuía uma lâmina d'água que além de mais profunda, alcançava cotas mais altas. O rebaixamento da lâmina d'água e o assoreamento são atribuídos à construção dos canais de drenagem entre as lagoas Caverá e Sombrio e o rio Mampituba. O relatório também se apropria das afirmações de moradores do Município de Sombrio (parte norte) de que antes não ocorria o processo de salinização observado na Lagoa.<sup>236</sup>

O discurso oficial da justificativa do projeto não relata a imposição realizada pelo Termo de Ajustamento de Conduta aos prefeitos do entorno da Lagoa, como pode ser averiguado a seguir:

Diante da aceleração do processo de comprometimento deste manancial de água doce, as administrações municipais de Sombrio, Balneário Gaivota, São João do Sul, Santa Rosa do Sul e Passo de Torres, decidiram agir em sua defesa. Pressionadas, também, pelo crescimento da consciência coletiva que passa a reconhecer a

---

<sup>235</sup> GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura. **Estudo da Lagoa do Sombrio**. Urussanga: EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural, 1999. p. 1.

<sup>236</sup> Idem. p. 2.

importância estratégica da Lagoa no contexto do desenvolvimento da região e a gravidade das agressões que a mesma enfrenta no presente, estas administrações iniciaram a construção de um “barramento” de terra na foz, no início do canal que liga esta ao Rio Mampituba. Tal iniciativa pretendia elevar a altura da lâmina d’água da Lagoa, mas foi sustada pelos órgãos ambientais. Assim, no processo de negociação estabelecido entre as partes afetadas, surgiu a necessidade do presente estudo para a posterior liberação ou não da referida obra.<sup>237</sup>

É interessante perceber que, embora o Estudo da Lagoa de Sombrio se proponha a averiguar o impacto ambiental do barramento do canal da Barrinha, o mesmo não se apresenta como um Estudo de Impacto Ambiental. Esta característica peculiar certamente se estrutura em virtude das conclusões ou da falta delas trazidas na parte final do trabalho.

O recuo das águas foi identificado no estudo através das fotos aéreas de 1956-58 e 1978, o que permitiu visualizar a linha onde a margem da Lagoa repousava. Com base nestes dados os pesquisadores relacionaram a altura do desnível com a possível quantidade de água que possuía o corpo hídrico (tabela 2) caso a margem voltasse ao nível normal:

Com base nestes dados, é possível afirmar que a lagoa possuiu, por volta dessa época [década de 1940], cota superficial mais freqüente de lâmina d’água entorno de 1,4 metros acima da cota atual.

(...)

A profundidade média da lagoa é de 81 cm e a profundidade da lama no fundo é de 72 cm. Portanto no momento da realização dos trabalhos a lagoa possuía volume de lama já muito próximo ao volume de água e equivalente a 32.155.000 m<sup>3</sup>.<sup>238</sup>

O trabalho cita que a Lagoa de Sombrio encontra-se ao nível do mar e por influência dos ventos é estritamente dependente das oscilações

<sup>237</sup>  
<sup>238</sup>

Ibidem.  
Idem. p.7

das marés.<sup>239</sup> Entretanto não enfatiza que a salinização também ocorria no passado, e embora não tenham feito referência à Sanga da Madeira (antigo canal sinuoso que ligava a Lagoa de Sombrio ao Mampituba), os pesquisadores afirmam que o canal estreito, longo e sinuoso somado a cota mais alta que o rio Mampituba possuía, por não ter sua barra fixada, era suficiente para evitar a entrada de água salgada na Lagoa.

O alargamento do canal da Barrinha (atual canal que liga a Lagoa ao Mampituba) pode ser visto como exemplo dos processos erodíveis encontrados na área. O solo arenoso favorece o processo de assoreamento, a falta da mata ciliar para fixação das margens também colabora para o avanço da erosão das margens. Desta forma, como afirmam os pesquisadores da EPAGRI, a largura do canal da Barrinha foi aumentando com a efetivação dos processos erosivos no seu entorno.<sup>240</sup>

No tocante ao aumento da lâmina d'água e com base na avaliação sobre a área anteriormente ocupada, é oferecida uma estimativa da área ocupada pela lagoa e o volume. A fim de se quantificar o crescimento do armazenamento hídrico.

Tabela 2 – Volume de água armazenado e área ocupada para três diferentes cotas de superfície da lâmina d'água.

Elevação da cota do espelho d'água	Volume armazenado (m <sup>3</sup> )	Área alagada (km <sup>2</sup> )
Cota atual*	36.643.600	45,29
0,6 metros	64.454.480	56,66
1,4 metros	119.310.000	66,84

Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura. **Estudo da Lagoa do Sombrio**. Urussanga: EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural, 1999. p.9. \*Cota da água no momento da realização dos trabalhos.

Ao tratar de aspectos relativos à fauna, o estudo enfatiza, sem oferecer a metodologia de análise, que:

A pobreza da fauna encontrada no interior da lagoa e no seu entorno mostra que o ambiente estudado encontra-se bastante alterado pelas ações

<sup>239</sup>

Ibidem.

<sup>240</sup>

Idem. p.9.

antrópicas, já não sendo mais capaz de atrair e sustentar um número de espécies e de indivíduos como o existente no passado.<sup>241</sup>

Por mais que o estudo não apresente dados para legitimar a informação, a existência dessa informação reflete uma situação que chama atenção dos pesquisadores. A pesca predatória também aparece como causa da diminuição da ictiofauna, onde são descritas redes que atravessam transversalmente toda a lagoa.<sup>242</sup>

Sobre a vegetação, o estudo destaca dois aspectos ditos essenciais. O primeiro deles é relacionado com a salinização da Lagoa, pois foram encontrados juncais em processo de desaparecimento. Esta vegetação cumpre um importante papel como refúgio para procriação de peixes e outras espécies aquáticas desenvolvem-se junto ao junco, elas integram as cadeias tróficas existentes.<sup>243</sup> O segundo aspecto diz respeito a *Brachiaria radicans*. Pela primeira vez é discutida a existência da gramínea em se tratando de Lagoa do Sombrio entretanto a espécie não é denominada como exótica, menos ainda como invasora. Para contenção da planta é sugerido um estudo para avaliar a possibilidade de controle biológico com ratões do banhado e capivaras.<sup>244</sup>

As atividades antrópicas às margens da Lagoa foram reduzidas à lavouras de arroz e construção de diques e canais. Antes de tratar do plantio de arroz o estudo considera a geologia da região, o arenito Botucatu é conhecido pela porosidade e prováveis fissuras que certamente, para os pesquisadores, estabelecem dinâmicas intensas entre a bacia hidrográfica e o aquífero Guarani:

Assim, a presença da lavoura de arroz nas margens e até já adentrando a lagoa não é recomendável. Além da produção de sólidos que intensificam o assoreamento do leito da lagoa, do carregamento de agrotóxicos e de fertilizantes que poluem facilmente as águas, esta atividade pode estar contribuindo para o comprometimento do próprio aquífero citado.<sup>245</sup>

---

241 Ibidem. p.10.

242 Idem.

243 Ibidem. p.12.

244 Ibidem. p.12.

245 Idem. p.14.

A construção de diques e canais segundo o estudo ocorreu em consequência da necessidade de transformação do meio para fins agrícolas. Com esta atividade áreas que faziam parte da dinâmica da Lagoa foram comprometidas com o aumento da lâmina d'água; essas partes seriam reanexas à Lagoa.

Nas conclusões do Estudo da Lagoa de Sombrio foram trazidos os seguintes pontos: o rebaixamento do leito da Lagoa foi de aproximadamente 1,4 m e ocorreu nos últimos 50 anos; a elevação do nível da lâmina irá eliminar algumas espécies estabelecidas recentemente, como o camarão rosa (devido à redução da salinidade da água) e de plantas que iniciaram estabelecimento recentemente; se for executada a obra provisória, esta deverá ter “vida curta”, não mais que o suficiente para a elaboração de estudos e projetos definitivos, a obra deverá prever o controle das vazões; atividades poluentes deverão ser sustadas com urgência; os diques e canais devem ser eliminados e necessariamente antes da elevação do nível d'água.<sup>246</sup>

Como último ponto, foi tratada da elevação do nível da lâmina d'água:

nesse primeiro momento é possível elevar a lâmina d'água em 60 cm em relação a cota zero (altura detectada quando da realização dos trabalhos), sem riscos para as populações humanas e com significativos benefícios para o processo de recuperação da qualidade deste ambiente.<sup>247</sup>

Apesar do trabalho não se apresentar como um Estudo de Impacto Ambiental, ele possuía essa finalidade. O que não ofereceu. A questão do impacto do barramento do canal sobre a biodiversidade terrestre e/ou aquática nem sequer foi debatida. A perspectiva econômica perpassou todo o documento, pois até mesmo quando a preservação era citada, logo eram evidenciadas possibilidades turísticas.

Depois da produção do Estudo da Lagoa de Sombrio um hiato se estabelece nas práticas locais de preservação, este silêncio segundo o documento da Associação de Proteção e Amparo Lagoa do Sombrio só seria rompido em julho de 2000. Nesse período Ministério Público entra com uma Ação Civil Pública, contra a FATMA (Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente) e diversos produtores de arroz que

---

<sup>246</sup>

Ibidem. p.19.

<sup>247</sup>

Idem.

exploraram as margens da Lagoa do Sombrio.<sup>248</sup> Entretanto nos arquivos da Promotoria da Comarca de Sombrio existe um projeto que daria prosseguimento à demanda pelo entendimento do processo de degradação da lagoa, bem como das possibilidades de recuperação do manancial.

Na folha 116 do arquivo da Promotoria Pública da Comarca de Sombrio, encontra-se o projeto de “Estudo para inserção do complexo de lagoas do sul de Santa Catarina no âmbito do desenvolvimento regional”. A data de elaboração é de julho de 1999, o início do projeto estaria marcado para o ano seguinte no mesmo mês e o fim para dezembro de 2003.

A justificativa desse estudo era muito mais abrangente que o estreitamento do canal que liga a Lagoa do Sombrio ao rio Mampituba:

Várias tem sido as ações e as intenções de interferências antrópicas impactantes sobre o complexo de lagoas do Sul catarinense e nas próprias lagoas, individualmente. Iniciativas ocorrem sem que se conheça adequadamente as particularidades deste meio físico e sem a devida consideração as suas bacias de contribuição e às relações nelas existentes. Também ações outras dirigidas à explorações de possíveis potenciais deste ambiente, como o turismo, não tem surgido ou sido encorajadas devidos aos desconhecimentos ou às incertezas presentes. Diante deste contexto e da crescente importância estratégica da disponibilidade de água para o desenvolvimento da região, o projeto propõe-se a fazer o diagnóstico qualitativo e quantitativo em 24 lagoas, nos seus aspectos físicos, químicos, socioeconômicos; incluindo como parte deste ambiente, as relações ocorridas no âmbito das suas bacias de captação. Ao final serão apontadas as limitações e as potencialidades do uso de cada lagoa. As lagoas serão caracterizadas quanto a aspectos físicos (área coberta, profundidade, volume e aporte de material sólido), químicos (concentração de elementos químicos, conforme usos) e biológicos (coliformes). Serão caracterizadas suas bacias de contribuição (quanto a dimensão, usos e manejos do solo, fontes de

<sup>248</sup>  
19.

poluição existentes e potenciais e matas ciliares), realizados levantamentos ambientais e socioeconômicos das comunidades do entorno das lagoas e averiguadas possíveis dependências entre os corpos d'água estudados. Também serão capacitadas pessoas para o gerenciamento dos recursos naturais da região.<sup>249</sup>

Apesar das folhas do projeto estarem sem a indicação de autoria, a folha 115 traz uma mensagem particular de Enilto Oliveira Neubert à Promotoria Pública da Comarca que explica o envio dos projetos. O envio dos projetos responde à solicitação da promotora Cristine Anguiski da Luz, que ficou na Comarca até 2004. A falta de continuidade do projeto, segundo o engenheiro agrônomo, ocorreu por causa da troca do Governo Estadual no começo de 1999. Como a mensagem não é datada e faz referência a José Milton Scheffer como atual prefeito de Sombrio e este teve o primeiro mandato de 2002 a 2005, a comunicação entre a Promotoria e o engenheiro agrônomo acontece já num momento de organização das prefeituras locais em prol da preservação da Lagoa.

Na tentativa de oferecer um pequeno resumo do que teria ocorrido nos primeiros momentos após a apresentação do Estudo da Lagoa do Sombrio em 1999, Enilto destaca que:

Na seqüência, mudaram os prefeitos que mais apoiavam [os estudos sobre a Lagoa de Sombrio] (Sombrio e Balneário Gaivota) e o projeto saiu de uma vez por todas da pauta. O atual prefeito de Sombrio José Milton Scheffer, foi diretor da EPAGRI durante o início do Governo Amin e não mostrou interesse pelo projeto, até por que haviam informações que o mesmo se elegeu inclusive defendendo a postura degradadora dos arrozeiros (alguém ) teve que interceder junto à FATMA para liberar as licenças, depois vindas diretamente de Florianópolis, para liberar o plantio irregular de arroz dentro da caixa da lagoa. (quem foi?) Após se eleger prefeito de Sombrio, este senhor ainda teve dois anos de facilidades para realizar os estudos previstos no Termo de Ajuste de Conduta

<sup>249</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE SOMBRIO. Pasta Lagoa de Sombrio. **Estudo para inserção do complexo de lagoas do sul de Santa Catarina no âmbito do desenvolvimento regional**. Folha 116.



Anterior, uma vez que o Governo do Estado pertencia ao seu partido.  
Enilto.<sup>250</sup>

Desta forma, pode-se observar que foram duas as principais causas do silêncio do final de 1999 até o início de 2003: a falta de informações e diretrizes do Estudo da Lagoa de Sombrio para implementações referentes à preservação do manancial e a falta de continuidade política comum na troca de mandatos do poder executivo. A partir de 2003 uma nova mobilização social local começou a tomar forma. O vínculo direto com a Promotoria de Justiça da Comarca favorecia articulações e estratégias mais enérgicas para um problema que quanto mais a compreensão se alargava, maior era a urgência na resolução.

#### 4.3 A LAGOA DO SOMBRIO CORRE QUE REAPARECE

A última parte deste capítulo analisa como as ações mais recentes em prol da preservação da Lagoa de Sombrio se articularam a partir de 2003. Deste período em diante diversos acontecimentos marcaram e transformaram o modo de perceber a degradação da Lagoa, produzindo uma mobilização que atualmente gesta o projeto de criação do consórcio intermunicipal, que se propõe a captar recursos e promover a preservação e conservação da Lagoa de Sombrio.

O título deste trabalho toma de empréstimo a frase da música sobre a Lagoa para fazer alusão ao processo de degradação e, o possível, desaparecimento da Lagoa de Sombrio. A designação deste subcapítulo faz a mesma operação, mas não cita exatamente a mesma frase, neste ínterim busca salientar que o “esquecimento” e a degradação da Lagoa fizeram com que ela “reaparecesse” frente à comunidade de uma forma diferente. Neste contexto, a compreensão da degradação que ocorre no manancial foi imprescindível para a tentativa de salvar a Lagoa.

Como marcos substanciais estão as ações da Promotoria Pública da Comarca de Sombrio, que neste momento não acontecem simplesmente por denúncias, mas pelo trabalho articulado com a recém fundada Associação de Proteção e Amparo Lagoa do Sombrio.

Inicialmente cabe destacar a atuação da Associação de Moradores do Bairro Nova Brasília em Sombrio, que no primeiro

trimestre de 2003 organizou um abaixo assinado com 438 assinaturas e enviou à Prefeitura Municipal a fim de sugerir a criação de um parque ecológico municipal. Conforme afirma Edmilson Colares, membro da associação que estava à frente da idéia, o intuito era trabalhar em nível municipal pela preservação da Lagoa. Segundo ele, a idéia não morreu, mas o grupo percebeu que para a preservação do manancial eram necessárias medidas intermunicipais.<sup>251</sup>

O periódico regional *Correio do Sul* veiculou no dia 15 de agosto de 2003 na página 3 uma matéria com teor alarmante. Com o título “O que falta para pôr fim a degradação da lagoa?”, o jornal enfatiza que “a maior lagoa de água doce do estado agoniza diante da insanidade de meia dúzia de criminosos ambientais e da inércia da população que a vê morrer sem fazer nada”.<sup>252</sup> A notícia destacou que diversas medidas já foram tomadas para a preservação da Lagoa, mas nada foi realmente implementado. A foto das plantações de arroz na margem da Lagoa ocupa três das quatro colunas do jornal e oferece uma boa visão do avanço da rizicultura sobre o corpo lacunar. Ao final do texto aparece a informação de que em setembro uma Audiência Pública no Fórum será realizada para discutir a situação e buscar alternativas para frear a devastação da Lagoa de Sombrio.

Com a Audiência Pública marcada para 26 de setembro diversos setores da sociedade civil se mobilizaram para expor suas demandas sobre a preservação da Lagoa no Fórum da Comarca de Sombrio. A Associação de Moradores do Bairro Nova Brasília encaminhou ofício à Prefeitura Municipal e à Promotoria Pública da Comarca de Sombrio em que justificou a importância da preservação da Lagoa e solicitou uma atitude mais dinâmica para evitar o fim do manancial. O documento ainda destaca que a ação da entidade busca a sensibilização da comunidade para que as futuras gerações possam desfrutar da Lagoa.<sup>253</sup>

No dia 12 de setembro de 2003 foi oficialmente criado o Fórum Permanente em Defesa da Lagoa do Sombrio;<sup>254</sup> o coordenador Edmilson Colares destacou que, em reunião com a Promotora Cristine

<sup>251</sup> Entrevista de Edmilson Colares. Sombrio. Novembro de 2010.

<sup>252</sup> *CORREIO DO SUL. O que falta para pôr fim a degradação da lagoa.* Sombrio-SC, 15 de agosto de 2003. p. 3.

<sup>253</sup> *MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE SOMBRIO. Pasta Lagoa de Sombrio. Ofício 10/2003 da Associação de Moradores do Bairro Nova Brasília.* 18 de Agosto de 2003.

<sup>254</sup> *FÓRUM PERMANENTE EM DEFESA DA LAGOA DO SOMBRIO. Ofício 01/2003 enviado à Promotora de Justiça da Comarca de Sombrio.* 16 de Setembro de 2003.

A. da Luz Amaral mostrou-se necessária a criação de uma entidade que tratasse exclusivamente da preservação da Lagoa. Como primeira iniciativa o FPDLS produziu um abaixo assinado reivindicando “medidas concretas urgentes, para estancar a vazão da Lagoa de Sombrio, evitando assim, em médio prazo, sua completa extinção, bem como, solicitar políticas concretas para despoluição de suas águas”.<sup>255</sup> Cabe ser ressaltado que num período de 12 a 26 de setembro em todas as cidades que margeiam a Lagoa foram colhidas 1.656 assinaturas, uma soma muito expressiva em virtude do pouco tempo que o abaixo assinado teve para ser produzido.

Estes dados traduzem uma situação peculiar. Fica evidente um amadurecimento na mobilização social em prol da preservação da Lagoa. Não se trata de afirmar que parte da população local estava plenamente consciente do estado da Lagoa de Sombrio, mas pode-se acertadamente destacar que a produção do abaixo assinado disseminou uma nova representação da Lagoa no imaginário local.

No dia 26 de setembro de 2003 foi realizada nas dependências do auditório do Fórum da Comarca de Sombrio Audiência Pública convocada pela Promotora Cristiane A. da Luz Amaral. Na ata da audiência consta que depois das explicações da representante do Ministério Público, a dupla Tio Lino e Zezinho cantou a música da Lagoa de Sombrio e depois o engenheiro agrônomo Enilto de Oliveira Neubert fez a explanação das razões históricas e técnicas da degradação da Lagoa. Com a presença dos prefeitos de todos os municípios que margeiam a Lagoa e de representantes de diversos segmentos da sociedade foram apresentadas propostas visando a erradicação ou minimização da degradação na Lagoa:

- 1- Implantação do Comitê da Mampituba e a imediata elaboração do Plano de Bacias, como forma de classificar e disciplinar o uso da água;
- 2- Imediato fechamento da Barrinha como a solução mais favorável a SOBREVIVÊNCIA DA LAGOA (*sic*);
- 3- Implementação de projetos e programas de educação ambiental junto às comunidades ribeirinhas;
- 4- Criação do Comitê da Bacia da Lagoa ou de um subcomitê atrelado ao Comitê do Mampituba;

<sup>255</sup>

- 5- Buscar efetivar uma cartilha com os estudos até agora feitos sobre a Lagoa de Sombrio destinada à educação das crianças do ensino fundamental;
- 6- Cadastramento, pelas prefeituras municipais, dos pescadores que exercem sua atividade na Lagoa de Sombrio, identificando aqueles que assim o fazem de forma irregular, visando a aplicação de medidas de cunho educativo;
- 7-Buscar adoção, pela EPAGRI, de atividades de orientação aos que exploram a rizicultura;
- 8- Convocação dos sindicatos de postos da região para acrescentar o licenciamento de sua atividade;
- 9- Verificar se há licenciamento de atividade de limpa fossa, pela empresa que executa;
- 10- Criação de Parques Ecológicos no entorno da Lagoa de Sombrio;
- 11- Que as prefeituras buscassem, através de consorcio, a obtenção de representatividade junto aos organismos políticos;
- 12- A efetivação pelos municípios do Estado de Impacto Ambiental, já pactuado em Termo de Ajustamento de Conduta firmado no procedimento administrativo preliminar de nº 001/2000;
- 13- A efetivação de estudo de impacto ambiental relativo a construção da barra do Rio Mampituba, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Regional, em conjunto com o estudo de impacto relacionado ao item 12;
- 14- Que a FATMA fiscalize de forma mais intensiva as atividades impacto ambiental;
- 15- Construção de um mirante e de um portal para a valorização da região;
- 16- Que se discuta alternativas sociais para as pessoas que se utilizam da Lagoa de Sombrio como meio exercício da atividade laborativa;
- 17- Que aos municípios compromissados ao Termo de Ajustamento de Conduta deverão, até o dia 30 de setembro do ano corrente, apresentar a Promotoria desta Comarca, o nome da empresa ou da universidade que confeccionará o estudo de impacto ambiental, bem como o prazo

estabelecido por tal entidade para elaboração do referido estudo.<sup>256</sup>

Os diversos pontos levantados como propostas para conter a degradação merecem destaque por representarem um momento importante. Pela primeira vez a comunidade em geral elencava as prioridades para tentar preservar a Lagoa do Sombrio, contudo não se pode afirmar que o conhecimento dos fatores degradantes neste momento era pleno, a falta de um Estudo de Impacto Ambiental inviabilizava qualquer iniciativa de preservação do manancial.

Segundo o Jornal da Praia, periódico regional, durante a audiência ficou evidente que a preocupação geral e imediata era o aumento da lâmina d'água.<sup>257</sup> O fechamento do canal da Barrinha voltou à pauta do dia, certamente a medida deve ter causado controvérsias na audiência, pois é citada como “a solução mais favorável”, o que significa que outras foram cogitadas. Referente às medidas educativas, nenhum documento oficial ou periódico posterior fez menção a alguma ação ligada a projetos de educação ambiental produzidos por órgãos oficiais na região. A pesca predatória também foi motivo de debate, para isso se propôs o cadastramento de todos aqueles que fazem da pesca meio de subsistência, entretanto essa medida não foi realizada.

Quanto à rizicultura praticada às margens da Lagoa, as atividades de orientação para uma agricultura menos impactante não chegaram a ser efetivadas. Visto que foi constatado pela promotoria que as licenças concedidas pela FATMA aos rizicultores eram ilegais. Em março de 2004 o Diretor da Fundação do Meio Ambiente, Sergio Grando, assinou a portaria nº 09/2004<sup>258</sup> que revogou todas as licenças ambientais concedidas aos agricultores que cultivavam arroz nas margens da Lagoa de Sombrio. Conforme a portaria, a FATMA acatou o pedido do Ministério Público Estadual e revogou a autorização de 22 rizicultores que realizavam o plantio dentro do leito sazonal do manancial ou na faixa de 100 metros da Área de Preservação Permanente (APP). Assim, todo o cultivo de arroz nas margens da lagoa foi interrompido.

---

<sup>256</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE SOMBRIO. Pasta Lagoa de Sombrio. **Ata da Audiência Pública**. Folhas 30-32.

<sup>257</sup> JORNAL DA PRAIA. **Lagoa de Sombrio terá estudo para aumento da lâmina d'água**. Balneário Gaivota, 26 de Setembro de 2003.

<sup>258</sup> FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. **Portaria 09/2004**. Arquivo da Associação de Proteção e Amparo Lagoa do Sombrio. 09 de Março de 2004.

A entidade alegou a falta do EIA – Estudo de Impacto Ambiental e a falta da catalogação dos limites da Lagoa como fatores a serem considerados para a resolução, mas estas ponderações soam mais como se a FATMA declarasse que por falta desses documentos permitiu o cultivo de arroz às margens da lagoa.

Voltando à ata da Audiência Pública, pela primeira vez veio a público como alternativa para o gerenciamento do recurso hídrico a criação de um consórcio entre as prefeituras. Mas até o ano de 2009 nada foi articulado para que o consórcio inter-municipal fosse realizado. O item 16 chama atenção pela importância e brevidade com que foi mencionado, colocadas com significado abrangente as alternativas sociais provavelmente faziam referência a alternativas econômicas, visto que a dificuldade na obtenção da subsistência dos pescadores já havia sido observada.

Por fim foi dado um período de quatro dias para que as prefeituras do entorno da Lagoa apresentassem junto à Promotoria o nome da entidade que elaboraria o estudo. Entretanto, apenas em primeiro de dezembro de 2003, o Projeto de Lei 068/2003 foi aprovado pela Câmara de Vereadores de Sombrio que autorizava o município junto aos outros circunvizinhos à Lagoa a firmar convênio com a AMESC (Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense) objetivando a realização do EIA para Lagoa de Sombrio<sup>259</sup>. Depois dessa data foi enviado um ofício dos prefeitos à representante do Ministério Público Estadual na Comarca de Sombrio destacando que a empresa contratada para realizar o EIA era a UNISUL (Universidade do Sul de Santa Catarina) e que o referido estudo seria realizado para avaliar o impacto do fechamento do canal da Barrinha.

Em outubro de 2004 tratores foram vistos trabalhando próximos à Lagoa, conforme salienta o periódico *Correio do Sul*. O agricultor afirma estar respeitando o limite de 100 metros do espelho d'água. Entretanto, o indivíduo não possuía o licenciamento necessário para o plantio e explicava que plantar agora é questão de bom senso, pois estava na época certa e o processo burocrático para liberação da licença é demorado.<sup>260</sup>

Depois de um ano a Empresa Júnior do Curso de Engenharia Ambiental da UNISUL apresentou o esperado EIA do fechamento do

---

<sup>259</sup> CÂMARA DE VEREADORES DE SOMBRIO. **Projeto de lei 68/2003**. Arquivo da Câmara de Vereadores de Sombrio, 01 de Dezembro de 2003.

<sup>260</sup> CORREIO DO SUL. **Fatma libera plantação de arroz na área da lagoa**. Sombrio-SC, 21 de outubro de 2004. p. 3.

canal da Barrinha no auditório da Prefeitura Municipal de Sombrio. O relatório extenso e esclarecedor alargou a compreensão sobre as causas da degradação do manancial. Sua principal função, analisar o impacto do fechamento do canal da Barrinha, também foi contemplada. Entretanto foi observado que o fechamento completo do canal da Barrinha comprometeria ainda mais as condições da Lagoa.

O sistema da avaliação dividiu o ambiente estudado em quatro componentes: físico/químico (PC); biológico/ecológico (BE); social/cultural (SC); econômico/ operacional (EO). Na análise físico/química da construção da barragem foi destacado que a salinidade seria reduzida, pois a entrada da água do mar seria da, mesma forma, reduzida. O nível da água na Lagoa aumentaria, o que favoreceria o desenvolvimento de organismos e a navegação. O assoreamento e a deposição de esgoto também seriam potencializados, em vista que a velocidade de escoamento da água diminuiria. Devido à grande quantidade de nutrientes encontrados na água e devido ao despejo de esgoto e nutrientes oriundos das atividades agrícolas, o fechamento do canal aumentaria a eutrofização da água. A alteração na hidrodinâmica do manancial afetaria diretamente a qualidade da água, com a construção da barragem ocorreria a redução da salinidade podendo aumentar a turbidez da água comprometendo os aspectos estéticos e produtivos.<sup>261</sup> Ainda, se o canal fosse apenas fechado e as fontes de poluição não fossem combatidas, a contaminação da água seria mais rápida, pois uma das formas de dispersão desses contaminantes ocorre com a maré vazante, que leva os contaminantes para o mar.<sup>262</sup>

Nos componentes socioculturais são destacados três pontos: a inundação da área do entorno, o risco de enchentes e a perda do solo agrícola.<sup>263</sup> Entretanto esses pontos foram pouco debatidos em razão de serem analisados no Estudo da Lagoa de Sombrio, em 1999.

No tocante aos componentes biológicos/ecológicos o EIA destacou que sazonalmente ocorre a migração de diversas espécies de peixes para o manancial. Estas espécies também são diretamente responsáveis pela redução do fitoplâncton (algas) na lagoa. Com a construção da barragem não haverá migrações, podendo ocasionar a crescimento das algas. O camarão adentra a lagoa em sua fase larval junto à maré enchente e seu desenvolvimento é relacionado à salinidade

---

<sup>261</sup> Turbidez de uma amostra de água é o grau de atenuação de intensidade que um feixe de luz sofre ao atravessá-la devido à presença de sólidos em suspensão.

<sup>262</sup> UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA. *Op cit.* p.58-60.

<sup>263</sup> Idem. p. 60.

do meio, a construção da barragem reduziria a entrada do camarão e dificultaria seu desenvolvimento. Já a vegetação nativa com a elevação do nível das águas formaria novos habitats.<sup>264</sup>

O componente econômico/operacional enfatizou alguns pontos importantes. Sobre a pesca do camarão, com a construção da barragem ocorreria uma redução da produção comercial do camarão, ocasionando uma redução da renda dos pescadores envolvidos na atividade. A pesca de peixes de água salgada também receberia o mesmo revés. Embora o siri seja mais resistente às variações de salinidade, o barramento dificultaria a entrada de massas algáceas que servem de base alimentar desses organismos, o que conseqüentemente reduziria a produção comercial do siri. A inundação do solo produtivo também aparece como impactada pelo barramento do canal, visto que o aumento da lâmina d'água reduziria a pressão humana e agrícola nas margens do manancial. Já a navega o recreativa poderia ter um incremento com a eleva o do nível d'água.<sup>265</sup>

Ao trazer os resultados da matriz de avalia o o EIA assevera: “existe uma tendência para ocorrerem mais impactos negativos do que positivos com o barramento do canal”.<sup>266</sup> O depoimento de Edmilson Colares explica bem por que as aço es em prol da Lagoa sofreram um enfraquecimento depois da realiza o do EIA:

Na Audiência Pública de novembro de 2003 foi assinado pelas prefeituras da região um termo de ajustamento de conduta, para que eles contratassem uma empresa para fazer o Estudo de Impacto Ambiental da lagoa, ali nós pecamos por, assim como se diz, falta de conhecimento. Por que foi pedido um estudo de impacto ambiental, mas também não definimos para quê, faltou um direcionamento. Daí os municípios contrataram a Engenharia Ambiental da Unisul de Palhoça no final de 2004 e terminaram em 2005. Só que apresenta o desse estudo na prefeitura de Sombrio houve um impacto muito grande nas pessoas que estavam mobilizadas, porque o relatório final não apresentou um norte para recuperar a lagoa, apresentou apenas os problemas. Em linhas gerais o relatório até dizia o que poderia ser feito, mas não dizia o fator

---

<sup>264</sup> Ibidem. p. 61.

<sup>265</sup> Idem. p. 62-63.

<sup>266</sup> Ibidem. p. 67.



principal a ser adotado para combater a degradação. Ao invés de apontar alternativas para aumentar a lâmina d'água, apenas criticava as iniciativas. Isso ai caiu como um balde d'água nas expectativas do pessoal e os municípios também não fizeram nada, a partir dele não foi feito nada. Serviu pra muita coisa, pra dizer que a lagoa na parte norte está muito poluída, que não dá pra usar nem a água nem o peixe na alimentação por causa da quantidade de poluentes que tem e metais pesados.<sup>267</sup>

Os avanços e retrocessos na jornada daqueles envolvidos com a preservação da Lagoa de Sombrio também foram seguidos por novas estratégias. O Fórum Permanente em Defesa da Lagoa do Sombrio, para ganhar mais representatividade frente à população, transformou-se em julho de 2004 na Associação de Proteção e Amparo Lagoa do Sombrio. Pode-se notar que a nova associação não almejou apenas a proteção e o amparo da Lagoa de Sombrio, mas usa o nome “Lagoa de Sombrio” como slogan para ação de preservação do meio ambiente em geral.

Nesse mesmo ano, a associação realizou várias palestras nas escolas municipais e estaduais com o intuito de oferecer orientações às crianças sobre o estado das águas da Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba. Segundo os dados da instituição mais de seiscentas participaram das palestras.

No início de 2004 na Lagoa do Caverá, que desemboca na parte norte da Lagoa de Sombrio pelo Canal D.N.O.S, foi constatada uma drástica diminuição da lâmina d'água. Conforme consta no periódico Destaque Catarinense, em alguns locais a lâmina chegava a ter apenas dez centímetros.<sup>268</sup> O jornal local explica que a diminuição drástica teria acontecido por que uma vala foi aberta. A elucidação oferecida pelo relatório da Associação de Proteção e Amparo Lagoa do Sombrio, enviado à Promotoria Pública, destaca que no cento do canal havia uma “ilha” de *Brachiaria radicans*, que com a passagem do Furacão Catarina foi removida. Como solução foi salientado que:

A solução seria o fechamento deste canal deixando apenas aquele que é natural com fluência normal das águas, o que poderá recuperar a lâmina d'água da Lagoa do Caverá. Caso isso

<sup>267</sup> Edmilson Colares. *Op cit.*

<sup>268</sup> DESTAQUE CATARINENSE. **Audiência no dia 16 discute futuro da Lagoa do Caverá.** Sombrio, 10 de fevereiro de 2005. p. 07.

não seja feito de em curto prazo, a lagoa poderá secar, tornando-se pequenos lagos isolados ligados por um rio.<sup>269</sup>

Em março de 2007 o canal D.N.O.S. volta às páginas dos periódicos regionais, devido a sedimentação causada pela invasão da *Brachiaria radicans* nas margens do canal, com o aumento do volume das chuvas as terras utilizadas para a agricultura estavam sendo inundadas. Como afirma o Destaque Catarinense os agricultores estavam utilizando três tratores para a “limpeza” do canal, a produtividade agrícola e a perda de áreas de pastagem foram elencadas pelo meio de comunicação como razões louváveis numa época onde se busca o desenvolvimento sustentado da agricultura.<sup>270</sup> Pode se perceber neste contexto, apropriação e utilização de termos em voga no discurso ambiental é uma das estratégias do periódico para legitimar novas intervenções no meio natural, onde a “nova” retilinização do canal é apresentada como exemplo de sustentabilidade.

A rapidez com que a ação foi orquestrada, segundo depoimento, se deve à confluência de interesses:

Nós estamos sempre atentos e precisamos agir antes que as coisas acontecem. Um exemplo foi numa época de muita chuva o canal que liga lagoa do Caverá na do Sombrio o canal quase de fechou com a vegetação, aí os agricultores começaram a reclamar e a empresa Cominas enviou os tratores para limpar todo o canal, aí eu liguei passei a mão no telefone e liguei pra FATMA pra saber se eles tinham licença.

Entrevistador: Cominas é a empresa que faz extração de turfa nas margens da Lagoa do Caverá?

Edmilson: É essa mesmo, aí eles disseram que não tinha autorização nenhuma. Se a extração da vegetação é feita a mão, segundo a FATMA, aí pode, mas com máquina não. Aí veio a FATMA ali e embargo. Depois começou aquela política, vereadores de Sombrio, Balneário Gaivota, tentando colocar pressão.<sup>271</sup>

<sup>269</sup>

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E AMPARO LAGOA DO SOMBRIO. *Op cit.*

p.36.

<sup>270</sup>

DESTAQUE CATARINENSE. **Produtores fazem limpeza nas águas do Rio**

**Caverá.** Sombrio, 29 de Março de 2007. p. 03.

<sup>271</sup>

**Edmilson Colares.** 2010. *Op cit.*

Sem citar a empresa que realiza a extração da turfa nas margens do Caverá o periódico Destaque Catarinense enfatizou no título da nova matéria. “Entidade Ambiental suspende limpeza do Rio Caverá”.<sup>272</sup> Inicialmente deve-se levar em consideração que não foi a entidade que suspendeu a ação dos produtores, foi a Polícia Ambiental com orientação da FATMA.<sup>273</sup> Esta estratégia logicamente tenta direcionar a opinião pública contra as ações da associação. Em segundo lugar, é igualmente necessário salientar que, os agricultores não faziam a limpeza do Rio Caverá, que não existe, faziam a “limpeza” do canal D.N.O.S. Na notícia não aparece nenhum posicionamento da Associação de Proteção e Amparo Lagoa do Sombrio, o que leva a conclusão que a entidade não foi solicitada a se pronunciar pelo veículo de comunicação.

A questão foi resolvida com o barramento no início do canal D.N.O.S. em 2008. Diferente da Lagoa de Sombrio a do Caverá, apesar de pertencer a Araranguá, não possui nenhum centro urbano instalado no seu entorno. Desta forma, não recebe efluentes domésticos nas suas águas:

Finalmente em setembro de 2008, a FATMA da autorização prévia para fazer o barramento na foz do Canal da Lagoa do Caverá. Somente no início do ano de 2009, as prefeituras de Sombrio, Araranguá e Balneário Gaivota, iniciaram o barramento utilizando toras de eucalipto para a fixação das pedras. Com essa iniciativa a Lagoa do Caverá tomou um novo fôlego recuperando novamente um pouco da lamina perdida.<sup>274</sup>

Diversos ofícios foram expedidos pela Associação de Proteção e Amparo Lagoa do Sombrio para a Promotoria do Ministério Público da Comarca de Sombrio até o ano de 2010. Dentre eles merece destaque o 03/2008, que com base na monografia dos marcos dos limites da lagoa, elaborado pela FATMA, solicitou a retirada de qualquer obra de arte (casas, galpões e cercas) e vegetação estranha ao ecossistema (vegetação exótica, principalmente eucalipto e pinus) da área de

---

<sup>272</sup> DESTAQUE CATARINENSE. **Entidade Ambiental suspende limpeza do Rio Caverá**. Sombrio, 2 de Abril de 2007. p. 09.

<sup>273</sup> Associação de Proteção e Amparo Lagoa do Sombrio.

<sup>274</sup> ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E AMPARO LAGOA DO SOMBRIO. *Op cit.* p.44.

proteção ambiental demarcada pela FATMA.<sup>275</sup> O pedido ainda não recebeu resposta, mas foi encaminhado a Florianópolis pelo fato da Lagoa estar entre duas comarcas, Sombrio e, a recém criada, Santa Rosa do Sul.

A última articulação em favor da Lagoa que mereceu destaque nos periódicos locais foi a criação do CONEXSUL - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Integrado do Extremo Sul Catarinense. A primeira alusão à criação do consórcio foi registrada na ata da Audiência Pública realizada pela Promotoria Pública em setembro de 2003. A idéia era institucionalizar a aliança a fim de aumentar a representatividade política regional frente aos órgãos estaduais e federais, para tratar da recuperação da Lagoa de Sombrio.

Durante o primeiro semestre do ano de 2010 as lideranças políticas se mobilizaram e paulatinamente aprovaram o protocolo de intenções do consórcio nas Câmaras Municipais de Vereadores. A preocupação inicial é a preservação da Lagoa, confirmou o Prefeito de Sombrio José A. T. da Silva. Segundo ele, a importância do manancial é estratégica, pois para a cidade continuar crescendo é imprescindível a captação de água, o segundo ponto é o potencial turístico, pois Sombrio já não tem mais praia.<sup>276</sup> O líder do Executivo Municipal explicou que a sensibilização da população sobre preservação do manancial é o ponto chave para todas as medidas de salvaguarda ambiental, mas destacou que é necessário dar mais visibilidade à Lagoa, pois como afirma, “quem não vê, não ama”.<sup>277</sup>

O prefeito enfatizou que as coisas não acontecem de uma hora para outra, contudo vários passos estão sendo dados na direção de se salvar a Lagoa. Afirma que o tratamento do esgoto sanitário, que antes era destinado à fossas e à Lagoa, já atende a 45% da área urbana do município. No próximo ano os bairros Nova Brasília e São José serão conectados à rede, o que aumentará o tratamento para aproximadamente 60% da área urbana do município. Sobre a atuação do Consórcio Intermunicipal, destaca que o desenvolvimento do turismo vai “religar” a população que hoje não tem mais contato com a Lagoa de Sombrio, o que auxiliará a preservação.

---

<sup>275</sup> Estudo que define os marcos espaciais da Lagoa de Sombrio, respeitando a oscilação sazonal das margens.

<sup>276</sup> Entrevista de José A. Tiscoski da Silva. Sombrio. Novembro de 2010.

<sup>277</sup> José A. Tiscoski da Silva. *Op cit.*

Entretanto, deve-se salientar que a pressa e a agilidade na formulação da aliança não ocorreram puramente por preocupações ambientais. Conforme notícia veiculada no Jornal da Praia:

Segundo o Prefeito de Sombrio Professor Jusa . “num primeiro momento, são dois os objetivos requeridos com a criação do ConexSul: a recuperação da Lagoa do Sombrio, que abrange a sua potencialização para o turismo e que influenciaria no desenvolvimento de toda a região; e a adesão a um convênio previsto no PAC 2, que permitirá a aquisição de máquinas para a manutenção de estradas e infra-estrutura dos municípios”, explanou Professor Jusa - José A. T. da Silva.<sup>278</sup>

As diretrizes criadas para o consórcio permitem a captação de recursos para os mais variados setores, desde infra-estrutura até agricultura. Apesar de a premissa básica ser a preocupação com a Lagoa de Sombrio, o medo dos ambientalistas locais é que o desenvolvimento econômico seja mais atraente que a inquietação ambiental. Contudo, deve ser levado em consideração que a criação de uma entidade intermunicipal que tenha como princípio básico a preservação do meio ambiente é uma conquista daqueles que militam pela causa ambiental na região.

A mobilização social em favor de causas ambientais foi gradativamente amadurecendo na região do extremo sul catarinense. O que se pode perceber é que as ações e preocupações ambientais giraram inicialmente entorno da Lagoa de Sombrio. Depois com o alargamento da percepção ambiental novos objetivos foram buscados, não necessariamente ligados à preservação da Lagoa de Sombrio, mas ao meio ambiente como um todo. A trajetória das demandas ambientais no extremo sul catarinense não pode ser compreendida como uma caminhada crescente rumo à conscientização geral da população, foi um processo que amadureceu dentro de avanços e retrocessos, onde tanto as derrotas quanto as vitórias produziram transformações na forma de pensar e agir sobre o meio. A preservação da Lagoa de Sombrio já é consenso em nível regional, a falta de concordância passa à esfera de como será realizada.

---

<sup>278</sup>



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões que este trabalho de História Ambiental apresenta não almejam *status* de verdade legítima sobre a degradação da Lagoa de Sombrio. Novos aportes metodológicos somados ao levantamento de novas fontes trarão outros elementos para uma compreensão mais abrangente da transformação do meio natural.

O objetivo específico desta pesquisa histórica consiste em articular as mais variadas informações sobre a Lagoa de Sombrio a fim de fornecer um apanhado, o mais completo possível, sobre a história do uso dos recursos naturais no entorno do manancial e como a interação seres humanos/ambiente gerou a degradação que atualmente assola o meio.

As inquietações que conduziram a pesquisa surgiram de uma problemática marcada pela preocupação com a falta de conhecimento da população sobre as condições do manancial. A Lagoa tão presente no cotidiano dos moradores, em meio ao processo de modernização e crescimento da economia regional ficou caracterizada como lembrança do passado bucólico, onde o tempo fluía vagarosamente conforme as fases da lua. A construção da BR-101 no início da década de setenta inaugurou um processo de desenvolvimento regional que trazia a região do extremo sul catarinense para a economia de mercado.

Nesta dinâmica, tanto o meio natural quanto os seres humanos são “transformados” em mercadoria, em recursos. A Lagoa de Sombrio antes direcionada à coletividade, passa a ser encarada como um recurso com potencialidades econômicas, que deveria ser racionalmente utilizado para dinamizar a economia da região.

A modernização chegou ao extremo sul catarinense, e com ela as conseqüências da falta de planejamento ambiental. As retificações dos sangradouros, inicialmente construídos para drenagem das áreas alagadiças, possibilitaram uma série de intervenções agrícolas e extrativistas ao redor dos corpos hídricos. Também deve ser salientado que a diminuição do nível da lâmina d’água é tida como resultado dessa implementação, pois com construção dos canais em linha reta a vazão d’água aumentou.

Como aponta a História Ambiental, as características do meio também devem ser levadas em consideração para se entender melhor esse encadeamento de acontecimentos. A colmatação é um processo que acomete os corpos lacustres litorâneos do extremo sul catarinense, a natural aglutinação de sedimentos no fundo e nas bordas dos mananciais

neste caso foi potencializada pelo aumento da vazão da água, que por sua vez propiciou avanço do assoreamento nos locais onde a mata ciliar foi devastada.

Entretanto, a construção do canal da Barrinha que liga a Lagoa do Sombrio ao rio Mampituba não trouxe só consequências ambientalmente desastrosas. Ao permitir um maior volume de entrada da água salgada trazida pelo vento Sul, a quantidade dos peixes marinhos encontrados na Lagoa aumentou. A dinâmica da entrada e saída da água do mar também é vista como positiva para oxigenação d'água e dispersão de materiais poluentes.

As interações agrícolas com o meio, pautadas na óptica da produção para o abastecimento do mercado regional, empregaram um ritmo de utilização dos recursos naturais que colaborou enormemente para a degradação do manancial. O aproveitamento das várzeas irrigáveis, o emprego de agrotóxicos e defensivos agrícolas marcaram o primeiro momento na utilização do entorno da Lagoa para a agricultura de mercado durante a década de 1980.

Na década seguinte ficou latente o aproveitamento do solo dentro da Área de Proteção Permanente da Lagoa do Sombrio, o que resultou na intensificação do processo de degradação na parte norte da Lagoa. A Microbacia do Rio da Laje ainda carrega até a parte norte da lagoa uma quantidade significativa de insumos agrícolas. No final do leito do Rio da Laje, na área onde o município de Sombrio estabeleceu sua zona urbana, diversos dutos despejavam esgoto que aumentava a quantidade de sedimentos na parte norte da Lagoa.

A soma desses dois processos ao assoreamento ao longo do rio produziu ilhas de sedimentação ao longo de todo o delta do Rio da Laje. A situação na parte norte se agrava ainda mais com a disseminação da gramínea exótica *Brachiaria radicans*, que se adapta facilmente a locais alagadiços e para aumentar sua dispersão sedimenta as partículas de solo ao redor de suas raízes.

O crescimento urbano do município de Sombrio deve ser reconhecido como altamente impactante para o manancial. Com o crescimento desordenado da zona urbana o aumento da quantidade de esgoto doméstico despejado na Lagoa de Sombrio foi alarmante. Atualmente a Prefeitura Municipal está investindo na ampliação na rede de tratamento de esgoto da zona urbana.

Como destaca Willian Cronon, natureza e cultura não podem ser vistas como elementos estáticos, no caso da Lagoa de Sombrio a transformação do meio ocorreu numa escala diferente da escala do tempo natural. As alterações nas características do ambiente



submeteram tanto os seres humanos quanto os animais e plantas à novas relações com o entorno que refletiam um novo arranjo social. A desarticulação social, econômica e cultural das populações tradicionais aconteceu em razão da profunda relação que este grupo tinha com o meio para produzir sua subsistência.

Convém destacar que a degradação do meio não foi o único fator a produzir a desarticulação cultural da população tradicional localizada nas proximidades da Lagoa. A sociedade também se transformou neste período, a cultura de massas se popularizou e, até certo ponto, tornou mais fácil a obtenção de bens de consumo que antes não estavam disponíveis na região. A dinâmica alimentar, por exemplo, foi drasticamente transformada com a proliferação dos supermercados e mercados regionais, a segurança alimentar pautada na produção própria deu lugar ao consumo regulado pela compra.

A degradação que incidiu sobre a Lagoa modificou a natureza das transformações que ocorriam no manancial. A pesca predatória, antes vista simplesmente como padrão desviante, passou a padrão constante e concorrente. Desta forma, também geradora da falta de peixes. A variação das práticas de subsistência deve ser observada, pois antes da inserção da economia de mercado a segurança alimentar estava ligada à natureza policultora das propriedades, onde práticas agrícolas e pecuárias de alguma forma completavam as conexões entre os indivíduos e sua subsistência.

Entretanto, não se deve dar vazão a um determinismo geográfico, os seres humanos não podem ser percebidos simplesmente como reféns do meio onde estão inseridos. A História Ambiental tem por responsabilidade alargar a compreensão sobre a interação entre seres humanos e natureza, atentando para os diferentes níveis dessa interação. Pode-se perceber no decorrer deste trabalho que uma nova gama de interações com o meio se efetivou depois que as características do meio foram transformadas, desde uma total desarticulação das práticas de pesca até uma rearticulação que tenta ligar pesca e turismo.

A situação dos pescadores localizados na parte sul da Lagoa é emblemática. A construção do canal da Barrinha e a retificação por ele produzida possibilitaram que a água do mar entrasse mais facilmente na Lagoa, com isso a salinização da parte sul que antes era esporádica se tornou mais frequente e uma nova gama de espécies passaram a ser encontradas com mais intensidade, como é o caso do camarão. O alto valor de mercado deste crustáceo modificou a percepção econômica dos pescadores, que passaram a atender as demandas dos mercados regionais.

Ainda deve-se considerar que nem todos os indivíduos ligados à pesca estabelecidos na parte sul da Lagoa tenham “migrado” para esse modelo econômico. Se isso realmente fosse possível a degradação da Lagoa não seria vista pela maioria dos pescadores da parte sul como negativa.

Os atuais debates sobre a preservação da Lagoa são, em muito, ligados às primeiras questões levantadas em meados da década de 1990. O ponto central das discussões ainda é o reduzido volume da lâmina d’água, que parece constantemente esvair-se. A primeira resposta a essa situação foi o trancamento do canal da Barrinha, encontrado em diversos documentos também como “fechamento”. A questão parece ter sido rapidamente transformada em barramento, o fechamento completo era incabível ao manancial. Uma análise preliminar (1998) e um EIA (2005) foram produzidos para avaliar as consequências desta ação.

O resultado demonstrou que o barramento produziria mais ações negativas que positivas, dado o nível de degradação que a Lagoa já havia atingido. O amadurecimento das mobilizações sociais entorno das demandas ambientais no extremo sul catarinense também veio como resultado do processo de percepção da degradação da Lagoa de Sombrio. O barramento, antes visto como solução ideal, passou a ser considerado nocivo ao meio, pois a dinâmica de entrada da água do mar facilmente percebida pelos pescadores foi constatada pelos pesquisadores. Este processo foi considerado positivo para o manancial, pois apesar de tornar a água mais salobra na parte sul, colabora para a dispersão dos sedimentos jogados na lagoa.

A mobilização social que vem caminhando desde a década de 1990, conseguiu dar significativos passos em direção à preservação do manancial. Nem todos foram na mesma direção, alguns até para trás, entretanto a experiência política na defesa de causas ambientais foi paulatinamente se tornando mais ampla. A preocupação que inicialmente se direcionava à Lagoa de Sombrio, foi igualmente direcionada a outras demandas ambientais que passaram a ser vistas em virtude do aguçamento do discernimento.

O Consórcio Intermunicipal desponta como a melhor alternativa das até agora levantadas para, além de recuperar a Lagoa, mantê-la preservada. Fica a dúvida se em razão das diversas diretrizes englobadas no consórcio, as demandas ambientais serão atendidas ou se foram simplesmente usadas para dar respaldo e urgência à criação da aliança.

A exuberante Lagoa cantada na música do autor desconhecido não existe mais, e é justamente por isso que a canção se tornou um símbolo da cultura popular local. A Lagoa que sorratamente se esvaia

passou a reaparecer na memória popular, não da mesma maneira, pois uma nova Lagoa de Sombrio já se faz presente na memória coletiva local, produzida pela mobilização em prol da preservação do manancial e pelo forte apelo que sua nova condição apresenta. A degradação da Lagoa de Sombrio raramente causa espanto àqueles que lêem os jornais, muito diferente do que ocorria na década de 1990. Este processo de ressignificação da memória provavelmente foi a primeira conquista para a efetiva preservação do manancial.

Por se tratar de uma pesquisa histórica que se estende até o presente, este trabalho não “põem fim” sobre um processo, e desta forma tem por essência uma inconclusa narrativa que se desdobra até os últimos acontecimentos referentes à Lagoa de Sombrio. A falta de conclusão do processo ou do final da história, fundamental para o entendimento de qualquer narrativa pode ser incômoda. Entretanto e provavelmente, o “final da história” caiba àqueles que pousarem seus olhos sobre essas linhas.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In:\_\_\_ PINSKY, C. B. (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 155.

ARAÚJO, Homero da Costa. **Caminho das tropas**. Florianópolis: Insular, 2003.

BELTRÃO, Leila Maria Vasquez. **A industrialização em Sombrio/SC: gênese e evolução**. Florianópolis: Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em Geografia, 2001.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica. Arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOGDAN, A. V. **Tropical Pasture and Fodder Plants**. New York: Longman Group Limited, 1977.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, econômica e capitalismo – séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRIGHTWELL, M. das G. S. L.; NODARI, E. S.; KLUG, J. **Saberes e Sabores de Praia Grande**: práticas alimentares, memória e história. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.

BUSS, M. D. ; FURTADO, S. M. de A. Paisagem na Bacia do Rio Araranguá. In:\_\_\_ SCHEIBE, L.F.; BUSS, M. D. ; FURTADO, S. M. de A. **Atlas Ambiental da Bacia do Rio Araranguá**. Florianópolis: UFSC: Cidade Futura, 2010.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2ª Ed. 1971.

CARVALHO, M. M. X. ; NODARI, E. S. ; NODARI, R. O. . Avanço no Uso de Agrotóxicos e das Intoxicações Humanas em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, 2009. p. 2763.

CARVALHO, M. M. X. de. **O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu**: uma história de riqueza madeireira e colonizações. Dissertação de mestrado. Universidade

Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História. 2006.

COELHO, Rolando C. S. **Assim Nasceu Sombrio**. Sombrio: Jornal Correio do Sul, 2003.

CRONON, William. The Uses of Environmental History. **Environmental History Review**. Durham, 1993.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico** : a expansão biológica da Europa 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CROSBY, Alfred W. The Past And Present Of Environmental History. *American Historical Review* 100, no. 4 (1995): 1177-1189. **Historical Abstracts**, EBSCOhost (accessed September 28, 2009).

DARÉLLA, Marcelo Soares. **Os cultivos de arroz, fumo e banana na sub-bacia do Córrego Garuva, Sombrio - SC**, a utilização dos agrotóxicos e sua implicação na saúde dos trabalhadores. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis, 2001.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DIEGUES, A.C. **O Mito da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos. In: \_\_ Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Secretaria de Recursos Hídricos.- Brasília: MMA, 2006.

DOSSE, F. **A História em Migalhas**. Dos Annales à Nova História. Bauru: EDUSC, 2003.

DUARTE, Regina Horta. Por um pensamento ambiental histórico: O caso do Brasil. **Luso-Brazilian Review**, Vol. 41, No. 2 (2005), pp. 144-161.

ELEY, Geoff. **Una línea torcida**. De la história cultural a la história da sociedade. Valencia: PUV, 2008.

EMBRAPA. **Gramíneas Forrageiras do Gênero Brachiaria**. Campo Grande: 1984. Disponível em: <http://www.cnpqg.embrapa.br/publicacoes/ct/ct01/04especies.html#4.6>

FAO. *Brachiaria radicans* Napper. <http://www.fao.org/ag/AGP/AGPC/doc/GBASE/data/Pf000192.HTM> acessado em 05 de junho de 2010, às 14:22.

FARIA, I. M. *et al.* Vozes e Imagens do rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e problemas ambientais. In:\_\_\_\_. BRUMER, A.; PIÑEIRO, D. (orgs). **Agricultura Latino-americana: novos arranjos e velhas questões**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

FONTANA, Josep. **A História dos Homens**. Bauru: EDUSC, 2004.

FREITAS, L. C. O canal de navegação Laguna a Porto Alegre. In: Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada, 2005, Porto Alegre. **Anais das Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada**. Porto Alegre : Editora da PUCRS, 2005. v. 1.

GAVA, Aldo et al. Intoxicação espontânea e experimental por *Brachiaria radicans* (tanner-grass) em bovinos. **Pesq. Vet. Bras.** 2010, vol.30, n.3.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura. **Estudo da Lagoa do Sombrio**. Urussanga: EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural, 1999.

HADLICH, Gisele Mara. **Cartografia de riscos de contaminação hídrica por agrotóxicos : proposta de avaliação e aplicação na microbacia hidrográfica do Córrego Garuva, Sombrio, SC**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 1997.

HOBOLD, Paulo. **História de Araranguá**: reminiscências desde os primórdios até o ano de 1930. Porto Alegre: Palmarinca/EST, 1994.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLN, Luis. **Expressões de conhecimento de grupos sociais locais para a gestão de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Mampituba**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. Florianópolis, 2008.

INSTITUTO HÓRUS. *Brachiaria radicans*. Disponível em [http://www.institutohorus.org.br/index.php?modulo=inf\\_ficha\\_urochloa\\_subquadripara](http://www.institutohorus.org.br/index.php?modulo=inf_ficha_urochloa_subquadripara) . Acessado em 09 de julho de 2010, às 15h33min.

JAMUNDA, Theobaldo. **Os Carijos lá nas raízes**. Florianopolis: Instituto Historico e Geografico de Santa Catarina, 1987.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003.

LEACH, Edmund. Natureza/Cultura. In:\_\_\_ **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional, Vol. 5, 1984.

LEANDRO, José Augusto. A roda, a prensa, o forno, o tacho: cultura material e farinha de mandioca no litoral do Paraná. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, 2007.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

LEONEL, M. **A morte social dos rios**. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 1998.

LONGHI-WAGNER, H.M.; BOLDRINI, I.I.; BOECHAT, S. de C. **Morfologia e taxonomia de gramíneas sulriograndenses**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das Agriculturas no Mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: UNESP. Brasília: NEAD, 2010.

MCNEILL, J. R. Observations on the Nature and Culture of Environmental History. **History and Theory**, Vol. 42, No. 4, Theme Issue 42: Environment and History. Blackwell Publishing: 2003.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MOTA, Márcia. História Agrária. In:\_\_\_\_\_. MOTA, Márcia (org). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MUELLER, C.C.; MARTINE, G.; Modernização da Agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil – A década de 1980. **Revista de Economia Política**. Brasília, vol. 17, nº3(67), Julho-setembro/1997. p.85-104.

NODARI, E. S. Um olhar sobre o Oeste de Santa Catarina sob o viés da História Ambiental. **História. Debates e Tendências**. Passo Fundo, v. 9, 2009.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Edições vértice. vol. 5. n.10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral. In:\_\_\_\_. **Ética e história oral**: Projeto História. São Paulo, vol. 15, 1997.

POSSAMAI, Zita Rosane. Fotografia, História e Vistas Urbanas. **História**. São Paulo, vol.27, nº 2, 2008.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

PRESA, J. B. A experiência de agricultores em relação à utilização da água na produção de arroz irrigado (1980-2009). **IV Congresso Internacional de História**. Maringá : Editora Clichetec, 2009. p. 2019-2030.



Rambo, B. *apud* FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E CENTRO DE ECOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Parque Estadual de Torres**: importância da área para preservação e proposta de delimitação do parque. Porto Alegre: FEPAM/UFRGS, 1991.

RAUPP, Grasiela. **Avaliação ambiental do Rio da Laje e suas interações com o ecossistema costeiro no município de Sombrio - SC**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2008.

REITZ, Raulino. **Paróquia de Sombrio**: ensaio de uma monografia paroquial. Brusque, Azambuja, 1948.

ROSSO, João Carlos. **Avaliação do consumo de água em lavouras de arroz irrigado no sistema pré-germinado nas condições climáticas do sul catarinense**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Criciúma, 2007.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Bacias Hidrográficas de Santa Catarina**: Diagnóstico Geral. Florianópolis: 1997.

SCHAMA, S. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SCHEIBE, Luis Fernando. Sombrio: Desenvolvimento Sustentável e Cidadania In: SCHEIBE, Luis Fernando; PELLERIN, Joel (orgs). **Qualidade Ambiental de Municípios de Santa Catarina**: O município de Sombrio. Florianópolis: FEPEMA, 1997.

SELAU, Maurício da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no sul catarinense (1875-1925)**: resistência e extermínio. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História. Florianópolis, 2006.

SEWELL JR., Willian H. The political unconscious of social and cultural history, or, confessions of a former quantitative historian. In:\_\_\_ **Logics Of History**: Social Theory and Social Transformation. Chicago: University Of Chigago Press, 2005. p. 22-80.

SHIVA, Vandana. **Guerras por água:** privatização, poluição e lucro. São Paulo: Radical Livros, 2006.

SPRÍCIGO, Antônio César. **Sujeitos Esquecidos Sujeitos Lembrados:** entre fatos e números, a escravidão registrada na Freguesia do Araranguá no Século XIX. Caxias do Sul: Murialdo, 2007.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum.** Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Universidade do Sul de Santa Catarina. Curso de Engenharia Ambiental. Empresa Junior de Engenharia Ambiental – EJEJA. **Estudo de Impacto Ambiental - Canal da Barrinha na Lagoa do Sombrio.** Palhoça, 2005.

WAHRLICH, R. *et al.* Caracterização Ambiental da Lagoa do Sombrio. In: \_\_.SCHEIBE, Luis Fernando; PELLERIN, Joel(orgs). **Qualidade Ambiental de Municípios de Santa Catarina:** O município de Sombrio. Florianópolis: FEPEMA, 1997.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

WORSTER, Donald. Pensar como um rio. In\_\_: ARRUDA, G. (org). **A Natureza dos Rios.** Curitiba: Editora da UFPR, 2009.

## FONTES

### Arquivo:

Arquivo da Prefeitura Municipal de Sombrio  
 Arquivo da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense  
 Arquivo da Promotoria Pública da Comarca de Sombrio  
 Arquivo da EPAGRI-Sombrio  
 Arquivo Pessoal de Alfredo Ricardo Lucas Lopes  
 Arquivo da Associação de Proteção e Amparo Lagoa do Sombrio

### Entrevistas:

Aldir Souza Pereira  
 Alfredo Ricardo Lucas Lopes

Amilton da Rosa Teixeira  
Carlos Alberto Zapelini Mendes  
Douglas George de Oliveira  
Edmilsom Colares  
Gustavo Rotta Camargo  
João da Silva Coelho  
José Raupp dos Santos  
Osni Tiscoski  
Pedro Manoel da Rosa

**Periódicos:**

A Notícia – Criciúma  
Correio do Sul – Sombrio  
Destaque Catarinense/Jornal Amorim – Sombrio  
Jornal da Manhã - Araranguá  
Jornal da Praia – Balneário Gaivota

## ANEXO 1

Música: A Lagoa do Sombrio.

Autor: Desconhecido.

A Lagoa do Sombrio / a Lagoa do Sombrio / Corre que desaparece ai ai  
Oli larei oli larai / corre que desaparece ai, ai

No meio faz um remanso / no meio faz um remanso / onde o meu amor  
padece ai, ai  
Oli larei oli larai / onde o meu amor padece ai, ai

A Lagoa do Sombrio / a Lagoa do Sombrio / é comprida e tem largura  
ai, ai  
Oli larei oli larai / é comprida e tem largura ai, ai

As moças que pescam nela / as moças que pescam nela / tem perna de  
saracura ai, ai  
Oli larei oli larai / tem perna de saracura ai, ai

De joelho eu cai n'água / de joelho eu cai n'água / de joelho eu fui ai  
fundo ai, ai  
Oli larei oli larai / de joelho eu fui ao fundo ai, ai

Atravessei o rio a nado / atravessei o rio a nado / nas transas do seu  
cabelo ai, ai  
Oli larei oli larai / nas transas do seu cabelo ai, ai

Quero bem minha espada / quero bem minha espada / pela guarnição  
que tem ai, ai  
Oli larei oli larai / pela guarnição que tem ai, ai

Fiz a cama bem no alto / fiz a cama bem no alto / pras cigarras não subir  
ai, ai  
Oli larei oli larai / na pras cigarras não subir ai, ai

Quero que Deus me castigue / quero que Deus me castigue / se eu tiver  
medo de alguém ai, ai  
Oli larei oli larai / se eu tiver medo de alguém ai, ai

**ANEXO 2: Roteiro de entrevistas**

Nome:

Idade:

Ocupação:

Residente em qual cidade?

Como sua história de vida se liga à Lagoa de Sombrio?

Conhece alguma história ou acontecimento ligado à Lagoa?

Em sua opinião qual a utilidade da Lagoa para as cidades que a margeiam?

Ainda possui vínculo com a lagoa? Quando foi a última vez que a viu?

Lembra dos antigos limites que possuía a Lagoa de Sombrio? Ela era maior, menor ou sempre foi assim?

Possui fotos ou outros materiais sobre a Lagoa? Quais?

Quais as lembranças da paisagem (na Lagoa de Sombrio) que aparecem na memória assim que é tocado no assunto?

Está ciente do atual estado da Lagoa? Como o define?

Como vê a agricultura que foi realizada às margens da Lagoa? E a agricultura realizada em seus afluentes e no rio Mampituba?

Acredita que a Lagoa de Sombrio pode ser conservada e, até mesmo, preservada? Qual a utilidade da preservação desse manancial de água?

Tem noção de qual fator ou fatores produziram a degradação da Lagoa?

Sobre o fechamento do canal chamado Barrinha qual é a sua opinião?

Acredita que esse estado já tenha produzido implicações para a população que depende diretamente da lagoa para sua subsistência?

Em sua opinião quais medidas deveriam ser tomadas para combater a degradação da lagoa de Sombrio?

Gostaria de falar sobre alguma outra questão que não foi levantada?